



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Câmpus de Marília

Danielle Gonçalves Passos do Nascimento

**Interpretando Lélia Gonzalez e a amefricanidade:** Um novo caminho teórico em  
Relações Internacionais sob uma ótica ampla do internacional

**Marília-SP  
2024**

Danielle Gonçalves Passos do Nascimento

**Interpretando Lélia Gonzalez e a amefricanidade:** Um novo caminho teórico em  
Relações Internacionais sob uma ótica ampla do internacional

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Faculdade Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília.

Linha de Pesquisa: Relações Internacionais e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos.

**Marília-SP**  
**2024**

N244

Nascimento, Danielle Gonçalves Passos do  
Interpretando Lélia Gonzalez e a amefricanidade: Um novo  
caminho teórico em Relações Internacionais sob uma ótica  
ampla do internacional / Danielle Gonçalves Passos do  
Nascimento. -- Marília, 2024  
144 p. : tabs., fotos

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista  
(UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília  
Orientador: Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos  
1. América Latina. 2. Amefricanos. 3. Ameríndios. 4.  
Conceito político-cultural. 5. Relações Internacionais. I.  
Título.

Danielle Gonçalves Passos do Nascimento

**Interpretando Lélia Gonzalez e a amefricanidade:** Um novo caminho teórico em  
Relações Internacionais sob uma ótica ampla do internacional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências em Sociais.

Área de concentração: Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Relações Internacionais e Desenvolvimento.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos  
UNESP – Câmpus de Marília  
Orientador

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carolina Santos Barroso de Pinho  
Instituto Federal da Bahia (IFBA) – Campus Irecê  
Examinadora

Prof. Dr. Thiago Fernandes Franco  
UFS – Câmpus São Cristóvão  
Examinador

Marília, 31 de Outubro de 2024.

*À minha família. Porque sonharam e sonham os meus sonhos como se fossem deles e são fonte inesgotável de amor. Afinal, “Ainda que eu falasse a língua dos homens e falasse a língua dos anjos, sem amor eu nada seria”.*

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Portanto, agradeço o suporte e financiamento, fundamentais para que este trabalho fosse executado.

Escrever os agradecimentos de qualquer trabalho sempre me parece ser a tarefa mais difícil, mas também uma das mais bonitas. Primeiro pelo respiro de “acabou, eu consegui”, segundo porque é nesse momento que se torna possível dar o devido reconhecimento às pessoas que caminharam comigo nesse processo, numa tarefa que parece ser individual quando na verdade é coletiva. Mais uma vez, mesmo correndo o risco da minha memória falhar e eu esquecer de mencionar alguém (e olha que eu sou conhecida por ter uma boa memória, acho que é a idade chegando), traduzirei em nomes e palavras a minha gratidão, respeito e amor a quem tornou a elaboração desta dissertação não só um sonho, mas uma realidade.

Eu costumo falar que restabelecer a fé em Deus foi a coisa mais transformadora que tive a oportunidade de experimentar. Em um momento da minha vida, calejada pela maior perda que eu vivi, simplesmente perdi a fé na regência de algo muito maior e, acima de tudo, perdi a fé em mim mesma. Em um longo processo de busca (nossa, como eu busquei! Busquei em vários lugares e pessoas diferentes, mas sempre esquecia de procurar no principal “lugar”), reencontrei a fé adormecida em mim mesma e só assim voltei a confiar em planos que eram e sempre serão maiores de qualquer plano que eu possa fazer. Foi essa fé que me sustentou nos momentos mais difíceis, que não me fez parar frente às dificuldades e dúvidas. Afinal, foi nessa relação com Deus que eu estabeleci a ideia de que eu consigo ser “forte e corajosa” e que entreguei os meus anseios nas mãos dEle, com maior tranquilidade (sou extremamente agradecida por isso). Sem contar as incontáveis orações que eu sei que mainha e vovó Lourdes fizeram por mim (desconheço orações mais fortes).

Agradeço à minha família. Claudia, Patricia e Edilberto, sem vocês nada disso seria possível ou faria sentido. Reescrevi esses parágrafos várias vezes na tentativa de colocar em palavras o quanto o amor, a compreensão e o suporte de vocês foram/são importantes para a minha trajetória pessoal e profissional. Sem dúvidas, eu escreveria dezenas de páginas, faria milhões de provas, apresentaria trabalhos incontáveis vezes, para inúmeras pessoas se isso me proporcionasse cinco minutos de conversa com vocês, um almoço em família, um abraço, um filme ruim que só a gente é capaz de escolher ou algum que iria me fazer chorar (provavelmente Pathy e Edilberto iriam rir e mainha ficaria sem entender nada), o aniversário de algum de nós

ou qualquer data comemorativa (eu ultimamente tomo falta em todas elas). O que eu quero dizer é que escrever todas essas páginas de trabalho final foi “fichinha” em comparação com a saudade que me consumiu/consome todos os dias. Obrigada por me permitirem voar sempre mais alto, por aceitarem a minha ausência (primeiro Sergipe, agora São Paulo), por cada ligação feita para que eu pudesse aliviar a saudade, contar do meu dia ou simplesmente dizer “não está fácil”. Eu sinto muito que para realizar os meus sonhos (nossos sonhos) eu precise estar a mais de 2.300 km de distância. Sinto muito que os nossos “até breve” não estejam nada breve. À Claudia, mainha, eu estou contando os dias (de uma data que ainda não existe) para receber o seu abraço (um ano sem). Espero que eu esteja te dando pelo menos metade do orgulho que eu sinto da senhora e que eu tenha pelo menos um terço da sua força, da sua coragem e da bondade do seu coração. Se cuida daí (por favor, cuidado com as escadas, fui eu quem perdi o chão no dia da sua cirurgia), que daqui eu me cuido. À Patricia, minha irmã, me faltam palavras para te agradecer por ter vindo me visitar. Seu cuidado e amor (e até mesmo seu jeito de querer tudo no seu devido lugar) trouxeram um gosto de lar, de Bahia. Você é e sempre vai ser a minha pessoa favorita. Obrigada pela escuta atenta nos dias que você esteve aqui, por cada risada e momento compartilhado. Ao Edilberto, meu padrasto, obrigada por escolher fazer parte da minha vida (você é a calma no meio de três grandes furacões), por cada consulta que me levou ao médico, cada festinha de dia dos pais, cada apresentação na escola e cada vez que me buscava/busca quando eu chegava/chego de viagem. Ao Murilo (*in memoriam*), meu irmão, você continua sendo sinônimo de saudade, mas é a saudade mais bonita que eu já senti. Sentimos você sempre perto de nós. Agradeço aos meus outros familiares, que escolheram ser bem mais que parentes, ao meu vovô “Nani” (Ananias), à minha vovó Lourdes, aos meus tios Alécio, Adiclécio e André, às minhas tias Mayara, Josenice e Paula. Aos meus primos/primas, Aylla (que mesmo distante continua se fazendo presente sempre. Obrigada por compartilhar os bons e maus momentos comigo), Allysson, Andryel, Alexandre, Alanna e Taylla. À minha madrinha Kelly, ao meu cunhado Diogo e à amiga da família Noêmia (que cuidou tão bem de mainha quando ela mais precisou). Um cheiro especial no meu trio de bichinhos: Dante, Dengo e Donna. Eu amo vocês, obrigada por sempre me receberem em seus lares, por todo o apoio e laços que construímos todos esses anos.

Ao meu namorado, Victor. Meu bem, obrigada por me proporcionar “a sorte de um amor tranquilo”, por vibrar com cada conquista minha, pelas memórias que construímos juntos e por fazer com que eu me sinta ouvida, apoiada e amada. Mas, acima de tudo, por segurar a minha mão e enxugar as minhas lágrimas sempre que eu precisei chorar (não foram poucas essas últimas vezes que chorei sem parar no seu carro/no seu colo). Você é (nós somos) a minha

história de amor predileta, o meu respiro mais aliviado e o meu ponto de aconchego. Obrigada por, junto com a sua família, abrir a porta do seu lar para mim. Portanto, também preciso agradecer a eles/elas, em especial à Vanderleia, ao Maurício e à Monique. Obrigada por todo acolhimento, pelas boas conversas (provavelmente vocês não fazem ideia do quanto esses momentos foram importantes para mim e para aliviar a saudade de casa) e pelo carinho.

Às amigas que moram comigo, Enndiel e Yasmin (que na verdade não são mais amigas, são família). Vocês caminham comigo desde a UFS e tornam as RI bem mais interessantes e a rotina da universidade mais engajada e prazerosa. Vocês são pesquisadoras maravilhosas (e já são professoras também), foi muito bom (ainda que dolorido) dividir com vocês os questionamentos e conselhos sobre as nossas dissertações, construção de argumento, artigos, concursos, processos seletivos e sobre a vida. Obrigada por compartilharem os melhores e os não tão bons momentos assim (junto com as gatinhas Sol, Estela e Luna). Obrigada por serem alívio em meio ao caos que pode ser a burocracia da UNESP, estar longe de casa, por dividirem não só os afazeres da “vida adulta”, mas também as idas ao cinema, as conversas sobre “assuntos internacionais” e coisas bobas (não posso nem nomear essas coisas aqui). Aprendi a amar vocês como minhas irmãs.

Ao meu orientador, professor Rodrigo. Obrigada pela escuta atenta e por todas as contribuições e oportunidades oferecidas ao longo desses mais de dois anos de mestrado. O meu respeito e admiração pelo senhor só crescem. À banca de defesa final, composta pelo professor Thiago e pela professora Carolina. Igualmente, gostaria de agradecer aos apontamentos, melhorias feitas neste trabalho e por tudo aquilo que vocês representam enquanto referências. A minha afeição por ambos vai além do trabalho acadêmico. Assim como agradecer ao professor Juarez, que participou e contribuiu na banca de qualificação.

Às meninas do MaRIas IRI-USP, grupo de pesquisa que faço parte (nunca sei dizer se sou eu que coordeno o grupo ou se são vocês que me coordenam). Nomeadamente, gostaria de agradecer à Ana Luiza (obrigada por me receber nas terras mineiras, pelas trocas de áudios/mensagens e pelas correções feitas nos meus trabalhos), à Ana Cristina e à Nataniele, que dividem a responsabilidade de coordenar o grupo com maestria e se tornaram grandes amigas, laços de afeto e coletividade, assim como à Thami, à Kelly e à Ana Lívia. Ao pessoal do Rosa Vermelha da UFS, que guardo carinhosamente na minha trajetória e ainda mantenho vínculos.

Aos amigos e às amigas, fundamentais na minha construção enquanto indivíduo e que são donos/donas da minha mais profunda estima. Aylla, Joabe, Jassi, Milena e Talia que estão comigo desde que eu era um filhote (indo para a escola e voltando a tempo para ver TV

Globinho). Jana Oliveira, Jana Cardoso, Keisy, Jhon, Larissa, Constança, Dainara, Eduardo, Luiz Henrique, Henri (obrigada pelas dicas, diálogos e ajuda com o inglês), Filipe, Luísa, Ian Filipe, Mariana, Raquel, Fernanda, Laura, Noah, Maré e Marco que me acompanharam no IF, da graduação em RI na UFS, no mestrado, na moradia da Unesp e/ou ao longo da vida. Vocês são pessoas especiais e simbolizam o que pode existir de mais belo: a amizade.

Aos professores, às professoras, técnicos/servidores e alunos/alunas que eu tive a oportunidade de ser monitora ou dar aula na/da Unesp-Marília.

E por último, mas de jeito nenhum menos importante, à Adly (para o restante do mundo é Adliany), minha psicóloga. Obrigada por me ajudar a entender quem eu sou, a me orgulhar pelo caminho trilhado e escolhas feitas, bem como por me amparar em quais “gavetas” eu precisava/preciso abrir, arrumar ou “só olhar”. Você, juntamente com a Ariane, sua irmã e secretária, continuam mobilizando em mim ao longo desses quatros anos a importância do cuidado com a saúde mental (junto com o cuidado físico e espiritual). Graças à terapia eu consigo agradecer e ter admiração pela Danielle do passado, ser gentil com a Danielle do presente (eu estou tão orgulhosa de você) e enxergar as melhores possibilidades para a Danielle do futuro.

*Mas a saudade é isto mesmo; é o passar e  
repassar das memórias antigas  
(Assis, 2019, p. 62).*

*Eu vou ficar nesta cidade  
Não vou voltar pro sertão  
Pois vejo vir vindo no vento  
Cheiro de nova estação  
(Como nossos pais - Elis Regina).*

*A amefricanidade como uma categoria político-cultural, que, a seu ver, ultrapassa as barreiras territoriais, linguísticas e ideológicas, permite construir um entendimento mais profundo de toda a América, contestando a apropriação do termo para definir apenas os estadunidenses. De acordo com nossa autora, há um processo histórico altamente dinâmico presente na amefricanidade que nos aproxima de outras categorias político-culturais e processos políticos internacionais. A dinâmica de que ela trata — adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas — é a marca do seu próprio pensamento  
(Rios; Lima, 2020, p. 20).*

## RESUMO

O objetivo central da presente dissertação de mestrado consistiu em compreender, e assim, interpretar, se e como a noção de Amefricanidade e do pensamento de Lélia Gonzalez, bem como dos seus desenvolvimentos, permitiriam uma contribuição teórica em Relações Internacionais que escapasse às narrativas restritas mais tradicionais dos grandes debates teóricos e evidenciariam uma dimensão relevante atinente ao silenciamento das mulheres, indígenas e negros africanos neste campo disciplinar. Haja vista que as definições e enquadramentos restritos do que se entende por Teorias das Relações Internacionais vêm sendo objeto de crítica ao longo do tempo, foi importante enxergar de quais formas o avanço proporcionado pelo desenvolvimento e aplicação da Amefricanidade e o diálogo com Gonzalez constituíram um avanço científico na área na medida em que possibilitam lidar com aspectos relevantes da concretude de mulheres, indígenas e negros em termos de uma multidimensionalidade, para assim trabalhar na construção de novos caminhos teóricos. Frente a isso, o trabalho promoveu uma sistematização e recuperação dos escritos de e sobre Lélia Gonzalez, com destaque maior para a discussão e percepção acerca do conceito de Amefricanidade, enfatizando o processo de formação das Américas, sobretudo da América Latina, na presença do caráter internacional do conceito, enquanto uma construção político-cultural original de uma categoria transnacional. Com esse intuito, discutimos também a própria visão e necessidade de ampliação do conceito de internacional nas e para as Relações Internacionais, bem como refletir sobre a ligação, em termos de vivência e dos seus aportes teóricos, da autora com o internacional. Por fim, tratamos as escolas de pensamentos interseccionais, decoloniais e marxistas e das bases de interpretações que encaixam as noções elaboradas por Lélia Gonzalez com o interseccional, o decolonial e o marxismo. Ao articular o caráter teórico-prático da autora abordaremos as questões referentes aos conceitos de gênero, raça e classe, inclusive em diálogo com o alicerce teórico das RI. Para tanto, as metodologias empregadas serão a Revisão Sistemática da Literatura, a Revisão Narrativa da Literatura e o método de Conhecimento Situado.

**Palavras-chave:** América Latina; Amefricanos; Ameríndios; Conceito político-cultural; Diáspora negra; Relações Internacionais.

## RESUMEN

El objetivo central de esta tesis de maestría fue entender, y así interpretar, si y cómo la noción de Amefricanidad y el pensamiento de Lélia Gonzalez, así como sus desarrollos, permitirían una contribución teórica en Relaciones Internacionales que escaparía a las narrativas restringidas más tradicionales de los grandes debates teóricos y destacaría una dimensión relevante en relación al silenciamiento de las mujeres, indígenas y negros africanos en este campo disciplinar. Dado que las estrechas definiciones y marcos de lo que se entiende por Teoría de las Relaciones Internacionales han sido objeto de crítica a lo largo del tiempo, era importante ver de qué manera los avances proporcionados por el desarrollo y aplicación de la Amefricanidad y el diálogo con González constituían un avance científico en el área en la medida en que permiten abordar aspectos relevantes de la concreción de las mujeres, los indígenas y los negros en términos de una multidimensionalidad, para trabajar en la construcción de nuevos caminos teóricos. En vista de ello, el trabajo promovió una sistematización y recuperación de los escritos de y sobre Lélia Gonzalez, con mayor énfasis en la discusión y percepción del concepto de Amefricanidad, enfatizando el proceso de formación de las Américas, especialmente de América Latina, en presencia del carácter internacional del concepto, como construcción político-cultural originaria de una categoría transnacional. Para ello, discutimos también la propia visión de la autora y la necesidad de ampliar el concepto de lo internacional en y para las Relaciones Internacionales, además de reflexionar sobre su conexión con lo internacional en términos de su experiencia y sus contribuciones teóricas. Por último, abordamos las escuelas de pensamiento interseccional, decolonial y marxista y las bases de las interpretaciones que encajan las nociones elaboradas por Lélia Gonzalez con la interseccionalidad, la decolonialidad y el marxismo. Articulando el carácter teórico-práctico de la autora, abordaremos cuestiones relativas a los conceptos de género, raza y clase, incluso en diálogo con la fundamentación teórica de las RI. Para ello, las metodologías empleadas serán la Revisión Sistemática de la Literatura, la Revisión Narrativa de la Literatura y el método del Conocimiento Situado.

**Palabras clave:** América Latina; Amefricanos; Amerindios; Concepto político-cultural; Diáspora negra; Relaciones Internacionales.

## ABSTRACT

The central objective of this master's thesis was to understand, and thus interpret, whether and how the notion of Amefricanity and the thought of Lélia Gonzalez, as well as its developments, would allow for a theoretical contribution in International Relations that would escape the more traditional restricted narratives of the great theoretical debates and would highlight a relevant dimension regarding the silencing of women, indigenous and black Africans in this disciplinary field. Given that the narrow definitions and frameworks of what is meant by International Relations Theory have been criticized over time, it was important to see in what ways the progress provided by the development and application of Amefricanity and the dialogue with Gonzalez constituted a scientific advance in the area insofar as they make it possible to deal with relevant aspects of the concreteness of women, indigenous and black people in terms of a multidimensionality, in order to work on the construction of new theoretical paths. In view of this, the work promoted a systematization and recovery of the writings of and about Lélia Gonzalez, with a greater emphasis on the discussion and perception of the concept of Amefricanity, emphasizing the process of formation of the Americas, especially Latin America, in the presence of the international character of the concept, as an original political-cultural construction of a transnational category. To this end, we also discuss the author's own vision and the need to broaden the concept of the international in and for International Relations, as well as reflecting on her connection with the international in terms of her experience and her theoretical contributions. Finally, we address the intersectional, decolonial and Marxist schools of thought and the bases of interpretations that fit the notions elaborated by Lélia Gonzalez with intersectional, decolonial and Marxism. By articulating the author's theoretical-practical character, we will address issues relating to the concepts of gender, race and class, including in dialog with the theoretical foundation of IR. To this end, the methodologies employed will be the Systematic Literature Review, the Narrative Literature Review and the Situated Knowledge method.

**Keywords:** Latin America; Amefricans; Amerindians; Cultural-political concept; Black diaspora; International Relations.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Slide utilizado para a apresentação do trabalho.....	38
Figura 2 - Captura de tela da participação na Conferência.....	38
Figura 3 - Patricia Hills Collins fala de Lélia Gonzalez, em aula pública na UNIFESP.....	41
Figura 4 - Mapa Invertido da América do Sul.....	66
Figura 5 - Arte/Pôster de divulgação do grupo de estudos.....	96

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cronologia dos principais capítulos e artigos escritos por Lélia Gonzalez.....	34
Tabela 2 - Mapeamento das obras de Lélia Gonzalez e/ou que abordam seu pensamento e tem como base os seus escritos.....	41

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPN	Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as/es
ABRI	Associação Brasileira de Relações Internacionais
ALADAA	Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos
AT	Área Temática
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
EUA	Estados Unidos da América
FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
FNB	Frente Negra Brasileira
IC	Iniciação Científica
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
LASA	Latin American Studies Association
M/C	Grupo Modernidade/Colonialidade
MNU	Movimento Negro Unificado
MUCDR	Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial
ONU	Organização das Nações Unidas
PPGCS	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
PUC	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RI	Relações Internacionais
SESC	Serviço Social do Comércio
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TEN	Teatro Experimental do Negro
TED	Technology, Entertainment, Design
TRI	Teoria/Teorias Das Relações Internacionais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNESP	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>1 LÉLIA GONZALEZ E A AMEFRICANIDADE: CONVERSAS INICIAIS E OS NOVOS CAMINHOS TEÓRICOS .....</b>	<b>25</b>
<b>1.1 Doses bibliográficas e mapeamento das obras e interpretações de Lélia Gonzalez ...</b>	<b>27</b>
<b>1.2 Apresentando o conceito: O que a Amefricanidade nos diz e o que dizemos sobre a Amefricanidade? O surgimento da “Amefricanidade” e da “América Ladina” .....</b>	<b>55</b>
<b>1.3 Os desdobramentos: O possível encontro entre Amefricanidade e Teorias das Relações Internacionais .....</b>	<b>59</b>
<b>2 O INTERNACIONAL EM LÉLIA GONZALEZ.....</b>	<b>63</b>
<b>2.1 O conceito de Internacional para as Relações Internacionais.....</b>	<b>67</b>
<b>2.2 Onde está o internacional em Lélia Gonzalez?.....</b>	<b>78</b>
<b>2.3 A Amefricanidade enquanto categoria transnacional: diáspora negra na América, pan-africanismo, resistência indígena e feminina.....</b>	<b>87</b>
<b>3 A LUZ DA INTERSECCIONALIDADE, DECOLONIALIDADE E DO MARXISMO SOB GONZALEZ E A AMEFRICANIDADE: COMENTÁRIOS TEÓRICOS SOBRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE EM CONEXÃO COM A ESFERA TEÓRICA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS .....</b>	<b>93</b>
<b>3.1 Conceituando interseccionalidade (o interseccional), decolonialidade (o decolonial) e o marxismo/marxista.....</b>	<b>96</b>
<b>3.1.1 Interseccionalidade .....</b>	<b>97</b>
<b>3.1.2 Decolonialidade .....</b>	<b>102</b>
<b>3.1.3 Marxismo.....</b>	<b>107</b>
<b>3.2 Interpretações interseccionais, decoloniais e marxistas associados à Amefricanidade e aos escritos de Lélia Gonzalez .....</b>	<b>110</b>
<b>3.3 Diálogos com as categorias de gênero, raça e classe.....</b>	<b>119</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>126</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>132</b>

## INTRODUÇÃO

Eu sou de Tijuáçu.  
Eu sou do Samba de Lata.  
Viva o povo daqui, com toda rapaziada [...].

Eu sambei, sambei, vim parar aqui.  
Viva todos os quilombolas e também o rei Zumbi.  
(No Abrir da Porta / Dona da Casa / Eu Sou de Tijuáçu / Viva a Todos os Kilombas / Terreiro Bom -  
Samba de Lata de Tijuáçu, 2005)

A capacidade de se conectar e entender as suas próprias raízes, com o legado de luta e resistência nascido da coletividade, bem como do lugar que emerge sua ancestralidade é uma sensação que vai além dos muros da academia. Por isso, peço licença para a ancestral Lélia Gonzalez para contar como — “indiretamente” — cheguei até ela e a esta pesquisa. A epígrafe do início desta introdução é a letra de uma das músicas das mulheres negras do *Samba de Lata de Tijuáçu*. Tijuáçu é uma Comunidade Quilombola situada no interior da Bahia. Tijuáçu é a minha comunidade. Tijuáçu este que forjou a internacionalista, a cientista social — acho que já posso me<sup>1</sup> chamar assim — e a mulher “das lutas”. Essa junção é materializada na presente dissertação, a internacionalista se “aquilombou”, a quilombola se “internacionalizou”.

Para situá-los/situá-las, foi como forma de resistência negra e da luta permanente por liberdade que surgiram os Quilombos, sendo o mais conhecido o Quilombo de Palmares, localizado em Alagoas. Como herança dessas resistências, na atualidade, existem as Comunidades Remanescentes de Quilombo. Jaci Maria Menezes (2009) explica que

Logo no primeiro século de colonização portuguesa do Brasil já se tem notícia da formação dos “quilombos”, lugares onde viviam os negros fugidos que passam a formar um novo agrupamento social, à margem da sociedade colonial construída pelos portugueses, e dedicada à caça, à pesca e à agricultura de subsistência. Quilombos houve, como os dos Palmares, localizados na região da Serra da Barriga no atual estado de Alagoas, num conjunto de aldeamentos onde viviam negros, índios e mestiços. (Menezes, 2009, p. 84).

A autora ainda expõe que existiu outros tantos quilombos erguidos durante a dominação de Portugal sobre o Brasil, no “Brasil colônia”, durante o Império e posterior, com a Independência do país, com repressão por meio da figura do “Capitão-do-Mato”, encarregado de perseguir e prender os negros e negras fugidos. Por meio da existência dos quilombos foi possível analisar o desejo de liberdade desde o momento do aprisionamento do negro/da negra.

---

<sup>1</sup> Sei bem que a academia e as regras nos dizem para não utilizar a primeira pessoa do singular, mas esse é o único jeito de narrar uma introdução tão pessoal assim.

Na verdade, bem antes disso. Outra ancestral e historiadora, Beatriz Nascimento (2021)<sup>2</sup>, tece comentários valiosos sobre a formação dos quilombos no Brasil. Segundo ela, a historiografia sobre os quilombos evidencia a sua habilidade para aglutinar as raças que constituem a formação social brasileira. Para além de negros, negras e mestiços — principais indivíduos que ocupavam esses espaços — o quilombo de Palmares acolheu índios (indígenas) e mesmo brancos. Os quilombos, em sua essência, são formações sociais alternativas (Gonzalez, 2022, p. 25).

Atualmente, além de ser uma maneira de adquirir a própria territorialidade negra e fonte de resistência, as comunidades quilombolas espalhadas pelo território brasileiro são vigorosas reinvenções de identidade. São essas comunidades quilombolas que muitas vezes revelam a memória de um matriarcado que se empoderou com o passar dos anos, mostrando a força e a vitalidade que a mulher quilombola possui, bem como exerce um papel importante para inserir as mulheres na cultura, economia e política, âmbitos negados para as mesmas durante boa parte da história brasileira. Tais mulheres também carregam a luta pelo direito à liberdade, assim como a opressão de gênero, religião, raça e classe social. Justamente por ser mulher e negra, estas sempre analisaram a condição de ser mulher também sob a ótica do racismo e das questões de raça — tal como indica Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Luiza Bairros, Sueli Carneiro etc em seus trabalhos. Foi olhando em retrospecto, para visualizar as Dandaras, Dinhas, Detinhas, Cássias, Marias, Iucas<sup>3</sup>, referências tão próximas a mim, a nós, como a existência da própria comunidade quilombola de Tijuacu, que lancei questionamentos e percepções acerca das contribuições das mulheres negras e outros povos para a formação do Brasil, da América Latina e do Internacional. Como indica a música: sambei, sambei e cheguei em Lélia Gonzalez.

A grandeza dos escritos de Lélia Gonzalez para a formação do pensamento intelectual brasileiro e latino-americano passou a ser reconhecida com o florescer dos anos. Do mesmo modo, as agendas de pesquisas e de demandas dos eixos temáticos de raça, classe, gênero e ancestralidade, entre outros, passaram a ser investigadas cada vez mais. Em detrimento da sua capacidade de provocar e delinear conceitos, não só o de amefricanidade, foco desta dissertação, mas também: pretuguês, feminismo afro-latino-americano, racismo de denegação e as críticas ao mito da democracia racial, a referida teórica passou a ter amplo reconhecimento nacional e

---

<sup>2</sup> Para ela: “Trata-se do Quilombo (quilombo), que representou na história do nosso povo um marco na sua capacidade de resistência e organização. Todas essas formas de resistência podem ser compreendidas como a história do negro no Brasil” (Nascimento, 1985, p. 41). As contribuições de Beatriz Nascimento sobre quilombos, a questão negra no Brasil e os papéis da mulher negra na sociedade e no mercado de trabalho fogem ao escopo que o nosso trabalho conseguiria apresentar. Mas é válido mencionar que essa breve elucidação não faz *jus* a dimensão que seus escritos têm.

<sup>3</sup> São os nomes de algumas das mulheres do Samba de Lata de Tijuacu.

internacional, tanto em vida quanto postumamente (inclusive ainda maior). Estabeleceu um bonito legado e diálogos coletivos com Abdias Nascimento, Angela Davis, Luiza Bairros, Beatriz Nascimento entre outras estimadas figuras para o processo de ecoar as vozes minoritárias e marginalizadas, sobretudo, femininas, negras e indígenas. Vozes contribuidoras da estruturação não só do Brasil, mas da América (América). Acompanhar os seus desdobramentos teórico-conceituais consiste em interpretar e superar os processos de silenciamento e apagamento.

Sinteticamente, Lélia Gonzalez foi uma professora, antropóloga, filósofa e militante do movimento feminista e negro, além de ter sido uma das pioneiras nos debates sobre gênero e raça no Brasil, desenvolveu uma concepção afro-latino-americana da teoria e do movimento feminista. Nesse bojo, quando em 1988 elabora o conceito de amefricanidade, passa a dar um direcionamento crítico para a formação política-cultural dos países que integram a América Latina. A vida e as palavras escritas e ditas inspiraram e inspiram muitas pessoas, principalmente porque os acontecimentos da vida de Lélia Gonzalez reverberaram na formação de seu pensamento.

Lélia Gonzalez<sup>4</sup> (2020a, p. 134-135) sustenta que as implicações nos terrenos culturais e políticos da categoria de amefricanidade são efetivamente democráticas. A base das implicações democráticas apresenta-se no fato de que o próprio termo permite que sejam ultrapassadas as limitações de natureza ideológica, linguística e territorial, “abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: a AMÉRICA como um todo (Sul, Centro, Norte e insular)”. Para mais, as muitas marcas históricas evidenciam a presença negra, indígena e feminina na construção do continente americano. Essa característica levou Lélia Gonzalez a ponderar sobre uma categoria que não ficasse restrita apenas ao caso brasileiro, esfera nacional, e ir à procura de conceber uma abordagem mais ampla, levando em consideração as exigências próprias da noção de amefricanidade. “A chamada América Latina, que na verdade, é muito mais ameríndia e amefricana do que qualquer outra coisa, apresenta-se como o melhor exemplo de racismo por denegação. Sobretudo nos países de colonização-luso espanhola [...]” (Gonzalez, 2020a, p. 130).

---

<sup>4</sup> Ainda que a recomendação mais indicada da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) seja de utilizar apenas do último sobrenome na referência, optamos por usar nome e sobrenome. Esta escolha se refere a uma composição coletiva de demonstrar que a referência empregada não necessariamente é “o ou ele”, mas que pode ser “a ou ela”, ou seja, “a autora/a intelectual”. Ademais, é um recurso que facilita encontrar e catalogar melhor a base referencial.

Em vista disso, Gonzalez (2020a) realça a magnitude de voltar os olhos para a formação histórica dos países que compõem a região, com destaque para os processos de dominação, racismo, colonialismo e imperialismo. Assim, Analice Silva (2021) manifesta que, por meio do entendimento crítico dessas questões, a amefricanidade, enseja a percepção da grandeza e das contribuições dos povos africanos para a cultura, para a construção do pensamento e da sociedade. O desprezo pelas culturas africana, negra e indígena advém da negação da humanidade desses povos. A ciência regularmente não reconhece estes impactos, reverberando no massacre cultural, “desde a perda de línguas às práticas, sendo a resistência, elemento principal para manter alguns elementos da cultura africana e indígena ainda que de forma subalterna, em virtude da demonização destas” (Silva, 2021, n.p).

Já no tocante à esfera feminista, Cláudia Pons Cardoso (2014) menciona que Lélia era defensora de um feminismo afro-latino-americano, emprazado pela recuperação dos processos de resistência e insurgência aos poderes estabelecidos. Historicamente, estes eram pleitos levados a termo por mulheres negras e indígenas contra o colonialismo e, posteriormente, fonte de orientação para ações políticas feministas descolonizadoras. Bárbara Martins (2021) fortalece essa perspectiva ao explicar que Lélia Gonzalez foi um dos expoentes propulsores que apresentou a magnitude dos movimentos sociais brasileiros — aqueles que tinham como foco o gênero e a raça — para outros países. Para além das pautas em torno do feminismo, existia uma forte atuação em reforçar a atuação de pessoas negras na política e nas universidades, bem como introduzir pensamentos “decoloniais” capazes de questionar a permanência de pensamentos eurocentrados no imaginário de lugares como o Brasil e outros países que outrora já foram colonizados. Destaca-se também o reconhecimento da importância das duas obras por figuras internacionais de renome, como a filósofa, feminista e ativista estadunidense Angela Davis — argumento que vamos fortalecer mais adiante.

Passado o momento de apresentar as facetas iniciais da autora e do conceito que iremos trabalhar, apontamos outra condição que sustenta o nosso interesse e a escrita do trabalho em um *Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais* e na linha de pesquisa de *Relações Internacionais e Desenvolvimento*: o aumento exponencial dos estudos, das discussões e das produções acerca das considerações promovidas por Lélia Gonzalez. Em um nível considerável, esse debate chegou e contribui ricamente nas e para as Ciências Sociais, podendo ser resgatado e ramificado enquanto produto da resignificação nas múltiplas dimensões de conceitos e análises da formulação original dos escritos de Lélia Gonzalez. Ou seja, traduzir seu pensamento em conta das possibilidades de raça, de classe, de gênero e seus desdobramentos analíticos, lendo-o enquanto dinâmico e internacional.

Graças ao amparo de rumos conceituais, a Amefricanidade de Lélia Gonzalez (2020<sup>a</sup>) tem potencial para ser uma forma alternativa de contribuição para os caminhos e desenvolvimentos teóricos das Relações Internacionais. As Teorias das Relações Internacionais (TRI) podem se alicerçar nas experiências latino-americanas de mulheres e homens negros na diáspora africana no continente, bem como nas bagagens de mulheres e homens indígenas contra a dominação colonial em interlocução com o internacional.

Levando em consideração que “O “internacional” não é algo “lá fora”” (Halliday, 2007, p. 34), é frisado que o “internacional” não é um elemento que pode ser ignorado, especialmente ao levar em consideração que ele antecede e desempenha um papel formativo na constituição e emergência do Sistema, do Estado e das relações estabelecidas entre ambos. Além disso, Fred Halliday (2007) considera que os estudos acadêmicos procuraram acompanhar as mudanças presenciadas pelo mundo, possibilitando um alargamento do que se enquadra no “internacional” e que é este mesmo conceito que possibilita as Relações Internacionais ter uma ontologia própria — e não a tão ilustre política, emprestada da Ciência Política —, construir pontes de diálogos com outras disciplinas e ser uma das peças complementares do “quebra cabeça” das Ciências Sociais (Rosenberg, 2016). Neste caso, acreditamos que isso pode ser alargado em relação a forma como esse internacional é esculpido em conteúdo de conceitos, teorias, espaços, vozes e temáticas (Nascimento, 2021, p. 39).

Por conseguinte, a presente dissertação tem como objetivo primordial explorar o aparato teórico-conceitual presentes nas obras da teórica Lélia Gonzalez, com potencial para mobilizar e estabelecer diálogos com questões referentes ao recorte das categorias de raça, classe e gênero e o desenvolvimento das TRI. Desse modo, a pesquisa foi guiada para responder a seguinte questão/problema/pergunta: O conceito de Amefricanidade de Lélia Gonzalez e seu desenvolvimento permitem uma contribuição teórica em Relações Internacionais que escape às narrativas restritas das perspectivas mais tradicionais dos “Grandes Debates” teóricos<sup>5</sup> e evidenciem uma dimensão relevante atinente ao silenciamento das mulheres, indígenas e negros africanos neste campo disciplinar? A seguinte hipótese foi testada: o avanço proporcionado pelo desenvolvimento e aplicação da noção de Amefricanidade constitui um alargamento e amplitude teórica na área, haja vista que constitui uma possibilidade teórica em Relações

---

<sup>5</sup> O que estamos chamando de narrativas mais restritas — não alargadas, não ampliadas, limitadas etc — e perspectivas mais tradicionais das TRI, que costumeiramente são definidas em debates e correntes que excluem muita coisa, são sobretudo o realismo, o liberalismo (idealismo) e o construtivismo. Teorias mais hegemônicas das Relações Internacionais, que são narradas muitas vezes como os três caminhos possíveis de vertentes teóricas para construção de trabalhos. Mas também se refere a forma quadrada de passar o ensino de TRI a diante: utilizando sempre os mesmos autores, colocando uma teoria contra a outra ou resumindo elas.

Internacionais (RI) e de aproximação com o internacional na medida que possibilita lidar com aspectos relevantes da concretude de mulheres, indígenas e negros em termos de uma multidimensionalidade, nem sempre contemplados nas narrativas hegemônicas e eurocêtricas, pautadas por uma reificação destes por meio de uma ênfase no Estado e nas relações e conceitos políticos.

•

Por meio da Revisão Sistemática da Literatura, buscaremos discutir se e como a noção de Amefricanidade de Lélia Gonzalez e seu desenvolvimento permitem uma contribuição teórica em Relações Internacionais. Segundo Marcos Sousa e António Ribeiro (2009), a revisão sistemática da literatura é compreendida como a revisão planejada da literatura científica, no qual se faz uso de métodos sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar criticamente estudos relevantes sobre uma questão distintamente formulada. Ela foi empregada na captação e ordenamentos das principais produções sobre/de Lélia Gonzalez (Tabela 2), na qual destrinchamos os procedimentos e escolhas realizadas. Ao longo do trabalho também utilizamos a Revisão Narrativa de Literatura e o Conhecimento Situado como metodologias. De acordo com Edna Rother (2007), as revisões narrativas de literatura geralmente são amplas e adequadas para quando se deseja discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte” de alguma temática ou assunto, a partir de um ponto de vista contextual ou teórico. Elas não informam, sistemática e previamente, as fontes de informações utilizadas, a metodologia para a procura das referências e nem mesmo os critérios para avaliação e seleção dos trabalhos. Já o mais novo método de conhecimento situado, para Mariana Selister Gomes, Eduarda Quatrin Casarin e Giovana Duarte (2019), se refere a existência da problematização da experiência do próprio sujeito que está realizando a pesquisa, para, só assim de fato, dialogar abertamente com as teorias e com os dados empíricos, de forma transparente e crítica. É por meio do Conhecimento Situado que levamos em consideração as experiências e vivências dos sujeitos atrelados a uma realidade específica.

No primeiro capítulo da dissertação, *Lélia Gonzalez e a amefricanidade: conversas iniciais e os novos caminhos teóricos*, apresentaremos o legado e a grandiosidade teórico-prático da brasileira Lélia Gonzalez através do mapeamento de seus próprios e de material sobre ela, o conceito de Amefricanidade e América Ladina — o vínculo entre ambos, através dos próprios escritos de Lélia Gonzalez e M. D. Magno, e os desdobramentos do encontro entre TRI e a amefricanidade.

Ao passo que no segundo capítulo, *O internacional em Lélia Gonzalez*, o propósito é explorar a presença do internacional nas contribuições de Lélia Gonzalez, particularmente ao

tratar da amefricanidade. Pois esta é emoldurada enquanto uma construção político-cultural original de uma categoria transnacional. Para tanto, discute-se o conceito de “Internacional”, sobretudo com base em Fred Halliday e Justin Rosenberg, escritores e professores de Relações Internacionais, localiza-se em que condição está esse internacional em Lélia Gonzalez e alardear a transnacionalidade da categoria de Amefricanidade a partir das disposições da diáspora negra na América, pan-africanismo, resistência indígena e feminina.

Enquanto no terceiro capítulo, *A luz da interseccionalidade, da decolonialidade e do marxismo sob Gonzalez e a amefricanidade: comentários teóricos sobre gênero, raça e classe em conexão com a esfera teórica em Relações Internacionais*, tencionamos e expomos a composição das interpretações de interseccionalidade, decolonialidade e marxistas ligadas ao pensamento de Gonzalez e à amefricanidade. Com esse objetivo, vamos esmiuçar a base conceitual do interseccional e decolonial e do marxismo. Com os principais aportes de Kimberlé Williams Crenshaw, Patricia Hill Collins, Sirma Bilge e Carla Akotirene para lidar com a primeira, e María Lugones, Aníbal Quijano, Frantz Fanon, Françoise Vergès e Fernanda Cardoso Fonseca para tratar da segunda. Para assim, apresentar como são apresentadas as interpretações que relacionam as contribuições de Lélia Gonzalez com as perspectivas interseccional, decolonial e marxista. Do mesmo modo, detalhar mais como essa autora desenvolve as categorias de gênero, raça e classe.

## **1 LÉLIA GONZALEZ E A AMEFRICANIDADE: CONVERSAS INICIAIS E OS NOVOS CAMINHOS TEÓRICOS**

Em conformidade com os objetivos da presente dissertação, este primeiro capítulo terá como foco as discussões primordiais acerca do conceito de Amefricanidade formulado pela teórica brasileira Lélia Gonzalez, sobretudo, ao olhar para as Américas, e mais especificamente, para a América Latina, haja vista que este enfoque possibilita a abertura para incentivar uma teorização em Relações Internacionais através de conceitos. Refletimos no entendimento de que nossa proposta representa uma das muitas possibilidades de “novos” caminhos teóricos em Relações Internacionais, a assim chamada “Teorias das Relações Internacionais” (TRI).

O TED Talk de 2009, nomeado *O perigo da história única*<sup>6</sup>, da ilustre escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, nos fornece bases interessantes para questionar e superar certos estereótipos, assim como para repensar como decidimos construir novas narrativas e interpretar pessoas, conceitos e realidades. Vista, em sua plataforma oficial, mais de 35 (trinta e cinco)

---

<sup>6</sup> Em inglês *The danger of a single story*.

milhões de vezes e com posterior versão em livro, aqui no Brasil publicado pela Companhia das Letras com o mesmo título *O perigo da história única* (2019), a palestra de Adichie representa um potente relato sobre como a sua própria vivência nos Estados Unidos da América (EUA), intitulado a “América”<sup>7</sup> a fez refletir sobre a sua real condição em outro país e a dimensão de ir além de preconceitos e estereótipos. São os estereótipos e os preconceitos que muitas vezes guiam as narrativas do mundo, as decisões e como estabelecemos relações, sejam com pessoas ou países.

Ao falar de poder, conceito possuidor de muitas definições, disputas e discussões dentro das Relações Internacionais, Chimamanda Adichie (2009) reforça que a concepção de poder está muito atrelada a quem pode contar a história do mundo e de alguém, diz “é praticamente impossível não falar da “História Única sem falar de poder” (TED Talk, 2009). Nesse sentido, a lógica de “ser maior que o outro” diplomática, econômica, política ou militarmente ainda reflete na forma como e quando a história, inclusive de fatos e acontecimentos internacionais, nos é contada. Também nos questionamos: Quem tem poder para contar essa história única? Ela é a única versão possível? Como romper com esse padrão? Quais possibilidades de enfrentamento se mostram frente a esses estereótipos e preconceitos? É, de fato, o momento de romper com as histórias únicas surgidas como versões quase que incontestáveis por aqueles que se sentem “maior que o outro”.

Em paralelo com essa argumentação, Edward Said (1990), no livro *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, sustenta que, ao longo dos anos, as narrativas transportam um poder capaz de tanto criar quanto de impedir o surgimento de novas narrativas — um processo importante para a cultura e o imperialismo, que requer uma investigação até mesmo mais complexa do que esse capítulo se propõe a fazer. Retoma-se para dizer que as narrativas grandiosas, como as dos grandes impérios, impulsionaram povos do mundo, fazendo-os buscar pelo esclarecimento ou para se erguerem contra a sujeição imperial (Said, 1990).

Adichie (2009) e Said (1990), cada um à sua maneira, abastecem a formação da escrita do primeiro capítulo da presente dissertação ao trazerem à tona a dimensão das narrativas. A exemplo da América Latina: Quem que nos conta a sua história? Ao escolhermos um recorte específico, temos uma versão, uma possibilidade, isso em absoluto não quer dizer a única versão, tampouco, a única possibilidade. Antes da chegada dos portugueses e dos espanhóis, já

---

<sup>7</sup> Colocamos em aspas, pois é significativo, ainda que passível de críticas a nomenclatura, para latino-americanos/as e/ou sul-americanos/as (ou outros/as) que a definição de “América” e “ser americano” não seja somente uma identificação que faz referência aos EUA. No texto *A categoria político-cultural de amefricanidade*, Lélia Gonzalez (2020a) já firmava que a América representa o todo — Sul, Central, Norte e Insular.

havia uma história sendo construída. A flecha indígena representa uma narração. As pinturas corporais representam uma narração. As "religiões animistas", a conexão com a terra e as disputas territoriais representam outras narrações.

O mesmo é válido para as Teorias das Relações Internacionais. Para não ficarmos na superficialidade de achar que o nosso espaço teórico se resume às narrativas contadas através e para o Estado-nação, dos grandes debates, dos pensamentos clássicos. As múltiplas alternativas se apresentam, tanto sobre como chegam para nós as histórias que ouvimos, a visão que concebemos, quanto o que faz parte ou não das Relações Internacionais. Por isso é importante diversificar as fontes do conhecimento, com quem conversamos, explorar as diferenças e o leque de diversidade de discursos e narrativas.

Lélia Gonzalez, apresentada e interpretada algumas linhas abaixo, narra uma América Latina/América Ladina conectada com a Amefricanidade. Uma América assentada nos traquejos das mulheres, dos negros e dos indígenas. A América que tanto tem a dizer para as relações (Relações) — humanas e Internacionais. Uma narrativa é um caminho de interpretação possível e não uma verdade incontestável.

### **1.1 Doses bibliográficas e mapeamento das obras e interpretações de Lélia Gonzalez**

Transmitir os feitos e efeitos de Lélia Gonzalez parece ser um “rito de passagem” de quase todos aqueles e aquelas que se propõem a interpretar seu pensamento. Como sua vivência pessoal sempre esteve intrinsecamente ligada à sua atuação política e sua trajetória acadêmica, faz-se respeitável rememorar a sua jornada e o alcance de suas contribuições.

Nascida como Lélia de Almeida e eternizada como Lélia Gonzalez<sup>8</sup>, teve seus ciclos marcados pela forte atuação acadêmica e militante. Mineira de Belo Horizonte, que muito nova se mudou para o Rio de Janeiro, onde passou sua vida, lançava-se à sociedade a partir de alguns tópicos panfletados: Penúltima filha a nascer em uma família composta por dezoito irmãos; Com muito orgulho, filha de mãe índia (indígena) e pai ferroviário e negro; Graduada em História e Filosofia, Pós Graduada em Comunicação e Antropologia, com cursos livres em Sociologia e Psicanálise; Militante ativa do Movimento Negro; Fundadora do Movimento Negro Unificado (MNU)<sup>9</sup> e Vice- Presidente Cultural do Instituto de Pesquisa das Culturas

---

<sup>8</sup> “Após a morte traumática do marido e colega de graduação em Filosofia, Luiz Carlos Gonzalez, em 1965, Lélia adota efetivamente o sobrenome hispânico em homenagem àquele que era um questionador do processo de embranquecimento pelo qual ela passava” (Ratts, 2022, p. 5).

<sup>9</sup> Alex Ratts e Flavia Rios (2010, p. 82-90) apontam que em 1978, o Manifesto Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), posteriormente denominado de Movimento Negro Unificado (MNU) emergiu

Negras; Importante membro do Conselho Direto do Memorial Zumbi; Atuante na luta contra a discriminação e opressão das mulheres, inclusive, sendo eleita em 1981 como uma das “Mulheres do Ano” pelo Conselho Nacional de Mulheres do Brasil — primeira mulher negra a conseguir esse feito; Membro do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres; Responsável por divulgar em outros países a verdadeira situação da mulher negra brasileira — a exemplo da sua atuação como Vice-Presidentes dos dois primeiros Seminário da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a “Mulher e apartheid”, em 1980 e representação brasileira no Quênia em 1985, no Fórum de Enceramento da Década da Mulher; Autora de livros e artigos publicados no Brasil e no exterior sobre a situação de exploração da mulher e do negro; Integrante do Conselho Diretor da Sociedade Internacional para o Desenvolvimento, com sede na capital da Itália, Roma e professora com vasta experiência em universidades, colégios e escolas, inclusive da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) (Ratts; Rios, 2010, p. 11-12).

Um aspecto marcante da vida de Lélia Gonzalez foi seu primeiro casamento com um colega de universidade, um brasileiro branco chamado Luiz Carlos Gonzalez, de quem Lélia nutriu bons sentimentos e herdou o sobrenome. Foi por meio dessa união que ela pode perceber mais abertamente a sua condição de mulher negra e da situação da população negra no Brasil. É na *Entrevista ao Pasquim*<sup>10</sup>, em 1986, que ela menciona, assim como comentou outras vezes, a experiência traumática de conviver com a família branca e racista do seu então marido. Que não aceitavam a união deles, só se fosse um “divertimento” dele, mas matrimônio com uma mulher negra, para eles, era algo inadmissível.

A própria realização dessa entrevista como um todo é um importante marco a ser evidenciado, pois Lélia ser entrevistada no principal jornal da época era um indicativo de como o seu nome estava conhecido na cena. Logo na apresentação da entrevista, Lélia Gonzalez é apresentada como exemplo a ser lembrado quando se tratava de feminismo e movimento negro, bem como exemplo de vontade, caráter e coerência. Ao longo da entrevista, ela fornece respostas sagazes sobre a sua participação na política, as articulações do Rio de Janeiro e São Paulo em termos de movimentos feminista e negro, da situação do *apartheid* na África do Sul, os trabalhos que realizou, sua relação com a psicanálise e sua relação com a religião, o candomblé mais especificamente, etc.

---

da luta e demandas da população contra o discurso da democracia racial, bem como das mazelas vivenciadas nas esferas culturais, políticas, econômicas e sociais. Dentro dessa agenda, Lélia Gonzalez desparou como liderança no processo de trazer as pautas da mulher negra para o movimento negro.

<sup>10</sup> O Pasquim foi um semanário/jornal alternativo brasileiro de renome, principalmente no período da ditadura militar. A entrevista que se trata foi a concedida a Mara Teresa e Jaguar, publicada em *O Pasquim*, Rio de Janeiro, ano 17, n. 871, p. 8-10, 20-26 mar. 1986, disponível no livro organizado por Rios e Lima (2020).

É sem cabimento não abordar o tópico “Fundadora do Movimento Negro Unificado (MNU)” de forma mais esmiuçada, haja vista que o MNU por si próprio e o comprometimento de Lélia Gonzalez para com este representam um importante marco para a história do ativismo e da trajetória do movimento negro no Brasil. Para Lourival Custódio (2017, p. 19), sobretudo entre os anos de 1978 e 1990, o MNU exerceu grandeza sobre a formação da identidade negra no contexto brasileiro, do mesmo modo que estabeleceu conexões internacionais e nacionais com outras figuras e movimentos — na seara política e social, das bases dos Estados Unidos, houve o contato com os processos de luta pelos direitos civis dos negros, liderados por Martin Luther King Jr. e Malcolm X, do movimento Pan-Africanista (o Pan-africanismo)<sup>11</sup>, calhado em países como Moçambique e Gana e dos processos de greve e contestação em relação à Ditadura Civil-Militar.

O decurso de efetiva formação do MNU passou pela denominação inicial de Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), teve como marco central a manifestação de 7 de julho de 1978, no Theatro Municipal da Cidade de São Paulo e contou com a participação de Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez, duas das principais personalidades do debate sobre racismo e discriminação racial (Custódio, 2017; Pereira, 2013).

No texto *O Movimento Negro Unificado: um novo estágio da mobilização política negra*<sup>12</sup>, originalmente publicado em inglês, em 1985, Lélia Gonzalez (2020n) traça um panorama das características e projeções do MNU. Conforme ela expõe, o nascido como MUCDR possui diferenças (em relação a outros) dos movimentos negros brasileiro de outros contextos, como a Frente Negra Brasileira (FNB) e o Teatro Experimental do Negro (TEN). Afinal, ele “[...] se preocupava principalmente com os problemas da integração racial. O MNU combina problemas de raça e classe como foco de sua preocupação” (Gonzalez, 2020n, p. 113).

Depois de dois acontecimentos emblemáticos contra a vida e dignidade da população negra, a morte do operário Ronson Silveira da Luz e a exclusão de quatro adolescentes do time de vôlei do Clube do Tietê<sup>13</sup>, por causa de sua cor, uma série de reuniões e manifestações foram realizadas para determinar a atuação da militância frente à situação. Em 7 de julho de 1978

<sup>11</sup> O nascimento e a elucidação acerca do pan-africanismo, movimento teórico, filosófico e político, carecem de uma explicação mais detalhada. Assim faremos em um momento posterior deste trabalho.

<sup>12</sup> Não achamos trivial tratar do MNU. Entendemos sua profundidade e que é crucial que se faça um esforço ainda maior para expor seus predecessores, formação e alcance. Logo, para não apenas estagnar nos parágrafos introdutórios aqui apresentados, por não ser o foco da dissertação, recomendamos algumas leituras: o próprio texto na íntegra, *O Movimento Negro Unificado: um novo estágio da mobilização política negra*, de Lélia Gonzalez. Que, por sua vez, já é uma versão resumida e alterada de fragmentos de *Lugar de Negro (2022)*, livro que a mesma escreve em parceria com Carlos Hasenbalg e a dissertação de mestrado, *Um estudo de classe e identidade no Brasil: Movimento Negro Unificado (MNU) - 1978–1990*, escrita em 2017 por Lourival Aguiar Teixeira Custódio.

<sup>13</sup> Gonzalez (2020n) informa que foi um material divulgado pela imprensa de São Paulo em 17 de maio de 1978.

houve o lançamento público do MNU, no qual se consumou o elo entre o protesto e a necessidade de organização política negra. Com uma estrutura organizacional e meios de ação pensados de modo coletivo, o MNU definia-se como um movimento político de reivindicação política sem, de modo algum, fazer diferenciação de raça, educação, gênero, crença religiosa ou política e sem fins lucrativos. O propósito central era a criação de um arranjo e a movimentação da população negra no Brasil em busca do fortalecimento da luta pela emancipação social, política, cultural e econômica, brecada pelas implicações do preconceito racial (Gonzalez, 2020b).

As discussões se dariam em torno de movimento negro de caráter nacional. E foi assim que começaram a ser lançada as bases do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, o MNU. Sua criação efetiva, que se daria em junho de 1978 em São Paulo, como veremos em seguida, resultou de todo um trabalho dos setores mais consequentes das entidades cariocas e paulistas, **empenhados numa luta política comum**. Vale dizer que a fundação do MNU não contou com a participação de nenhuma grande personalidade, mas resultou do esforço de uma negrada anônima, dessas novas lideranças forjadas sob o regime ditatorial militar (Gonzalez, 2022, p. 53, grifo nosso).

A atuação e escritos de Lélia no e sobre o MNU mostram mais a dimensão coletiva da sua essência e não só nesse encargo de “superintelectual iluminada”. Em *Lugar de Negro*, livro escrito com o argentino Carlos Hasenbalg, com divisão para as pesquisas de cada<sup>14</sup>, a própria Lélia Gonzalez (2022) mobiliza as trajetórias políticas e de luta do movimento negro no Brasil. Na sua concepção, discutir sobre o movimento negro implica abordar um tema de alta complexidade, dada a multiplicidade de suas nuances. Portanto, não permite que se limite a uma visão unitária.

Afinal, nós, negros, não constituímos um bloco monolítico, de características rígidas e imutáveis. Os diferentes valores culturais trazidos pelos povos africanos que para cá vieram — iorubás ou nagôs, daomeanos, malês ou muçulmanos, angolanos, congolese, ganeses, moçambicanos etc. —, apesar da redução à “igualdade”, imposta pela escravidão, já nos levam a pensar em diversidade. (Gonzalez, 2022, p. 25).

Como bem já mencionamos, a organização da juventude e população negra brasileira passou a se encontrar socialmente para falar de certos acontecimentos de caráter internacional, tais como as guerras de libertação dos países africanos e a luta por direitos civis nos EUA. O mesmo movimento que passou também a olhar para as questões das mulheres negras e não mais organizar reuniões separadas para tratar desses problemas, como se fossem algo de demanda só

---

<sup>14</sup> O livro foi publicado em conjunto, mas eles não escrevem juntos. Cada um escreve uma parte individualmente. A primeira metade é escrita e assinada por Lélia Gonzalez, a segunda por Carlos Hasenbalg. É um dos dois livros publicados em vida por Lélia Gonzalez.

delas. Foi a partir da convivência com essas irmãs negras, que tanto outras mulheres negras como homens negros, já no Movimento Negro Unificado, que se atentou para a própria especificidade dessas mulheres. Desde a carta convocatória para ato público contra o racismo<sup>15</sup>, o então Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, deixou marcado que não podiam mais se calar. Ficou evidente que seu principal entrave era a discriminação racial, fato marcante na sociedade brasileira. Essa discriminação barrava (ainda barra) o desenvolvimento da comunidade afro-brasileira, destruía as almas de homens e mulheres negras e as suas capacidades de realização como ser humano (Gonzalez, 2022).

Já na carta aberta à população<sup>16</sup>, lida nas escadarias do Teatro Municipal, constava os principais pleitos levantados pelo MNU. A leitura da dessa carta emanava a mensagem de que a campanha que estavam encabeçando era contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego, o subemprego, marginalização e para denunciar as condições degradantes de vida da comunidade negra. Anos depois da criação do MNU, em 1981, percebeu-se — e contestou com argumentos — cada vez mais as acusações sofridas pelo MNU de “racismo às avessas”, de serem divisionistas, revanchistas etc, bem como se entendeu que, apesar das tentativas de silenciamento, as fileiras dos entusiastas, apoiadores/as e interessados/as na “questão negra” cresciam substancialmente. Esse alargamento e formidável trabalho de base/formação e de denúncia do racismo e da situação do negro/da negra brasileira não se manteve apenas no nível nacional, mas também em nível internacional, seguindo os caminhos abertos por Abdias Nascimento, a partir do ano 1968<sup>17</sup>. A prova disso são os congressos, encontros, conferências que o MNU se fez presente (Gonzalez, 2022).

Assim é que participamos de:

- Congressos — como o II Congresso das Culturas Negras das Américas, realizado no Panamá em 1980;
- Seminários — “Democracia para o Brasil”, Nova Iorque, 1979; “A Mulher sob o Apartheid” (promovidos pela ONU), no Canadá e na Finlândia, em 1980 (dos quais fui vice-presidente); “Situação Política, Econômica e Social do Brasil”, Itália, 1981;

<sup>15</sup> Na página 55, 56 e 57 de *Lugar de Negro (2022)* tem a carta convocatória na íntegra.

<sup>16</sup> Na página 62, 63 e 64 de *Lugar de Negro (2022)* tem a carta aberta à população na íntegra.

<sup>17</sup> Lélia se refere a “viagem” feita por Abdias Nascimento aos Estados Unidos, no período da ditadura militar brasileira, mas manteve suas iniciativas de falar da situação do povo negro no Brasil. “O período que se estendeu de 1945 a 1948 caracterizou-se, portanto, pela intensificação das agitações intelectuais e políticas dessas entidades que, agora, tratavam da redefinição e implantação definitiva das reivindicações da comunidade negra. O Teatro Experimental do Negro (TEN), no Rio de Janeiro, foi a mais alta expressão desse tipo de entidade. Sua posição crítica em face do racismo e suas práticas, seu trabalho concreto de alfabetização, informação, formação de atores e criação de peças que apontam para a questão racial, significou um grande avanço no processo de organização da comunidade. O TEN inaugurou um importante processo que se estenderia pelos anos sessenta até os dias atuais (**apesar do auto-exílio do seu fundador Abdias do Nascimento, nos Estados Unidos, a partir de 1968**)” (Gonzalez, 2022, p. 32-33, grifo nosso).

- Simpósios — “Economia e Política do Mundo Negro”, Los Angeles, 1979; “Raça e Classe no Brasil”, Los Angeles, 1980;
- Encontros — IV Encontro da Associação de Estudos Latino-Americanos, Píltsburgh, 1979; Encontro Preparatório da Conferência da Década da Mulher, Suíça, 1980; II Encontro da Associação de Estudos da Herança Africana, Pitts-burgh, 1979;
- Conferência — “Os Direitos Humanos e a Missão da Mulher” (promovida pelo Conselho Mundial das Igrejas), Veneza, 1979; Conferência Alternativa da Década da Mulher, Copenhague, 1980; Sanções contra a África do Sul (promovida pela ONU), Paris, 1981;
- Palestras (Estados Unidos, Europa e África: Senegal, Alto Volta e Mali), entrevistas (imprensa falada, escrita e televisada dos três continentes citados). participação em manifestações (Dia da Libertação Africana, 25 de abril; vale ressaltar que o Dia Nacional da Consciência Negra, o nosso 20 de novembro, foi comemorado em Londres, em 1980) etc (Gonzalez, 2022, p. 77-78).

Outro aspecto levantado por Lélia Gonzalez, capaz de ser observado nas temáticas desses eventos listados acima, é a luta de classe<sup>18</sup> existente dentro do movimento negro brasileiro. “Sendo contra ou a favor, não dá mais para ignorar essa questão concreta, colocada pelo MNU: a articulação entre *raça* e *classe*” (Gonzalez, 2022, p. 81). A articulação do MNU em relação ao tópico das classes era pautada como a mão de obra negra, pós escravidão (mas também antes) foi inserida e explorada nos setores da economia brasileira, qual o papel da mulher negra e do homem negro nas relações raciais e na força de trabalho e nas críticas às ideias e atitudes “democráticas” que negavam a questão racial, diluindo-a de forma mecânica na luta de classes. Certas posições da própria esquerda brasileira nada mais faziam que imitar o mito da democracia racial, harmonia entre as raças e “inclusão do negro”, produzido pelo liberalismo paternalista que elas prometiam contestar (Gonzalez, 2022).

Desenvolvendo outros aspectos da sua trajetória, ainda de acordo com Alex Ratts e Flavia Rios (2010), Lélia nascida em 1935 e falecida em 1994, foi uma figura marcante e pioneira nos debates acerca das questões de gênero, raça e classe. Reverenciada e reconhecida de muitas formas, teve seus artigos citados e seu pensamento interpretado em português, espanhol, francês e inglês, bem como ainda é constantemente lembrada em circuitos políticos de mulheres e do feminismo. “Desde o ano de 1999, como veremos, vasto material tem sido produzido sobre as ideias e a vida dessa ativista” (Ratts; Rios, 2010, p. 13). Em detrimento do contato com o trabalho intelectual e do papel ativista de Gonzalez, Alex Ratts e Flavia Rios pesquisam, participam e organizam pesquisas e eventos para um público desejoso de conhecer, assim como ele e ela, os aportes da mesma. Ao empenhar esforços, expressam

---

<sup>18</sup> Abordaremos melhor como Lélia Gonzalez trabalhou esse tópico no capítulo 3 (três) da dissertação.

Antes de mais nada, é preciso dizer que escrever a bibliografia de Lélia Gonzalez não é fazer o “resgate” de uma pessoa negra que se tornou conhecida no Brasil e no exterior. É bem mais que isso, pois essa intelectual e ativista faz parte de um esforço coletivo de legitimação intelectual protagonizado pelo movimento negro e feminista no processo de redemocratização do Brasil. Estamos, cientes, no entanto, de que contar a história de uma pessoa negra, especificamente de uma mulher, nos coloca na delicada posição de, tomando emprestadas as palavras de Jorge Luis Borges, “avaliar o perímetro dos vazios e das lacunas” (Ratts; Rios, 2010, p. 13).

Concordamos com a citação transcrita logo acima. Narrar Lélia Gonzalez é muito mais do que resgatar sua produção, é mantê-la viva, é traduzir<sup>19</sup> seus ensinamentos que dissolvem uma herança colonial, é ancestralidade, é também “construir rotas e redes alternativas para pensar a realidade nacional e da diáspora negra”<sup>20</sup> (Rios; Lima, 2020). Durante muitos anos Lélia Gonzalez foi lembrada muito mais em eventos e escritos “de fora” do que na sua própria casa, o Brasil — em algumas páginas, demonstraremos uma mudança nesse quadro.

Flavia Rios e Marcia Lima (2020, p. 17) reiteram que, mesmo a criação do livro *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*, compilado dos textos de Lélia Gonzalez, sendo tardia, emerge num momento ímpar do feminismo negro brasileiro, pois foi na época de um processo de reconhecimento e enaltecimento da produção e carreira de intelectuais e ativistas negras nacionais. “Esse processo vem de longe e resulta de acúmulos, lutas e engajamentos que ocorrem em múltiplos campos nos quais o trabalho intelectual e a atuação política de Lélia Gonzalez foram fundamentais” (Rios; Lima, 2020, p. 17). Em outras palavras, passado um tempo em que não se remexeu nas “gavetas” de Lélia, suas ideias voltaram a ter destaques e alvo de interesse por parte de estudiosos e militantes. O próprio esforço editorial de Flavia Rios, Marcia Lima e da editora Zahar demonstra isso

Lima e Rios foram eficazes em estruturar o livro com os principais ensaios e artigos da autora, por exemplo, *Racismo e Sexismo na cultura brasileira*, publicado originalmente em 1984, *A categoria político-cultural de amefricanidade, escrito em 1988*, *Por um feminismo afro-latino-americano*, *Nanny: Pilar da amefricanidade*, *Amefricanas do Brasil e sua militância* e *A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social*. De acordo com a premissa e apresentação do próprio livro, este oferece uma cronologia da vida e da obra de Lélia e uma coletânea de entrevistas e traduções inéditas (Nascimento, 2021, p. 61).

---

<sup>19</sup> A noção de traduzir e de tradutibilidade, do filósofo italiano Antonio Gramsci será problematizada e utilizada mais a fundo no terceiro capítulo da dissertação. Ao transpor as criações de Lélia Gonzalez enquanto base e/ou parte das concepções de interseccionalidade e decolonialidade, tencionam-se as interpretações que temos dela.

<sup>20</sup> Essa citação/afirmação consta na orelha de apresentação sintética do livro *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*, por isso não possui numeração.

Em suma, anterior e posteriormente a publicação do referido livro, Lélia impactou e foi impactada por campos dos saberes, pessoas e locuções diferentes. Credita e dialoga com nomes como: Jacques Lacan, Sigmund Freud, Simone de Beauvoir, Rose Marie Muraro, Heleieth Saffioti, W. E. B. Du Bois, Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Guerreiro Ramos, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Joel Rufino, Beatriz Nascimento, Luiza Bairros e entre outros (Ratts; Rios, 2010; Rios; Lima, 2020)<sup>21</sup>.

Com a publicação do livro, mencionado logo acima, organizado por Flavia Rios e Marcia Lima, há quatro anos, ficou consideravelmente menos complicado encontrar os escritos de Lélia Gonzalez condensados em um único volume. O desenrolar disso é a vantagem de oferecer aos pesquisadores e pesquisadoras, e até mesmo a pessoas comuns, a vivacidade do que foi deixado pela autora. Não obstante, também se faz imprescindível recuperar a “linha do tempo” dos principais escritos de Gonzalez, para verificar a cronologia, maturação da sua argumentação teórica e capacidade de publicização — e mais precisamente, no caso deste trabalho, quando aparece a concepção pública de Amefricanidade. Alex Ratts (2022), com base em outras iniciativas de investigação, já traz esse compilado em formato de dois quadros. Em seu texto ele diz que “[...] uma produção não extensa de capítulos inseridos em coletâneas, mas que permite posicionar a autora em circuitos nacionais e internacionais, concernentes ao âmbito científico em questão” (Ratts, 2022, p. 12).

**Tabela 1** – Cronologia dos principais capítulos e artigos escritos por Lélia Gonzalez

<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Editora/Periódico ou Universidade</b>	<b>Local</b>	<b>Tipo</b>
Racismo e sexismo na cultura brasileira	1980	Editora Clínica Social de Psicanálise	Rio de Janeiro, Brasil	Capítulo publicado em coletânea <sup>22</sup>
A mulher negra na sociedade brasileira	1982	Graal	Rio de Janeiro, Brasil	Capítulo publicado em coletânea

<sup>21</sup> “No seu conjunto, a obra de Lélia Gonzalez não faz uso apenas da literatura brasileira, buscando refletir como e a partir dos pensadores e pensadoras de países africanos, dos Estados Unidos, da Europa, da América Latina e do Caribe” (Rios; Lima, 2020, p. 11).

<sup>22</sup> Não só em relação a esse capítulo de livro, mas também dos outros listados, traria um panorama ainda mais rico quem organizou a coletânea, quem editou os textos, com quem Lélia Gonzalez dialogou e quem mais publicou nos mesmos volumes que ela. Contudo, geralmente essas coletâneas são estão mais disponíveis ou com um acesso a um contexto restrito. O acesso a esses textos, por nós, só foi viável por meio da organização de Lima e Rios. Nem Alex Ratts, nem Flavia Rios e nem Márcia Lima, no nosso ponto de vista, três dos/das maiores intérpretes e estudiosos/as de Lélia Gonzalez não conseguiram realizar essa tarefa.

Mulher Negra e participação	1983	Estudos Afro-Asiáticos	Rio de Janeiro, Brasil	Artigo publicado em periódico
The Brazilian Support to the Namibian Cause: Difficulties and Possibilities	1983	Afrodíáspora	Rio de Janeiro, Brasil (Ipeafro)	Artigo publicado em periódico
Mulher Negra	1983	Afrodíáspora	Rio de Janeiro, Brasil (Ipeafro)	Artigo publicado em periódico
Racismo e sexismo na cultura brasileira	1983	Anpocs	Brasília, Brasil	Capítulo publicado em coletânea
The Unified Black Movement: a new stage black po	1985	Center for Afro-American Studie	Los Angeles, Estados Unidos	Capítulo publicado em coletânea
Por um feminismo afrolatinoamericano	1988	Revista Isis Internacional	Santiago, Mudar/Dawn, Chile	Artigo publicado em periódico
A categoria político-cultural de amefricanidade	1988	Tempo Brasileiro	Rio de Janeiro, Brasil	Artigo publicado em periódico
Mulher Negra	1994	Carta	Brasília, Brasil	Artigo publicado em periódico
The black woman in Brazil	1995	African World Press	New Jersey, Estados Unidos	Capítulo publicado em coletânea

Fonte: Adaptado de Ratts (2022) que coletou informações de Ratts; Rios (2010); UCPA (2018); Gonzalez; Lima; Rios (2020).

Inclusive, segundo Luiza Bairros (2000), amiga e companheira de militância de Lélia Gonzalez, a magnitude para a nossa história recente das composições dessa intelectual-militante e de outros que fazem parte do movimento negro brasileiro ainda não foi acertadamente enaltecida e explorada. Dentro do escopo capaz de orientar Lélia Gonzalez, para além de elementos academicistas, a psicanálise e o candomblé foram grandes responsáveis pela reconciliação da sua posição de mulher negra na sociedade — o que refletiu no novo rumo da sua vida no que se refere às suas análises sobre a política e a cultura brasileira. É colocado na conta de Gonzalez, mas não só na dela, o despertar para a experiência na diáspora africana na América e trajetória dos movimentos negro e feminista no Brasil. Consequentemente, “[...] desde que trocou sua situação de companheira de luta pela de ancestral, no dia 11 de julho de 1994, Lélia tem sido motivo de algumas homenagens” (Bairros, 2000, n.p).

Com falas fortes, comoventes e instigantes sobre a política racial brasileira e a falácia da democracia racial, até meados da década de 1980, Lélia provavelmente foi a militante negra com mais participações em seminários e congressos fora do território nacional<sup>23</sup>. Através dela, com suas viagens para os Estados Unidos, em vários países da África, como no Senegal e em Mali, na Europa, como França, Suíça e Itália e da América Latina, principalmente Panamá e Bolívia, foi possível pensar nas vivências de outras diásporas africanas e negras, sintetizar e expandir a categoria de amefricanidade (Bairros, 1999; Ratts; Rios, 2010).

Os artigos, discursos e temas presentes em conferências, seminários, congressos etc, nacionais e internacionais, que levam o pensamento de Lélia Gonzalez não se findaram com o seu falecimento. Na atualidade, as discussões se qualificam e são disseminadas ainda mais, com contornos mais frescos para manter o seu pensamento vivo nos espaços acadêmicos, principalmente em outros países que compõem a América Latina e, posteriormente, no Brasil<sup>24</sup>. É o caso do Congresso de 2020, realizado pela Latin American Studies Association (LASA), em maio, na cidade de Guadalajara, México. Com o tema *AMÉFRICA LADINA: vinculando mundos e saberes, tecendo esperanças* (LASA, 2020).

No ano seguinte, em 2021, ocorreu o I Congresso Internacional Lélia Gonzalez: educação, movimentos e esperanças. Nos dias 24, 25 e 26 de novembro do referido ano prosperou um debate marcante com interlocuções internacionais sobre as questões ligadas aos movimentos sociais, direitos humanos, gênero, desigualdades sociais, violências, educação popular e teorias decoloniais do campo das Ciências Humanas e Sociais. No âmbito da coletividade, se realizou um encontro de docentes, estudantes, intelectuais, militantes de todo o Brasil, bem como de cinco outros países: Argentina, Colômbia, Cuba, México e Porto Rico. Organizado pelo Grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar Lélia Gonzalez, foi um congresso aberto para todas e todos aquelas/aquelas que quisessem compartilhar seus trabalhos.

No total, foram apresentados oitenta e sete (87) trabalhos, organizados entre os seis Grupos de Trabalhos (GTs). Sem dúvidas, o congresso é mais uma das atividades que tem o objetivo de manter e recuperar o pensamento e ensinamentos de Lélia Gonzalez, além de

---

<sup>23</sup> “Algumas viagens de Lélia Gonzalez tiveram caráter predominantemente ativista, enquanto outras ganharam uma dimensão mais acadêmica. Nestas, a intelectual apresentou comunicações ou discursos que mais adiante se refletiram em seus artigos. Carlos Moore recorda que, durante a ditadura militar, aquelas saídas do país também serviram para Lélia respirar outros ares: “Eram viagens de oxigenação”” (Ratts; Rios, 2010, p. 139). As viagens e as redes internacionais intelectuais serão trabalhadas com mais detalhes no segundo capítulo da dissertação, a fim de fundamentar o seu caráter internacional. Ratts e Rios (2010) montaram um esquema detalhado com algumas viagens realizadas, interessante em termos de movimentação internacional, de diálogo com esses países e na busca por referências.

<sup>24</sup> “Esperamos que o pensamento e o discurso dela continuem explicando o mundo que se quer interpretar e transformar” (Ratts; Rios, 2010, p. 156).

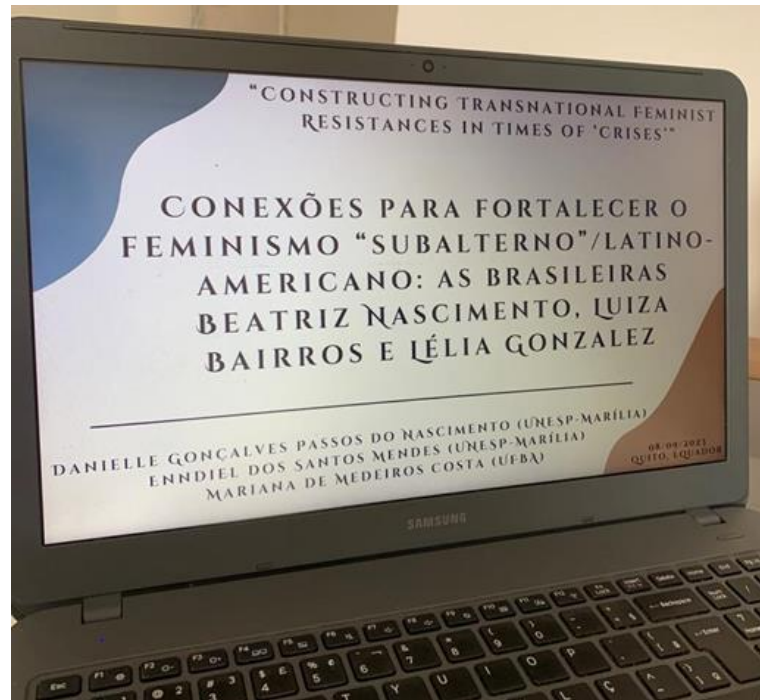
trabalhar o caminho para a liberdade construído por uma ancestralidade em comum e trilhado na base da luta, resistência e amorosidade. *Lélia Gonzalez: reflexões em tempos de pandemia* de Andréa Cavalcanti de Mendonça, *O pensamento de Lélia Gonzalez para uma educação antirracista: diálogos e re(existência) do fórum de mulheres em luta da UFPB* de Katarine da Silva Santana e Maria de Lourdes Teixeira da Silva, *Diálogos entre Lélia Gonzalez e Patricia Hill Collins e o ensino de artes visuais: um debate sobre modernismo no Brasil* de Ellen Bento Alves, *Apontamentos para uma análise genderizada da criminalização do racismo a partir de Lélia Gonzalez* de Samara Tirza Dias Siqueira, *Se Lélia Gonzalez era Olodum, quem tu és?* de Mara Felipe, *Contribuições do pensamento de Lélia Gonzalez para a educação* de Giovana Pontes Farias e Diônvera Coelho da Silva, *Raça, gênero e classe na ensaística de Lélia Gonzalez e a construção de um movimento feminino, améfricano e afrodiaspórico* de Mireile Silva Martins, *A indissociação entre as resistências culturais negras e a luta política: um esforço histórico dos movimentos negros catalisado por Lélia Gonzalez* de Thamires Costa Meirelles dos Santos são os resumos expandidos publicado nos Anais do *I Congresso Internacional Lélia Gonzalez: educação, movimentos e esperanças* que diretamente trabalham contribuições de Lélia Gonzalez (Castro; Moreira; Pires, 2022; Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as/es - ABPN, 2022).

Como também é o exemplo do trabalho intitulado *Conexões para fortalecer o feminismo “subalterno”/latino-americano: as brasileiras Beatriz Nascimento, Luiza Bairros e Lélia Gonzalez*<sup>25</sup>, elaborado conjuntamente entre Danielle Gonçalves Passos do Nascimento, Enndiel dos Santos Mendes e Mariana de Medeiros Costa e apresentado de maneira remota na *Conferência Construindo resistência feminista transnacional em tempos de “crise”*, promovida pelo International Feminist Journal of Politics e pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO- Equador), em Quito, no Equador. Em resumo, o objetivo do trabalho é evidenciar os aportes de autoras brasileiras para pensar o feminismo “subalterno”/latino-americano. Com foco nos escritos de Beatriz Nascimento, Luiza Bairros e Lélia Gonzalez, buscamos salientar as contribuições das suas trajetórias, conectadas com o Movimento Negro Unificado (MNU) no Brasil, e atuações teóricas.

**Figura 1** - Slide utilizado para a apresentação do trabalho.

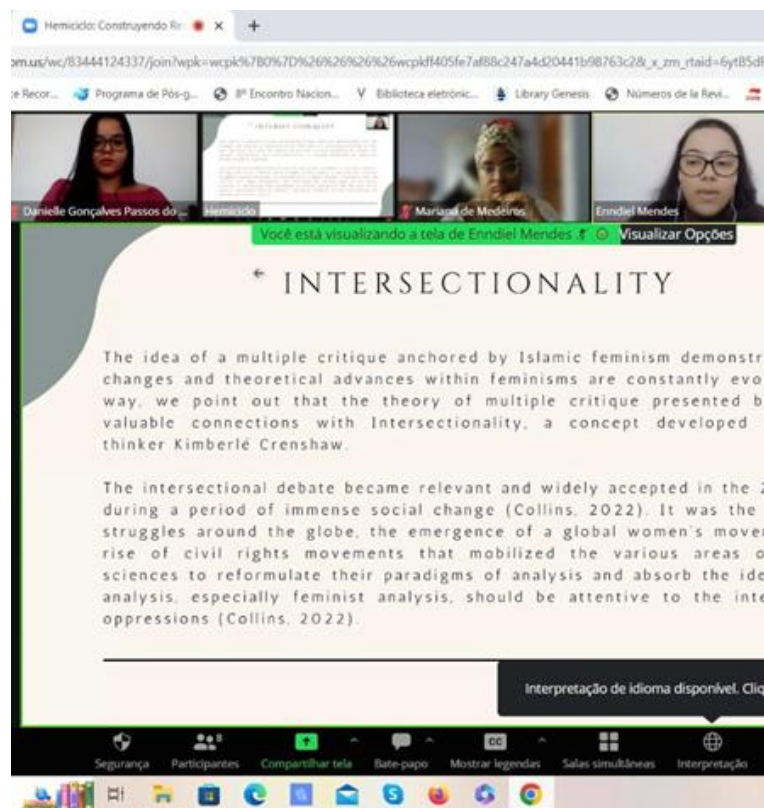
---

<sup>25</sup> O trabalho foi apresentado no painel/encontro *Feminismos Contemporâneos no Brasil*, moderado pela Dra. Natália Félix de Souza. O trabalho final ainda não foi publicado, mas muito provavelmente em um momento futuro será publicado, com base nas sugestões e trocas coletivas.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.

**Figura 2-** Captura de tela da participação na Conferência.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.

Foi dentro do MNU que houve a formação de coletivos e núcleos feministas contemporâneos de caráter político (Ratts; Rios, 2010). As feministas negras, entre elas, Beatriz

Nascimento, Lélia Gonzalez e Luiza Bairros, questionavam, escreviam e falavam acerca dos papéis atrelados à mulher negra nos lares, cuidado dos filhos, afazeres domésticos, no mercado de trabalho e na divisão do trabalho. A temática da opressão se apresentava duplamente para essas mulheres, dentro do movimento feminista e negro. No recorte de raça, de discriminação racial, as mulheres negras vivenciaram uma condição ainda mais sensível em relação aos homens negros pela condição de “ser mulher”. Enquanto dentro do movimento de mulheres, da vivência da discriminação de gênero, as mulheres negras não passavam pelas mesmas situações que as mulheres brancas, pois havia o marcador de raça presente. Dessarte, a articulação do movimento teórico-prático das mulheres negras expunha o sexismo e o racismo presente na sociedade e até mesmo na militância feminista e negra. Diz Luiza Bairros:

Quando a maioria das militantes do MNU ainda não tinha uma elaboração mais aprofundada sobre a mulher negra, era Lélia que servia como nossa porta-voz contra o sexismo que ameaçava subordinar a participação de mulheres no interior do MNU, e o racismo que impedia nossa inserção plena no movimento de mulheres. Mas, através de muitas e longas conversas e dos textos dela, aprendemos como incorporar um certo modo de ser feminista às nossas vidas e à nossa militância, articulamos nossos próprios interesses e criamos condições para valorizar a ação política das mulheres negras (Bairros, 2000, n.p).

Ainda no que tange à referência de Lélia Gonzalez para o feminismo negro, e conseqüentemente outras feministas internacionais que indicam “Ler Lélia”, também temos bagagens próprias a comentar. Para não ficarmos apenas no consagrado acontecimento de Angela Davis no Brasil<sup>26</sup>, em 2019, no qual recomenda a leitura e afirma que a intelectual e feminista de maior renome no cenário latino-americano e mundial a serviu de inspiração, trataremos um ainda mais recém-chegado conteúdo: a presença ilustre de Patricia Hill Collins no Brasil.

Em maio de 2023, a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), *campus* Guarulhos por meio do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, com fomento do Programa de Especialistas da Fundação Fulbright e apoio da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais trouxe a socióloga e escritora estadunidense Patricia Hill Collins para ministrar quatro aulas públicas. *Por que feminismo negro?, Interseccionalidade e solidariedade política, Afiando as bordas críticas da*

---

<sup>26</sup> ““Por que vocês precisam buscar uma referência nos Estados Unidos? Eu aprendo mais com Lélia Gonzalez do que vocês comigo”, resumiu Angela Davis, ícone do feminismo negro norte-americano, ao visitar o Brasil em 2019, num indicativo de que os brasileiros precisam reconhecer mais a sua própria pensadora, uma das pioneiras nas discussões sobre a relação entre gênero, classe e raça no mundo” (Mercier, 2020, online).

*interseccionalidade e Intersecções letais: raça, gênero e violência* formam os títulos dessas aulas (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2023).

Com um carisma e uma oratória impecáveis, Patricia Hill Collins prendeu a atenção de um auditório lotado e repleto de questionamentos. Na primeira aula, Collins partiu de três eixos estruturantes: Feminismo Negro Nacional (nos Estados Unidos); Feminismo Negro em Contexto Diaspórico e Decolonial e Feminismo Negro num Contexto Global de Direitos Humanos. Ao abordar o feminismo negro na conjuntura brasileira, fez menção à Marielle Franco, Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro e Lélia Gonzalez. Para esta última dedicou alguns minutos da exposição proposta, a fim de reforçar a sua grandeza para o feminismo negro de todo o mundo e a demanda de traduzir e ter contato com seus trabalhos.

Eu acho que essa história (feminismo negro) foi escrita fortemente por muitas pessoas e Lélia Gonzalez, se eu puder dizer isso, de perto foi muito importante para ter as ideias divulgadas/expressas aqui no Brasil. O problema tem sido não ter as “coisas” traduzidas, então eles não puderam viajar, mas nós estamos em um período diferente agora, no qual muitas pessoas sabem das suas ideias e do seu trabalho, sobre as experiências dela, seu ativismo, sobre as organizações de mulheres negras aqui no Brasil. O que lhe inspirou é que se tem aqui (no Brasil) muitas figuras poderosas no feminismo negro, então, não há nenhuma razão pela qual o feminismo negro norte-americano deveria ser o centro; o que deveria estar acontecendo aqui é o desenvolvimento de histórias nacionais sobre o feminismo negro, sobre o que as mulheres negras estão fazendo na variedade/variação do contexto nacional, da garra com essas questões essenciais. Então eu escrevi/tenho escrito algumas questões/perguntas essenciais para vocês, e uma história em particular sobre isso, mas essa é uma citação (eu não sei se eu quero realmente lembrar, eu posso ler a citação também, se vocês não puderem ver); isso é atual, isso é de uma atual pesquisa que tem sido feita: “o impacto do trabalho de Gonzalez como uma ativista e intelectual (Vocês ouviram isso? Ativista e intelectual, você não tem que ser apenas um ou outro, na verdade, a maioria das pessoas não são; nós somos ambos, intelectuais e ativistas) pode ser visto na celebração de sua vida, sabedoria e trabalho político (Uou, isso é muito difícil de fazer e aqui está uma pessoa que gerenciou e conseguiu um doutorado no Brasil antes de todas essas faculdades/universidades que vocês têm agora, como esta aqui que também conseguiu ser uma ativista e produtora de “bolsas de estudos”/sabedoria, muito impressionante) ela é ainda lembrada por uma geração de estudiosos e ativistas que trabalharam ao seu lado no movimento negro nacional e aqueles que forjaram solidariedade com essa luta das comunidades negras ao redor do mundo. Suas ideias são o centro do que eu estou falando sobre e se o meu português fosse melhor eu estaria dando parte dessa palestra em português, mas nós deixaremos isso para outro dia. Vocês vão ter que me convidar de volta, outro dia” (Transcrição do trecho da aula da Patricia Hill Collins, em 2023)<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> Ainda que não seja impecável, tendo em vista que o inglês não é a nossa primeira língua e da existência de interferências de áudio e barulhos, a tradução livre e transcrição desse trecho específico foi feita pela própria autora desta dissertação. Em 17 de maio de 2023, esteve presente no teatro William Silva de Moraes, na UNIFESP. Além

**Figura 3:** Patricia Hills Collins fala de Lélia Gonzalez, em aula pública na UNIFESP.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.

Como apontado algumas vezes no decorrer desta seção, o resgate do pensamento da Lélia Gonzalez é um esforço coletivo e se faz indispensável para a escrita desta dissertação. Com a intenção de mapear o que ela escreveu, o que foi escrito sobre e com base nela e, assim, estruturar uma Revisão Sistemática de Literatura, traremos um “catálogo” de títulos selecionados e classificados sustentado por cinco pilares: título da obra; autoria e/ou organização, ano de publicação; “canal de acesso” (editora, periódico ou universidade) e o de produção (livro, resenha, artigo, trabalho de conclusão de curso, dissertação ou tese).

**Tabela 2** – Mapeamento das obras de Lélia Gonzalez e/ou que abordam seu pensamento e tem como base os seus escritos

Título	Autoria/Organização	Ano	Editora, Periódico ou Universidade	Tipo
Festas populares no Brasil	Lélia Gonzalez	1987	Index	Livro
Festas populares no Brasil	Lélia Gonzalez	2024	Boitempo	Livro

disso, o foco principal e o ponto que concordamos, ao trazermos essa fala da Hill Collins, é o que ela fala acerca da importância de Lélia Gonzalez.

Por um feminismo afro-latino-americano: ensaio, intervenções e diálogos	Lélia Gonzalez/ Organização: Flavia Rios e Márcia Lima	2020	Zahar	Livro
Lugar de negro	Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg	1982	Editora Marco Zero Ltda	Livro
Lugar de negro	Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg	2022	Zahar	Livro
Lélia Gonzalez	Alex Ratts e Flavia Rios	2010	Selo Negro Edições	Livro
Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras	Organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA)	2018	Diáspora Africana	Livro
Gonzalez – Lélia Gonzalez	Flavia Martins de Carvalho (Autor) e Leonardo Malavazzi (Ilustrador)	2023	Editora Mostarda	Livro
Comenda Lélia Gonzalez: Vol. 1 - Raça, Gênero e Epistemologia Jurídica Afro-Diaspórica	Amarílis Regina C. da Silva, Raphaella Reis de Oliveira, Lazara Cristina do N. de Carvalho e Maria Sylvia A. de Oliveira	2020	ESA SP Publicações	Ebook
Mulheres pretas da política: Kenin Maria, Laudelina Melo e Lélia Gonzalez	Coletivo Narrativas Negras	2022	Editora Voo	Ebook e Audiolivro
Lélia Gonzalez: relações étnico-raciais e lugares de (re) existência	Amanda Christinne N. Marques, Camila Duarte de Oliveira, Josineide da S. Bezerra e Vivianne de Sousa	2021	Editora do CCTA	Ebook
América Ladina	Lélia Gonzalez/ Organização: Melina de Lima	2022	Biblioteca Básica Latino-Americana (BBLA)	Livro
Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais	Heloisa Buarque de Hollanda (Compiladora/Organizadora)	2019	Bazar do Tempo	Livro
Pensamento Feminista Brasileiro:	Heloisa Buarque de Hollanda	2019	Bazar do Tempo	Livro

Formação e contexto	(Compiladora/Organizadora)			
Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais	Heloisa Buarque de Hollanda (Compiladora/Organizadora)	2020	Bazar do Tempo	Livro
Interseccionalidades: pioneiras do feminismo negro brasileiro (Pensamento feminista brasileiro)	Heloisa Buarque de Hollanda (Compiladora/Organizadora)	2020	Bazar do Tempo	Ebook
A Lélia Gonzalez que emerge deste livro	Cidinha da Silva	2021	Afro-Ásia	Resenha
Lélia Gonzalez e o feminismo afro-latino-americano	Nilma Alves Adriano e Ana Paula Pires Lourenço	2021	O público e o privado	Resenha
Lélia Gonzalez, a intérprete do Brasil. Resenha do livro Por um Feminismo afro-latino-americano	Maira Luana Morais	2021	Opiniões	Resenha
Lélia Gonzalez, intérprete da realidade brasileira e da diáspora negra	Márcio Ferreira de Souza	2022	Revista de Ciências Sociais	Resenha
Resenha do livro “Lugar de Negro” de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg	Camilla Verdan do Nascimento Sant’Anna e Marcone de Souza Henrique	2018	Revista Culturas Jurídicas	Resenha
Lélia Gonzalez: uma rosa negra para novas primaveras!	Renata Gonçalves	2019	Plural	Resenha
Lembrando Lélia Gonzalez 1935 – 1994	Luiza Bairros	2000	Afro-Ásia	Artigo
Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez	Cláudia Pons Cardoso	2014	Estudos Feministas	Artigo
Lélia Gonzalez: entendendo o Brasil a partir das relações	Thamires Costa Rodrigues Lima	2021	Revista Caboré	Artigo

de classe, raça e gênero				
Lélia Gonzalez e o feminismo decolonial como lente de análise	Thamires Costa Rodrigues Lima	2022	Revista Contraponto	Artigo
América Latina e a crítica à democracia racial em Lélia de Almeida Gonzalez	Aristeu Portela Júnior e Bruno Ferreira Freire Andrade Lira	2022	Horizontes Antropológicos	Artigo
Articulando o lugar da resistência na Dialética do esclarecimento e em Lélia Gonzalez	Stefan Klein	2022	Civitas, Revista de Ciências Sociais	Artigo
Contribuições de Lélia Gonzalez aos estudos sociológicos sobre controle social e punição no Brasil	Juliana Vinuto	2022	Civitas, Revista de Ciências Sociais	Artigo
Lélia Gonzalez e seu lugar na antropologia brasileira: “cumé que fica?”	Alex Ratts	2020	Mana	Artigo
O legado de Lélia Gonzalez	Eloiza Gurgel Pires	2022	Imagens & Palavras (Educação & Sociedade)	Artigo
A mãe preta e o Nome-do-pai: questões com Lélia Gonzalez	Léa Silveira	2022	Estudos Feministas	Artigo
Lélia Gonzalez, uma teórica crítica do social	Flavia Rios e Stefan Klein	2022	Revista Sociedade e Estado	Artigo
Contribuições para o aprofundamento do debate étnico-racial na formação em serviço social a partir de Lélia Gonzalez	Thamires Costa Meirelles dos Santos	2022	Revista Katálisis	Artigo

O feminismo afro-latino-americano de Lélia Gonzalez: da teoria política a práxis política	Elisa de Araújo	2022	Revista da ABPN	Artigo
Lélia Gonzalez e outras mulheres: pensamento feminista negro, antirracismo e antissexismo	Elizabeth do Espírito Santo Viana	2022	Revista da ABPN	Artigo
“O lixo vai falar, e numa boa”: Lélia Gonzalez, a criadora de caso do feminismo negro	Paulo Petronilio Correia	2023	Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras	Artigo
Explicando o racismo no Brasil usando Lélia Gonzalez em sala de aula	Denise Cerveira Tavares	2022	Semina	Artigo
Lélia Gonzalez e o pensamento interseccional: uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil	Ana Caroline Amorim Oliveira	2020	Interritórios	Artigo
Feminismo negro e conexões afrodiaspóricas: interseccionalidade no pensamento de Lélia González	Delza da Hora Souza e Alexandre Fernandez Vaz	2022	Poiésis	Artigo
Lélia Gonzalez: a amefricanidade como contributo para a construção de uma nova epistemologia	Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos Santos	2020	Revista Espaço Acadêmico	Artigo
Transculturando a amefricanidade De Lélia Gonzalez: decolonialidades em debate	Lourival Aguiar	2021	Tessitura	Artigo

Lélia Gonzalez: rompendo com a brancura da intelligentsia brasileira	Renata Gonçalves	2021	Anais do VI Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina	Artigo
A amefricanidade enquanto categoria de resistência para um projeto decolonial latino-americano	Fernanda Cardoso Fonseca	2021	Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 (Anais Eletrônicos) – UFSC	Artigo
Os conceitos e as Teorias das Relações Internacionais: a amefricanidade da teórica brasileira Lélia Gonzalez sob uma ótica ampla do internacional	Danielle Gonçalves Passos do Nascimento	2023	XXII Fórum de Análise de Conjuntura – América Latina, Eleições e Mudanças Políticas - Unesp	Artigo
O pensamento de Lélia Gonzalez na Educação: Amefricanidade, Pretuguês e outras categorias	Camila Santos Pereira, Anamaria Ladeira Pereira e Fernando Pocahy	2021	Revista de Ciências Humanas	Artigo
A categoria político cultural de amefricanidade como tensionamento afrodiásporico à identidade nacional brasileira	Sofia Maria C. Nicolau e Steffane P. Santos	2022	Revista de Ciências do Estado	Artigo
Lélia Gonzalez, uma filósofa amefricana	Carla Rodrigues e Juliana de Moraes Monteiro	2020	Revista Ideação	Artigo
Lélia Gonzalez: uma filósofa brasileira abalando as estruturas	Joana Tolentino	2019	Em Construção: Arquivos De Epistemologia histórica E Estudos De Ciência	Artigo

Ancestralidade, interseccionalidade, feminismo afrolatinoamericano e outras memórias sobre Lélia Gonzalez	Dione Oliveira Moura e Tânia Mara Campos de Almeida	2020	Arquivos do CMD	Artigo
Lélia Gonzalez – fazendo escola	Antonia Lana Alencastre Ceva	2015	Revista Mosaico	Artigo
Atuação militante de Lélia Gonzalez na discussão da Constituição Federal de 1988	Mírian Cristina de Moura Garrido	2018	Tempo e Argumento	Artigo
O lugar e a fala: a psicanálise contra o racismo em Lélia Gonzalez	Pedro Ambra	2019	SIG Revista de Psicanálise	Artigo
Entre os intérpretes do Brasil, a contribuição de Lélia Gonzalez	Solange Regina Marin	2023	XXVI Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC SUL 2023 – UFPR	Artigo
O pacto narcísico da casa-grande: a representação das mulheres negras a partir de Lélia Gonzalez e Gilberto Freyre	Marina de Oliveira Reis	2019	Humanidades Em diálogo	Artigo
Interseccionalidade em Spivak e Lélia Gonzalez: a subalternidade que pensa, fala e produz “numa boa”	Ana Caroline Amorim Oliveira, Alipio Felipe Monteiro dos Santos e Otávio Oliveira Silva	2022	Humanidades & Inovações	Artigo
O pensamento insurgente de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento	Renata Gonçalves	2020	Lutas Sociais	Artigo
Lélia Gonzalez: intérprete da formação social do Brasil	Maria Fernanda Novo	2023	Discurso	Artigo

“Sobrevivendo no Inferno”: o racismo no Brasil por Lélia Gonzalez e os Racionais MC's	Erica Paula de Vasconcelos dos Santos	2023	Mosaico	Artigo
A influência do pensamento de Lélia Gonzalez para a formação do feminismo negro brasileiro - descolonização e americanidade	Bruna Letícia de Oliveira dos Santos	2021	Cadernos de Gênero e Tecnologia	Artigo
Transnacionalismo negro: a encruzilhada de amefrican@s	Geri Augusto	2016	Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade	Artigo
Lélia Gonzalez, crítica do capitalismo brasileiro	Ricardo Pagliuso Regatieri e Leandro Santos Ferreira	2023	Estudos de Sociologia	Artigo
A mulher negra e o trabalho doméstico nas perspectivas de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento	Ana Paula Melo da Silva e Alex Ratts	2023	Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)	Artigo
Para (re)ver Lélia Gonzalez	Ana Maria Felipe	2005	Revista Eparrei	Artigo
As pedras de Exu: a psicanálise em Frantz Fanon e Lélia Gonzalez	Pedro Ambra	2021	Revista Rosa	Artigo
Direitos humanos e América Latina: Por uma crítica amefricana ao colonialismo jurídico	Thula Pires	2019	Dossier El pensamiento de Lélia Gonzalez, un legado y un horizonte. Fórum da Latin American Studies Association (LASA)	Artigo
A mãe preta e o Nome-do-pai: Questões com Lélia Gonzalez	Léa Silveira	2022	Revista Estudos Feministas, Florianópolis	Artigo

Interseccionalidade, uma categoria amefricana e decolonial: de Lélia Gonzales à Patrícia Hill Collins	Luciana Alves Dombkowitz e César Augusto Costa	2021	Razão e fé	Artigo/Ensaio
Mobilizando o conceito de interseccionalidade à luz da obra de Lélia Gonzalez: três estudos de caso em dança	Suzane Weber da Silva, Anielle Lemos, Manoel Gildo Alves Neto, Luciano Correa Tavares, Monica Fagundes Dantas e Claudia Muller Sachs	2022	ARJ–Art Research Journal:Revista de Pesquisa em Artes	Artigo
Uma leitura da obra de Lélia González através das lentes da teoria da reprodução social	Bárbara Araújo Machado	2019	Anais do Colóquio Marx e o Marxismo 2019: Marxismo sem tabus – enfrentando opressões	Artigo
O duplo nó do racismo: Lélia Gonzalez como intérprete da historiografia	Marcello Felisberto Moraes de Assunção e Rafael Petry Trapp	2024	Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História,	Artigo
Duas contribuições de Lélia Gonzalez para a consolidação de um Feminismo Decolonial e Antirracista	Roberta Bandeira de Souza	2024	Trans/form/ação: revista de filosofia da Unesp	Artigo
Enegrecendo a fala das mulheres: as contribuições de Lélia González para o português brasileiro	Alcione Nawroski e Klaudia Chrzan	2024	Educação (Santa Maria. Online)	Artigo
A amefricanidade como concepção de justiça social contra a neurose cultural brasileira	Ana Claudia Barbosa Nunes	2024	Alamedas	Artigo

Mas, afinal, os conceitos importam? O conceito político-cultural amefricanidade de Lélia Gonzalez e as Teorias das Relações Internacionais	Danielle Gonçalves Passos do Nascimento	2021	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
As contribuições do pensamento de Lélia Gonzalez para a compreensão das organizações negras e do racismo no Brasil.	Caroline Aparecida Cassemiro Dias	2022	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil: uma análise da sua trajetória e do seu diálogo com outros intérpretes	Gabriela dos Santos Florêncio	2023	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
Uma tradução feminista de Lélia Gonzalez: de um país colonizado para um país colonizador	Louise Gorovitz Segura	2021	Universidade de Brasília (UnB)	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
Virgínia Leone Bicudo, Neusa Santos Souza e Lélia Gonzalez: numa encruzilhada Vozes de uma psicanálise brasileira e descolonizada	Landerson Lemos Santana De Araújo	2020	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
A sub-representação da mulher negra no movimento feminista: contribuições de Angela Davis, bell hooks e Lélia Gonzalez	Gabriela Oliveira dos Santos	2023	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Artigo

"Quem tem medo de Lélia Gonzalez?"	Fernanda de Araújo Oliveira	2021	Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
A construção múltipla do pensamento de Lélia Gonzalez	Taynara De Almeida Rodrigues Soares	2021	Universidade de Brasília (UnB)	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
Por uma História da Filosofia Contemporânea De(s)colonial: Contribuições de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Djamila Ribeiro	Julia de Freitas Vieira	2022	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
A ideia de Brasil nas obras de Lélia González: uma análise sociológica através da Teoria Social Brasileira.	Izabele Caroline do Nascimento Canário	2022	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
Lélia Gonzalez: (re)existência política, afetiva e epistemológica na universidade	Elen Cristina Ramos dos Santos	2020	Universidade de Brasília (UnB)	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
Nossa América Ladina: O pensamento (decolonial) de Lélia Gonzalez	Fernanda Cardoso Fonseca	2021	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Dissertação
O que se cala: os direitos humanos a partir do pensamento de Lélia Gonzalez	Ana Camila de Oliveira	2022	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Dissertação
Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970 - 1990	Elizabeth do Espírito Santo Viana	2006	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Dissertação

A categoria político cultural de amefricanidade: uma análise do pensamento de Lélia Gonzalez	Karoline Martins Moreira	2023	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Dissertação
Epistemologias negras: insurgências e deslocamentos intelectuais de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez	Juliana Stefany Silva Bartholomeu	2021	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	Dissertação
Amefricanizando o amor: diálogos entre bell hooks e Lélia Gonzalez	Laysi da Silva Zacarias	2021	Universidade de Brasília (UnB)	Dissertação
Uma tradução comentada de "The Invention of Women...": por uma tradução dialógica com visada pedagógica a partir do pensamento de Lélia Gonzalez e Maria Beatriz Nascimento	Gardênia Nogueira Lima	2021	Universidade de Brasília (UnB)	Dissertação
O uso da conjunção e no texto O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU)", de Lélia Gonzalez	Lohana Larissa Mariano Civiero	2020	Universidade Estadual do Oeste do Paraná Cascavel (UNIOESTE)	Dissertação
Contribuições teóricas e políticas de intelectuais negras brasileiras para o Serviço Social: um encontro com Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez	Ana Paula Pires Lourenço	2023	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	Dissertação
Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez	Raquel de Andrade Barreto	2005	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO)	Dissertação

A organização da informação em plataforma de gestão de referências, a Zotero: a coleção Lélia Gonzalez e o projeto memória	Patricia Teixeira	2017	Universidade Tecnológica Federal do Paraná Curitiba (UTFPR)	Dissertação
As faces de Maria: Ecos de Maria Firmina dos Reis em Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro e Marielle Franco	Renata Carmo Alves	2019	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO)	Dissertação
Relações étnico-raciais na Abya Yala / América Ladina: análise dialógica de um livro didático de espanhol para ensino médio	Sarah Pimentel Palacio Garcia	2021	Universidade Federal Do Paraná (UFPR)	Dissertação
Raça, classe e gênero e a contribuição de Lélia Gonzalez para o pensamento social	Mireile Silva Martins	2023	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Dissertação
Os discursos em Lacan e a práxis feminista: Lélia Gonzalez para seguir adiante	Karla Rampim Xavier	2022	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	Tese
Modernismo Negro: Amefricanidade, oralitura e continuum em Lima Barreto	Jorge Augusto de Jesus Silva	2020	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Tese
De Lélia Gonzalez a Marielle Franco: mulheres negras e seus processos comunicacionais interseccionais de resistência	Pâmela Guimarães da Silva	2021	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Tese
Territorialidades amefricanas e estados nacionais no Brasil e Colômbia	Isabel Araujo Isoldi	2021	Universidade de São Paulo (USP)	Tese

Direito e tecnologia em perspectiva amefricana: autonomia, algoritmos e vieses raciais	Bianca Kremer Nogueira Corrêa	2021	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO)	Tese
--	-------------------------------	------	--	------

Fonte: Elaboração própria da autora, 2024.

A tabela acima é uma investida na esquematização do que se tem produzido de Lélia Gonzalez no âmbito brasileiro. É um exercício para que o trabalho possa ser continuado e aprofundado — não só o nosso, mas outros tantos que virão. Do mesmo modo, é uma fonte de informação organizada que ainda não foi feita em nenhum outro trabalho acadêmico e de sustento, até onde temos conhecimento, para argumentação cujo alicerce está na ideia de que o aumento substancial das produções se deu a partir de 2019 (com um auge entre 2020-2023) — em parte pela repercussão das falas da Angela Davis de passagem aqui no Brasil, em 2017 na cidade de Salvador-BA e em 2019<sup>28</sup> na cidade de São Paulo-SP, e pela publicação do livro *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos*, em 2020.

A base veio das seguintes fontes: Livros físicos, livros digitais, SciELO, Capes Livros, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Google Acadêmico e Portal de periódicos da Capes. Para assim, sistematizar e verificar as pesquisas e trabalhos que já têm referência e podem ajudar no aprofundamento do recorte temático. As buscas se concentraram em trabalhos nos quais se encontram autoria, palavras-chaves ou título com: Amefricanidade; Lélia Gonzalez, América Latina. E de maneira combinada com as palavras: teoria, interseccional (interseccionalidade) e decolonial (decolonialidade), marxismo/marxista.

Ao todo, construímos uma fonte de informação com 104 trabalhos coletados. Dentre os quais: 16 são livros/ebooks, 6 são resenhas, 52 são artigos, 11 são trabalhos de conclusão de curso, 14 são dissertações e 5 são teses. Majoritariamente publicados por mulheres, das mais diversas disciplinas do conhecimento, entre elas: Direito, História, Sociologia, Antropologia, Comunicação Social, Serviço Social Letras, Psicologia, Economia, Relações Internacionais etc. Em sua esmagadora maioria são frutos produzidos dentro das universidades públicas brasileiras, de periódicos ou anais vinculados a essas universidades ou de um mercado editorial que endossa as demandas acadêmicas/intelectuais ainda não figuradas.

<sup>28</sup> Angela Davis já esteve no Brasil em momentos anteriores e posteriores a esses mencionados. Mas esses dois em específicos foram marcantes pelas falas que Davis fez sobre Lélia Gonzalez, em relação ao momento político vivenciado pelo Brasil (propagação de um discurso de ódio, ataque e menosprezo pelas pautas de raça, gênero e classe etc). Em outros momentos da presente dissertação comentamos mais sobre a relevância das duas visitas.

## 1.2 Apresentando o conceito: O que a Amefricanidade nos diz e o que dizemos sobre a Amefricanidade? O surgimento da “Amefricanidade” e da “América Ladina”

O pilar do conceito de Amefricanidade provém da noção de América Ladina. De acordo com a própria Lélia Gonzalez (2020a), a categoria político-cultural denominada de amefricanidade é enraizada nas investidas de pensadores e momentos que o antecedem, especificamente nas ideias da escritora e psicanalista Betty Milan e desenvolvidas pelo psicanalista e psicólogo clínico Magno Machado Dias, mais conhecido como M. D. Magno.

Logo, começaremos por aí: apresentar a América Ladina. M. D. Magno (1980), no texto *América Ladina: introdução a uma abertura*, declara em tom de conversa os ajustes (ou falta deles) para a sua participação no Congresso de Caracas. Visto como trabalhoso, entendeu que o convite para apresentar trabalho também era uma oportunidade de ser porta-voz dos interesses brasileiros, haja vista que o intuito do congresso era trazer elementos “latino-americanos”. Uma das exigências feitas pela organização do congresso era que os idiomas falado/escrito deveriam ser o espanhol e francês. Assim, refletiu-se que a América, supostamente Latina, não só possuía a língua espanhola. Pela familiaridade e quantidade de sujeitos que falavam a língua, era preferível que se comunicasse em português ou em brasileiro. O retorno recebido foi de que para isso seria necessário a tradução simultânea para o francês e o espanhol. “A essa altura, para mim isso funcionou como interpretação, ou seja, valeu o levantamento da questão à medida que a gente começou a se dar conta: não somos *América Latina*” (Magno, 1980, p. 3).

A partir disso, Magno e Milan<sup>29</sup> passam a se dar conta de que “O Brasil não é América Latina” (Magno, 1980, p. 3) — ora por falta de identificação, ora por exclusão. Betty Milan saiu, então, com uma invenção que resolvia a questão apresentada, mas que suscetível a tantas outras: ““É claro, o Brasil é América-Africana.”” (Magno, 1980, p. 3). De modo afiado, ficou decidido que não mais iriam para o Congresso de Caracas, pois nada tinham a ver com o molde de “Congresso Latino-Americano”, mas sim com anseios de um Américo-Africano (Magno, 1980).

Betty colocou a questão de que ela acha que o pessoal de língua espanhola, da chamada América Latina, fala melhor francês, ou seja, percorre mais a cultura francesa, com significantes mais precipitados, digamos assim, por esses países do que pelo Brasil. É bem possível. Acho até encantadora essa questão de nós outros habitarmos a América-Africana, já que uma das preocupações tem sido, em nosso trabalho, distinguir, em tudo que se puder, os significantes que

---

<sup>29</sup> O texto é escrito de fato somente por Magno, mas Milan contribuiu com conversas e no lançamento de problemáticas sobre as questões do lugar que o Brasil e o português ocupam na América Latina.

constituem a sintomática nacional, e parece uma boa via a gente tentar começar a promover, como trabalho e como estudo, a América-Africana (Magno, 1980, p. 4).

O autor ainda provoca quais foram as conturbadas marcas de formação da América Latina e do Brasil. Desde a chegada dos galegos, com o italiano Cristóvão Colombo, “que meteu a mão na chamada América” (Magno, 1980, p. 24), até o aparecimento dos portugueses, com a confluência de outras nações europeias, vide da Espanha e da França. “Estou dizendo que, talvez, a sintomática cultural brasileira se decante em húmus africano. Por mais que encontre mil ingredientes, estou perguntando se é válido dizer que o Brasil não é América Latina, que é América-Africana, a cultura amefricana”<sup>30</sup> (Magno, 1980, p. 24).

Isto posto, Lélia Gonzalez (2020a, p. 127) assimila que as ponderações de Betty Milan e, principalmente de M. D. Magno, englobam um olhar criativo e fresco para a visão da disposição histórico-cultural do Brasil, que não é de modo algum exclusivamente branca e europeia. “Ao contrário, ele é uma América Africana, cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o T pelo D para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: *América Ladina* [...]” (Gonzalez, 2020a, p. 127).

Apresentado e escrito originalmente em espanhol, para um congresso feminista latino-americano, em 1988 na Bolívia — publicado no mesmo ano na Revista Tempo Brasileiro, em comemoração ao Centenário da Abolição, o artigo *A categoria político-cultural de amefricanidade* carrega referências de intelectuais latino-americanas e dos movimentos de mulheres negras, indígenas e camponesas, as amefricanas (Rios; Lima, 2020, p. 13; Viana, 2006, p. 172). É nele que Gonzalez (2020a, p. 128) conta que foi em virtude do gradativo contato com manifestações culturais de alguns países do continente americano que pode perceber as similaridades e experiências em comum, em especial, no que se refere à linguagem<sup>31</sup>. As músicas, os sistemas de crenças, as danças, os ritmos e tons das línguas africanas transportadas para a América, assim como a ausência de determinadas consoantes, como o L e o R, indicam a ação negra pouco vasculhada na história e cultura americana como um todo. Tal minimização

<sup>30</sup> “Para melhor entendimento dessa questão, numa perspectiva laciana, é recomendável a leitura do texto brilhante de M. D. Magno” (Gonzalez, 2020a, p. 127).

<sup>31</sup> Em específico, quando Lélia Gonzalez trabalha questões de modificação da linguagem/idioma, refere-se ao conceito de pretuguês, africanização do português (Gonzalez, 2020a). “É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse R no lugar do L nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o L inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa “você” em “cê”, o “está” em “tá” e por aí fora. Não sacam que tão falando pretuguês” (Gonzalez, 2020p, p. 90).

da contribuição negra é efeito do véu ideológico do branqueamento, condensado nas representações europeias de “folclore nacional” e “cultura popular”.

Por intermédio das marcas dessa presença negra, pensou-se a demanda de conceber uma categoria não restritiva aos moldes do caso brasileiro, mas sim um enfoque mais amplo, pautado na interdisciplinaridade. Por conseguinte, a categoria político-cultural de amefricanidade ganhou seu âmago reflexivo (Gonzalez, 2020a). Elizabeth Viana (2006), uma das primeiras intérpretes da amefricanidade, expressa que Lélia Gonzalez sugeriu que os irmãos e irmãs presentes nas Américas se unissem em volta da Amefricanidade, para serem capazes de absorver as experiências históricas da diáspora negra do outro lado do Atlântico. Mais adiante, manifesta que os amefricanos desempenharam uma função crucial para a elaboração do conceito, pois “embora os negros pertençam a diversas sociedades, o sistema de dominação era o mesmo, estando presente em todos os níveis de pensamento” (Viana, 2006, p. 185).

Mencionando a própria filósofa e antropóloga brasileira, percebe-se que ao assumir a “nossa” amefricanidade, estaríamos ultrapassando uma visão estereotipada, mitificada ou imaginária do continente africano e, concomitantemente, teríamos um melhor ponto de vista sobre a realidade dos amefricanos do continente americano. Desde o período escravista, a Amefricanidade já se exteriorizava nas estratégias de resistências e revoltas, na sagacidade de formas alternativas de organização: *quilombos*, *maroon societies*, *cimarrones*, *palenques*, *marronages* e *cumbes*<sup>32</sup> (Gonzalez, 2020a; Nascimento, 1981; Viana, 2006).

Na mesma direção vai o raciocínio de Cardoso (2014). A professora e historiadora ratifica que a amefricanidade surge de um contexto desenhado a partir de dois moldes: o primeiro, da diáspora negra, o segundo, do extermínio da população indígena nas Américas. Mas mais que isso, da recuperação histórica e da luta desses povos colonizados contra a violência e opressão que foram subjugados por tantos séculos. As resistências, enquanto aparatos estratégicos de noticiabilidade dessas coletividades, despontam por contemplar as culturas africanas e indígenas e se afastarem das narrativas de um mundo pautado na organização e no pensamento europeu. Dessarte, a referida categoria tem peso epistêmico<sup>33</sup>, visto que abre possibilidades para pensar e produzir conhecimentos baseado nos grupos subalternos, marginalizados e excluídos. “Desloca mulheres e homens negros/os e indígenas da

---

<sup>32</sup> Sobre o reconhecimento da amefricanidade, enuncia: “Reconhecê-la é, em última instância, reconhecer um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o outro lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: amefricanos” (Gonzalez, 2020a, p. 138).

<sup>33</sup> “Acionando a ideia do teórico afrocêntrico Molefi Kete Asante de que toda linguagem é epistêmica, Lélia Gonzalez nos remete a uma geografia da episteme que envolve África, América e Caribe” (Ratts, 2022, p. 21).

margem para o centro da investigação, fazendo-as/os sujeitos do conhecimento ao resgatar suas experiências no enfrentamento do racismo e do sexismo” (Cardoso, 2014, p. 972).

Voltemos então para a fonte direta. Gonzalez (2020a) orienta para a essência democrática das implicações tanto políticas quanto culturais da amefricanidade. O termo supera as demarcações territoriais, ideológicas e linguísticas. A amefricanidade abre margens para novos panoramas que contemplam o entendimento com mais profundidade acerca da América em sua totalidade — Norte, Sul, Central e Insular. Ela não se limita ao aspecto geográfico, mas sim abrange a pujante dinâmica de reinterpretação, resistência, ajustes e fundação de novas formas de cultura. É uma noção afrocentrada e de identidade étnica, traçada pelos modelos akan da Jamaica, iorubá, banto e ewe-fon do Brasil. “[...] a categoria de amefricanidade está intimamente relacionada àquelas de pan-africanismo, negritude, afrocentricity et” (Gonzalez, 2020a, p. 135). Seja no Brasil, em Cuba, nos Estados Unidos, no Haiti, na República Dominicana ou em qualquer outro da América, é importante avaliar que ao mesmo passo que é politicamente mais democrático é culturalmente mais realista e logicamente mais harmonioso identificar-se com a amefricanidade e com a autodesignação de amefricanos (Gonzalez, 2020a).

Tratando-se da linguagem e da identificação, Lélia nunca escondeu seu imenso desconforto com a utilização da expressão e da decisão de nacionalidade que os Estados Unidos controlavam. Seus cidadãos tomaram para si essa estrutura imperialista de designar que são eles os únicos “americanos” (Nascimento, 2021, p. 66). De fato, assim como outros autores e autoras já questionaram essa designação duradoura, interrogamos: *Quem pode ser considerado americano?* Territorialmente, somos divididos em três subcontinentes, portanto, no máximo, os cidadãos dos EUA são “norte-americanos”. Verdadeiramente são estadunidenses. Assim como as “três Américas” (América do Norte, Central e do Sul) abrangem a amefricanidade, engloba o “ser americano/a”. Sua insatisfação fica óbvia quando escreve

E a uma outra, que aponta para a reprodução inconsciente da posição imperialista dos Estados Unidos, que afirmam ser “A AMÉRICA”. Afinal, o que dizer dos outros países da AMÉRICA do Sul, Central, Insular e do Norte? Por que considerar o Caribe como algo separado, se foi ali, justamente, que se iniciou a história dessa AMÉRICA? É interessante observar alguém que sai do Brasil, por exemplo, dizer que está indo para “a América”. É que todos nós, de qualquer região do continente, efetuamos a mesma reprodução, perpetuamos o imperialismo dos Estados Unidos, chamando seus habitantes de “americanos”. E nós, o que somos, asiáticos? (Gonzalez, 2020a, p. 134).

Isto é, a amefricanidade igualmente desfaz a narrativa ficcional construída pelos estadunidenses de que são a “América” e são os salvadores do resto do mundo. Não são. Por isso, seguimos a descolonização desse discurso e revivemos a presença epistêmica afrocentrada

(Akotirene, 2019, p. 32-33). A marca do pensamento de Lélia Gonzalez, além de ultrapassar as barreiras do “local”, traz um conceito original conectado vigorosamente com outros conceitos seus, com outras categorias político-culturais e processos, particularmente os políticos, internacionais (Rios; Lima, 2020). Havia nela uma capacidade ímpar de movimentar e interligar conceitos (Nascimento, 2021).

A escolha pela amefricanidade, verdadeiramente, leva em conta a ruptura com os laços impositivos com as bases epistemológicas europeias, com ênfase nas explicações superficiais dadas pelas “eternas” metrópoles Portugal e Espanha. Estoura-se uma bolha de dominação, do lugar de “subserviência” e de que a América Latina ainda deva algo e por isso continua a ser subjugada. Não obstante, desloca-se para uma dimensão silenciada, mas que muito tem a dizer. Uma América proferida em linguajar negro, indígena e feminino.

### **1.3 Os desdobramentos: O possível encontro entre Amefricanidade e Teorias das Relações Internacionais**

No significado da palavra, segundo o Dicionário Online de Português, afasia é um substantivo feminino que designa a ausência total ou parcial da fala e/ou da compreensão da linguagem. Para a Filosofia representa uma indecisão da inteligência frente a um juízo problemático, enquanto em termos da Etimologia, a origem da palavra, vem do *aphasia* e simboliza “dificuldade para falar”. Em função disso, Debra Thompson (2013) dá ênfase para o fato de tanto as Relações Internacionais quanto a Política Comparada sofrerem da mesma doença: a afasia racial, já que os principais instrumentos de estudos de RI são repetidamente silenciosos sobre raça. Em outros termos, as Relações Internacionais como um todo não se comunica sobre as questões raciais — muito mais por um problema de querer do que de conseguir.

Colhendo o fruto dessa premissa, emitimos que a afasia similarmente seja um adoecimento do plano teórico das Relações Internacionais, as chamadas TRI. No decurso do tempo, as Teorias das Relações Internacionais optaram pela incapacidade coletiva de falar sobre gênero, raça, classe, meio ambiente, precarização da vida, indivíduos marginalizados, movimentos sociais, povos originários etc. Inclusive nas cátedras brasileiras, escolheram, conscientemente, por não se comunicarem com base em Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Ruy Mauro Marini, Guerreiro Ramos, Luís Gama e Raymundo Souza Dantas e nem com nomes de peso para os anos iniciais de formação da disciplina de RI, Rosa Luxemburgo e W. E. B. Du

Bois<sup>34</sup>. Preferiram louvar “os clássicos”, John Mearsheimer, Hans Morgenthau, Kenneth Waltz, John Maynard Keynes e Alexander Wendt<sup>35</sup>.

Entretanto, esse cenário não se manteve imutável. A própria existência dessa dissertação, de outras publicações, apresentações em eventos, incorporação em planos de ensino de disciplinas de Relações Internacionais etc são sinais de que a amefricanidade e Lélia Gonzalez já são fonte de estudo no nosso campo disciplinar. Aqui já não mais questionamos se faz ou não faz parte das RI, mas sim de que modo faz parte e quais são as alternativas de explorar e disseminar esse envolvimento. Seguramente, o mapeamento que fizemos confirma que Lélia Gonzalez esteve e está nas Ciências Sociais, com destaque para a Antropologia e Sociologia. Seu pensamento vigorou na Psicologia, no Serviço Social, na Filosofia e em outros cursos.

O encontro entre Amefricanidade e Teorias das Relações Internacionais é um modo de reassumir uma narrativa dos instrumentos teórico-conceituais construída a partir do Brasil e da América Latina, considerando a composição dessa e outras categorias político-culturais para analisar os processos internacionais. Esse aparato indica uma originalidade vantajosa no processo de teorização, em nenhum momento feito pelo Realismo, Liberalismo ou Construtivismo, famosos três paradigmas tradicionais de RI (Rios; Lima, 2020; Nascimento, 2021).

Por sinal, quando se trata de paradigmas tradicionais e clássicos das Teorias das Relações Internacionais, lembramos que a nossa proposta gira em torno de escapar das narrativas clássicas dominantes, essencialmente aquelas advindas dos Estados Unidos e da Europa. Posto isto, este trabalho não conta o enredo anacrônico e excludentes dos “Grandes Debates” em RI, tampouco se propõe a ser um manual que explica superficialmente cada escola teórica das TRI. O que ele anseia dizer é que uma quantidade abastada de cursos, aulas manuais, livros, artigos, dissertações, teses etc delimitam as Teorias das Relações Internacionais (TRI) como uma disciplina esculpida pela concentração nos debates e discussões centralizadas no Liberalismo e no Realismo. Prioriza-se aqui, por perceber as TRI na qualidade mecanismos de possibilidades e renovações. Por conseguinte, a categoria e as contribuições advindas da Amefricanidade representam as transformações em termos de como olhar para as novas

---

<sup>34</sup> Em *Marrocos*, Rosa Luxemburgo (2011) já antecipava a postura beligerante adotada pelas nações imperialistas e o surgimento de uma Guerra (Primeira Guerra Mundial), em 1911. Com o texto de 1935, *Inter-Racial Implications of the Ethiopian Crisis: A Negro View*, Du Bois já criticava elementos da Primeira Guerra, da partilha do continente africano, deixado em retalhos, que trouxe marcas refletidas na explosão de guerras. Possivelmente em proporções diferentes, não recebem o destaque que merecem no campo teórico das Relações Internacionais.

<sup>35</sup> Reforço aqui dois pontos: de jeito algum estamos dizendo que esses autores não trouxeram subsídios para as TRI ou que não os estudamos — foi justamente por lermos os pensadores mais tradicionais que escolhemos não seguir uma agenda de pesquisa pautada neles; esses não são os únicos cânones das RI/TRI, assim como os nomes citados anteriormente não são os únicos a sofrer a “afasia” por parte das RI.

reflexões teóricas em Relações Internacionais, nos níveis ontológicos, epistemológicos e metodológicos<sup>36</sup>.

Em palavras diferentes, a identificação e a superação do silenciamento de contribuições e categorias analíticas não debatidas pelas vertentes teóricas tradicionais também é composta pela interpretação de que, embora os paradigmas clássicos sigam estruturando as RI e o centro anglo-americano apresenta-se enquanto dominante, uma tendência de maior abertura e diversidade na maneira de teorizar e investigar as Relações Internacionais desponta eficientemente (Mendes, 2019). Tal argumento reforça, mais uma vez, que as TRI têm dialogado com novos caminhos de construir e disseminar as produções teóricas, seja ao focar e ampliar o papel dos conceitos (Cervo, 2008), pensar a teorização em RI a partir do Brasil e da América Latina (Urt; Selis; Lage, 2019), a junção dessas duas possibilidades (Nascimento, 2021) e/ou da promoção de um intercâmbio teórico entre as diversas ideias existentes nas muitas tradições teórico-paradigmáticas das RI (Feminismo, Marxismo, Decolonialismo, Teoria Crítica etc) e de pontes de conhecimento entre as RI e as outras áreas das Ciências Sociais (Mendes, 2019).

Nessa encruzilhada, como já registrado, Lélia Gonzalez e a amefricanidade simbolizam uma das muitas e novas possibilidades teóricas em RI. Ao mergulhar naquilo que se pensava dessa autora, as TRI seriam desnudas e ganharam em termos de compreensão da dimensão narrativa do mundo e do internacional. Haja vista que Gonzalez se manteve preocupada em fazer perguntas com grau de complexidade, em utilizar referências variadas e observar as transformações internacionais, sem necessariamente esquecer os acontecimentos nacionais. A amefricanidade é pensada primeiro a partir do Brasil e depois da América Latina (América Ladina) no geral (Rios; Lima, 2020, p. 14).

Podemos então afirmar, a partir das discussões acerca do conceito de amefricanidade, seu potencial para as Teorias das Relações Internacionais. Maculan e Lima (2017) partem da ideia de que os conceitos se manifestam pelos sujeitos e sua utilidade versa sobre o contexto que o envolve. No caso da amefricanidade é um fenômeno que é ou poderia ser incorporado pelas amefricanas e amefricanos tanto no âmbito acadêmico/teórico como nos movimentos sociais práticos, levando em consideração a participação no contexto de formação e sustentação da América. Quando Prodanov e Freitas

---

<sup>36</sup> Pode soar petulante e ambicioso não fazer uma apresentação estruturada nas teorias clássicas das RI, dos “Grandes Debates” ou do processo de teorização. Mas a verdade é que já existem inúmeros trabalhos, com o objetivo de relembrar o nosso “marco” de fundação, que seguem esse mesmíssimo caminho, não só os que analisam TRI, mas de Política Externa, Segurança Internacional, Integração Regional etc. Além disso, em 2021 foi publicada a monografia, de autoria da própria mestranda, *Mas, afinal, os conceitos importam? O conceito político-cultural Amefricanidade de Lélia Gonzalez e as Teorias das Relações Internacionais*, com muitos tributos pagos aos “clássicos”. Para não soar repetitivo e graças ao amadurecimento teórico, prático e acadêmico, articulamos nosso argumento de uma outra maneira.

(2013) dizem que os conceitos possuem intenção e extensão, pode-se estender esta afirmativa igualmente para a amefricanidade. Haja vista que esta categoria tem a intenção de situar as identidades negras e indígenas de todo o continente americano (Rios; Ratts, 2016) e a extensão de caracterizar o conjunto diverso das sociedades do continente (Nascimento, 2021. p. 72).

Uma amostra mais tangível da convergência entre TRI e Amefricanidade é por meio da Área Temática (AT) de Teoria das Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). Até o presente momento, no 2024, a ABRI é formada por 9 (nove) AT. Sendo elas: Teoria das Relações Internacionais, Instituições e Regimes Internacionais, Ensino, Pesquisa e Extensão, História das Relações Internacionais e da Política Externa, Economia Política Internacional, Análise de Política Externa, Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa, Feminismos, Gênero e Sexualidade e Raça e Antirracismos nas Relações Internacionais (Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2024). Nas quais essas duas últimas foram as mais recentes criadas, em 2021 e 2023 respectivamente. “[...] o que, por sua vez, configura não apenas uma demanda teórica, mas reflete também as disputas sociais e políticas ligadas aos movimentos sociais desta área” (Nascimento, 2021, p. 14).

Consoante a *Proposta Normativa para Áreas Temáticas de outubro de 2020*, a ABRI reconhece a relevância dessas para a evolução das Relações Internacionais e para o funcionamento da Associação. No tocante ao Capítulo I – Da Natureza e Finalidade das Áreas Temáticas, enuncia:

Art 1º. As Áreas Temáticas (ATs) são instâncias que congregam sócias/os em temáticas específicas e representativas de subáreas das Relações Internacionais e estruturam a organização temática dos encontros e atividades acadêmico-científicas da Associação.

Art 2º. Constituem objetivos centrais das áreas temáticas:

I- contribuir para a organização e o avanço da pesquisa, do ensino, da extensão e do exercício profissional nas áreas respectivas;

II- possibilitar o intercâmbio e a formação de redes de pesquisadores em suas respectivas subáreas e entre áreas;

III – promover o estímulo e a difusão da produção acadêmico-científica em Relações Internacionais;

IV – fomentar a troca de experiências e a difusão de informações referentes à área temática entre associados(as);

V – promover o diálogo e a aproximação entre áreas temáticas, buscando avançar a qualidade e alcance do debate científico, pautar a formulação de políticas públicas no campo das Relações Internacionais, observados os princípios que norteiam a própria ABRI;

VI – apoiar a organização temática dos encontros e eventos da ABRI.

Indica-se, então, que a ABRI, mesmo que ainda tenha que diversificar os temas das palestras, mesas, cursos e convidados a palestrar, para sair cada vez mais das mesmas narrativas e contadores de histórias dominante das RI, é pautada na difusão, democratização e ampliação das discussões no nosso *campo*. Para tal propósito, no 8º Encontro da ABRI, *Relações Internacionais e Ciência na era das pandemias: olhares transdisciplinares sobre desafios globais*, em 2021, sucedeu um painel específico sobre *Amefricanidade e Quilombismo* na AT de Teoria das Relações Internacionais, assim como teve o de *Teoria Crítica, Escravagismo Atlântico e Pensamento Social Brasileiro, Olhares queer para Relações Internacionais: contribuições teórico-metodológicas para (re)pensar o internacional a partir de sexualidade e de gênero, Movimentos sociais e Ativismo, Ecologia Política, Epistemologias do Sul e Colonialidade do Poder e muito mais* (8º Encontro da ABRI, 2021b).

No grupo de discussões/painel *Amefricanidade e Quilombismo* foram apresentados quatro trabalhos: *Repensando as fronteiras do internacional a partir da diáspora: Um estudo sobre amefricanidade*, da Fernanda Cardoso Fonseca, *A experiência quilombista brasileira como abordagem analítica das Relações Internacionais*, da Raianna Morais Soto, *Alternativas ao Estado moderno/colonial: quilombismo e confluência em outros mundos possíveis*, da Ananda Vilela da Silva Oliveira e *Antirracismo e Teoria das Relações Internacionais: um [re]encontro necessário*, do Pedro Henrique de Moraes Cicero. O primeiro muito nos interessa em razão de mobilizar o conceito de amefricanidade, de Lélia Gonzalez, com intenção primordial de “refletir sobre a construção das fronteiras que demarcam a construção do Internacional”. Logo, por meio de perspectivas diaspóricas, fornecedora de outro olhar para repensar a História Global, põe em movimento a amefricanidade visando deduzir de quais modos ela tensiona os limites e fronteiras do internacional. “Esse conceito essencialmente transdisciplinar nos ajuda a pensar a formação brasileira como parte do internacional, revelando novos caminhos de teorização do campo das Relações Internacionais” (8º Encontro da ABRI, 2021a).

## **2 O INTERNACIONAL EM LÉLIA GONZALEZ**

“Se queres ser internacional, começa por pintar o teu nacional?!<sup>37</sup>. O que é o internacional? Nada mais justo que o segundo capítulo desta dissertação comece com esse questionamento que permeia os pensamentos não só daqueles e daquelas que fazem parte das Relações

---

<sup>37</sup> Assim como fiz no Trabalho de Conclusão de Curso, aqui trago a referência e trocadilho com os ensinamentos do russo Leon Tolstói “Se queres ser universal, começa por pintar a tua aldeia”.

Internacionais, mas também dos olhares curiosos de familiares, da mídia, dos leigos, nas conversas triviais ao assistir ao jornal, nas inquietações cheias de anseios por “diferenciar” o nacional do internacional.

Terminologias, conceitos e significâncias fornecem uma aparelhagem para que se criem conexões com as RI. Procuramos definir e nos “conectar” constantemente com a política, a segurança, o sistema, o Estado, os povos, a anárquica, a diplomacia, o poder, a diáspora, o genocídio etc tendo em vista que os conceitos importam. São os conceitos e por intermédio da elevação do papel deles que vemos desabrochar a chance de trazer para as Relações Internacionais noções diferentes de conceitos que já discutimos e aqueles que comumente não são estudados por nós — “massivamente” —, pois já vemos as sementes do Quilombo, do Quilombismo, do Pretuguês, da Afro-latino-americanidade, da Decolonialidade, da Descolonização, do Contracolonialismo, do Ecofeminismo, do Bem Viver, da Estética artística e entre tantas brotarem entre nós. A nossa capacidade de definir e movimentar conceitos criam raízes e alcances diferenciados dentro das RI e para com outras valorosas disciplinas (Cervo, 2008; Nascimento, 2021). Para tanto, lançamos luz sobre como estamos explorando a abundância de diferentes conceitos, como não nos limitamos a tratá-los como dogmas, mas sim como “algo” que pode ser revirado sempre que necessário. Fora que é, ao menos, bisbilhoteiro que as Relações Internacionais fucem o “internacional” nos conceitos que escolhem se enlaçar.

Somos as “relações/Relações”. Porque estabelecemos vínculos, nexos, elos e contatos com povos, culturas, identidades, com status dominantes, com o centro, com a periferia, com a academia, com os movimentos de luta, com os movimentos militares e com economias. Mas não somos — pelo menos não em nomenclatura — as (R)relações (P)públicas, humanas, sociais. Porque somos, sobretudo talvez, o internacional/Internacionais. E o que significa isso de fato? — para além do “Ui, que chique” e “É viajado/a”. Questiona-se que raízes, possibilidades e versões possíveis tem o internacional, do mesmo modo que proseamos sobre como estamos inserindo tal conceito em trabalhos da área. Afinal, o que as Relações Internacionais chama de internacional?.

O internacional tem uma carência de definições e estudos (do conceito mesmo) — prova disso é se buscarmos textos, artigos, TCCs, dissertações e teses que tratem em específico disso no Google Acadêmico, no Banco de Teses e Dissertações da Capes (Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES) ou nas centenas de textos que nós das RI tivemos que ler ao longo da nossa trajetória acadêmica (não só os/as que seguiram carreira acadêmica) não as/os encontraremos. As linhas de explicação do que é o internacional “passa batido” nos escritos do nosso campo disciplinar, nos parece que é tratado como um tópico de “senso comum”, que é de

compreensão e observação fácil e, por isso, amplamente aceito — O internacional é assim mesmo? Se para quem permeia as RI ele não tem nada de fácil, imagina para aqueles/aquelas que não (embora tenha quem ache que seja).

Sem fazer generalizações ou uma afirmação sem bases de sustentação, por falta de dados ou sistematização, colocamos a problemática de que os manuais de Relações Internacionais que tão grandiosamente dedicam tempo e espaço para organizar as caixinhas necessárias para empacotar o nosso campo, com sessões sobre Realismo, Liberalismos, os Grandes Debates, Primeiro Debate, ou qualquer coisa do tipo etc, que, em síntese, trazem os principais “paradigmas” e “escolas de pensamento”, temas, conceitos, eventos de RI, com base em generalizações, unificações e até mesmo superficialidades — afinal de contas, quando se alarga muitas vezes perde profundidade nas discussões. Manuais tais como *Teorias de Relações Internacionais* de Gilberto Sarfati (2005), *Relações Internacionais* de Ricardo Seitenfus (2004), *Teorias das Relações Internacionais: correntes e debates* de João Pontes Nogueira e Nizar Messari (2005), e *Teoria das Relações Internacionais* de autoria de Daniel Jatobá, coordenado por Antônio Carlos Lessa e Henrique Altemani, *Teoria das relações internacionais* de Feliciano de Sá Guimarães (2021) e *Teoria das Relações Internacionais: o Mapa do Caminho - Estudo e Prática*, de Cristina Soreanu Pecequilo (2016), fazem isso que eu afirmei, mas que não se debruçam e se empenham da mesma maneira dedicar uma sessão ou fazer comentários que indiquem o que seria “o internacional” que tanto estudamos e que permeia as nossas discussões nas *Relações Internacionais*.

Similarmente, estamos sempre escrevendo e falando sobre o Sistema internacional, sociedade internacional, regime internacional, direito internacional, política internacional, organização internacional, estudo internacional, autor/autora internacional etc, que possuem definições e estudos próprios, mas o que fazem estes serem do internacional ou “internacionais”? Por que não qualquer tipo de regime, mas sim um “regime internacional”? Por que não qualquer tipo de política, mas sim uma “política internacional”? O internacional que aqui pretendemos erguer não se pretende ser a única versão, mas é sim um internacional amplo, diverso, a partir de Lélia Gonzalez, da amefricanidade, da América, ou melhor dizendo das Américas e de um lugar de pertencimento do Sul. Ao contribuirmos e construirmos Relações Internacionais, é sempre bom ter em mente que o nosso “quintal” é o Brasil e a América Latina/América do Sul.

**Figura 4:** Mapa Invertido da América do Sul



Fonte: Joaquín Torres-García (1943), artista hispano-uruguaio. Imagem colhida através do material de Alessandro Kominecki e Jucelia Lupepsa (2020), para o Brasil de Fato.

A nível de contextualização, para não termos um mapa puramente solto dentro do trabalho, no artigo *Cartografia, arte e visões de mundo na reprodução do “Mapa Invertido da América do Sul”*, Carla Monteiro Sales (2016) nos fornece um Sul, um (re) direcionamento, do reconhecimento de mapas artísticos, tendo em vista que *“Mapa Invertido da América do Sul”* foi elaborado pelas mãos de um artista uruguaio e não pelas mão dos grandes cânones da ciência cartográfica e da colocação da América do Sul na ponta do mapa, para o topo da imagem. “Este não é um mapa como os convencionais, que costumam ser validados na ciência geográfica pelo emprego de escala, legenda, título ou dados georreferenciados. Também não é uma obra de arte usual, pois visualizamos claramente uma estética ou um contorno que reconhecemos como cartográfico” (Sales, 2016, p. 158). O propósito de Joaquín Torres-García, não só com essa obra, mas com o seu manifesto e seu ateliê, era (eram) de chamar a atenção de novos artistas uruguaio para a estruturação de um movimento artístico, político e cultural que fosse procedente da América do Sul, com base na centralidade de necessidades e temas próprios e não aqueles amarrados nos direcionamentos da Europa. Torres-García inspirou e inverteu o mapa da América do Sul e com isso trouxe uma concepção de mundo onde o Sul não se encontra mais em um lugar de dependência ou inferiorização, mas sim de destaque, em uma posição que, de acordo com esse artista, foi negada no decorrer da história.

Sales (2016) aponta que o *Mapa Invertido da América do Sul*, ao mesmo tempo que representa uma obra de arte de qualidades estéticas, é visto como uma representação do mundo. Nesse caso, esse mapa é encontrado em diversos contextos, ilustrando em livros, artigos, cartazes de divulgação de eventos acadêmicos, inclusive das Relações Internacionais, como é exemplo do 6º Seminário Graduação e Pós-Graduação da ABRI, que ocorreu em 2022, com o tema Relações Internacionais: da América Latina para o mundo, e em manifestações de movimentos sociais na América do Sul.

É nesse sentido que os mapas artísticos se tornam um importante meio de compreensão das visões de mundo, compondo um tipo particular de representação que associa forma estética às relações de poder sobre o espaço, ressaltando críticas e expressividades que não cabem na normatização da cartografia científica. Assim é com o Mapa Invertido da América do Sul, queremos compreender a expressividade de sua visão de mundo tanto em seu passado contexto de elaboração, como em seus atuais contextos de reprodução e apropriação (Sales, 2016, p. 164).

[...] Os ideais do artista e o contexto histórico de elaboração do Mapa Invertido da América do Sul dizem muito sobre os significados e objetivos então pretendido por essa obra: **romper a dependência política e cultural com a Europa, exaltar os motivos próprios da América do Sul através de um movimento artístico original e valorizar a própria região através de uma nova posição no mundo**. Entretanto, a expressividade desse mapa artístico não ficou restrita ao seu contexto de criação (Sales, 2016, p. 165, grifo nosso).

## 2.1 O conceito de Internacional para as Relações Internacionais

É genuíno declarar que as nossas agendas de pesquisas se debruçaram e se debruçam — não apenas neste trabalho, mas em outros que apresentamos e escrevemos — em ponderar o que constitui o internacional nos nossos estudos, nas Relações Internacionais e nas Teorias das Relações Internacionais, assim como é possível pensar essa questão na Economia Política Internacional, na Análise de Política Externa, no Direito Internacional e tantas outras disciplinas que compõem as grades curriculares dos cursos de RI no Brasil e no mundo, mas não foi algo que de fato já fizemos, portanto nos concentramos nas três primeiras esferas que mencionamos.

Ainda no terreno de “matutar as ideias”, como é possível observar em muitas partes da referida dissertação que procuramos, inicialmente, nos ancorar em autores e autoras, não só, mas principalmente das RI para definir e diluir um conceito tão rico e importante para nós: o internacional — que é de muita valia para criar um elo com os escritos de Lélia Gonzalez, que melhor definiremos mais a frente, e na justificativa “reivindicada” para que o que era um projeto, hoje uma dissertação qualificada e em fase final, fosse aceita na linha de Relações Internacionais e não em uma das outras três que compõem o Programa de Pós-Graduação em

Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), campus Marília-SP. Assim como foi essencial para a nossa ancestral, ativista e intelectual Lélia Gonzalez, o significado das palavras, dos conceitos e da linguagem também se faz crucial para os nossos trabalhos.

Isto posto, conforme está escrito no Dicio (2024), Dicionário Online de Português, ferramenta tecnológica que é nada mais que um dicionário de língua portuguesa contemporânea — com definições, sinônimos, antônimos, significados, rimas, exemplos, frases etc — o internacional recebe a definição de algo “Que se realiza, que se passa entre nações: comércio internacional” ou “Que se situa entre duas ou mais nações: ponte internacional”. Já de acordo com o Oxford Languages (2024), maior editora de dicionários em esfera mundial, com dicionários em mais de 50 línguas e responsável por proporcionar o dicionário de português da Google, a etimologia da palavra *internacional* remonta o ano de 1858 e é proveniente do “francês international 'id.' ou do inglês international 'id.'”. Tal adjetivo de dois gêneros, em termos de “projeto de interesse” significa algo que “concernente a duas ou mais nações”, em termos de política é algo que se promove entre nações; exterior”, em relação a tratado possui um significado similar “realizado entre duas ou mais nações”, em referência a território é algo “que está sob o controle de uma autoridade internacional”. Em particular, quando trata da “*A internacional*”<sup>38</sup> e da “*política*”, esse mesmo dicionário nos dá uma delimitação exata da associação socialista fundada por Karl Marx, em 1864, com o propósito central de

---

<sup>38</sup> Refere-se a Associação Internacional dos Trabalhadores, tempos depois chamada de Primeira Internacional. No texto *A Primeira Internacional operária e a Comuna de Paris*, Osvaldo Gogliola (2011) explica que ela foi fundada em Londres, Inglaterra, no ano de 1864, enquanto uma organização da Internacional Operária (Associação Internacional dos Trabalhadores, ou AIT). Também foi resultado da ascensão das lutas operárias europeias, das demandas de lideranças sindicais e de importantes ativistas socialistas ao pensar na fundação de uma organização que fosse capaz de reunir o vigor e os militantes favoráveis à luta dos trabalhadores e das nações oprimidas. “A Internacional seria um prolongamento da Liga dos Comunistas, cujo objetivo principal residia no estabelecimento de “um ponto central de comunicação e de cooperação entre as sociedades operárias dos diferentes países”. A Liga fora extinta em 1852, dois anos após a cisão interna e expulsão da fração ultraesquerdista de Willich e Schapper, que defendiam a transformação da Liga em uma “sociedade de conspiradores”, contra a oposição de Marx e Engels”. Diferentemente da associação de Lassalle, a **Associação Internacional (AIT) pregava que a emancipação da classe operária, e a abolição de todo regime de classes, seria obtida através da luta dos próprios trabalhadores**” (Gogliola, 2011, p. 169, grifo nosso). Por sua vez, Marco Vanzzuli (2020) afirma que desde o momento oficial da Proclamação da República francesa, exatamente no dia 4 de setembro do ano de 1870, Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) assumiram um compromisso com o seu suporte internacional. E que, em detrimento do sindicalismo inglês e francês, proveniente da Internacional, Marx repetiu suas ponderações sobre a necessidade de unir a luta econômica e a luta política. Essa insistência era uma preocupação para que a Internacional não fosse limitada “a meta-sindicato, reivindicando apenas melhorias na condição do trabalho operário. **Tratava-se, ao contrário, da organização internacional da luta do trabalho contra o capital**” (Vanzzuli, 2020, p. 53, grifo nosso). Para um maior aprofundamento sobre essas questões, indicamos os seguintes livros: *Marx&Engels: analista de relações internacionais*, esforço coletivo da Rede de Estudos em Relações Internacionais e Marxismo (RIMA) e organizado pelo professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Caio Bugiato, e *Marx e Engels - Obras Escolhidas*.

“impulsionar o movimento socialista e proporcionar um ponto central de comunicação e cooperação entre os trabalhadores de todas as nações” e do hino<sup>39</sup> dessa mesma associação.

Que por sinal, seguindo os mesmos rumos do “pai dos burros”, como é apelidado o dicionário, o *Dicionário do Pensamento Marxista*, editado por Tom Bottomore, publicado pela editora Zahar em 1988 e 2012, fornece as noções dos conceitos básicos, segundo grandes temas do marxismo, das internacionais e do internacionalismo. A Primeira Internacional, a Segunda Internacional, a Terceira Internacional e a Quarta Internacional tinham como base o movimento dos trabalhadores de todo o mundo e as reivindicações dessa classe — claro que guardada as especificidades de cada uma dessas “Internacional”, figuras que movimentavam o cenário vigente, as rupturas e continuidades. Resumidamente, a luta dos trabalhadores é internacional. Em todo o mundo, trabalhadores e trabalhadoras lutaram/lutam, ao mesmo tempo, pela problematização do sistema em que estavam/estão inseridos, por denunciar e requerer melhores condições de trabalho e direitos trabalhistas. O pensamento marxista então nos ilustra que o internacional pode ser pensado a partir da centralidade das classes e da luta de classes.

Assim, nota-se que ao recorrer ao significado da palavra, o internacional desponta como algo atrelado a “que estabelece conexão entre nações”, muitas vezes sendo sinônimo de global, universal e mundial. Nesse sentido, o internacional diz respeito à orientação dos nexos entre nações, povos, sistemas, sociedades, culturas, políticas, territórios, congressos, campanhas, trajetórias, línguas etc conectadas. É preservar as particularidades do nacional, entendendo a necessidade de se estender pela formação e interesses desse conjunto maior que se conecta (ou se desconecta). Por conseguinte, em detrimento da carga de significado que tem para as Relações Internacionais, o internacional é um elemento que tem seu valor quando definido e pode ser revisitado. As significâncias, lacunas e possibilidades advindas de dicionários, manuais, livros, autores representam as muitas formas de definir (ou redefinir) o que chamamos de “internacional”.

A título de elucidação, podemos percorrer a segunda edição do livro *The Key Concepts*, lançado em 2008, em português *Os Conceitos-Chave*, voltado para as Relações Internacionais. O livro, produzido por Martin Griffiths, Terry O’Callaghan, Steven C. Roach, se propõe a ser

---

<sup>39</sup> O hino ao qual o dicionário faz alusão, trata-se do hino da Internacional comunista, tido como o hino dos trabalhadores do mundo inteiro. De acordo com Michele de Mello (2022), jornalista do Jornal de Fato, o hino “A Internacional” foi cantado pela primeira vez em 1896, durante o 15º Congresso do Partido Operário Francês. O então poema possui uma letra marcada por pregar a unidade de trabalhadores/as, com a finalidade de conquistar uma terra livre e comum. Do mesmo modo, o seu conteúdo incentiva a denúncia do sistema que encoberta as práticas e crimes dos ricos. Tal hino foi/é reproduzido em outros tantos congressos dos movimentos/partidos comunistas, socialistas e dos trabalhadores em muitas partes da esfera internacional. “[...] acabou sendo incorporado como hino oficial pela Internacional Operária e Socialista ou Segunda Internacional, fundada em 1889” (Mello, 2022, online). Sua versão na íntegra também está disponível nessa mesma matéria.

um guia essencial para qualquer pessoa interessada em assuntos internacionais. De acordo com Griffiths, O'Callaghan e Roach (2008), seu material abrange e apresenta, de forma atualizada, os temas mais relevantes das relações internacionais “pós 11 de setembro”<sup>40</sup>. Assim como um manual, se direciona não aos “especialistas”, mas sim aos/às estudantes, ao dizer que é ideal para eles/elas, enquanto um guia acessível e fonte de ajuda inestimável para a assimilação do campo em expansão das RI.

Os três professores de Relações Internacionais e autores dos livros, segundo o prefácio escrito por Steven C. Roach (2008), buscaram fornecer aos/às estudantes e curiosos/as em Relações Internacionais pequenos ensaios e escritos introdutórios acerca dos conceitos e questões que são prováveis de serem encontradas nos estudos que envolvem as relações internacionais. Eles dão continuidade às propostas centrais da primeira edição de trazer os conceitos-chaves já utilizados, só que agora atualizados, e adicionar tantos outros conceitos associados a “novos debates” importantes nas relações internacionais, e assim acompanhar as mudanças e as demandas mais recentes que a disciplina passou. O livro “fornece um novo contexto para estudar a importância de conceitos existentes” (Roach, 2008, p. 5).

Logo após uma introdução, que inclusive apresenta superficialmente o andamento teórico vivenciado pelas RI, de salientar a crescente integração entre os atores internacionais, do surgimento de questões atuais, que e como as teorias em RI conseguem ser aplicadas e melhor respondem à dinâmica mutável de questões internacionais, elucida sobre o realismo, o liberalismo e o marxismo, assim como toca na teoria crítica, no construtivismo, no feminismo e no pós-modernismo, Griffiths, O'Callaghan e Roach (2008) nos apontam a ilustre lista de conceitos-chave. “Ganha um prêmio” quem adivinhar qual conceito, que ao nosso ponto de vista é chave para entender e diferenciar as Relações Internacionais, ficou de fora dessa lista.

Com cerca de 160 conceitos-chaves, entre eles: anarquia, capitalismo, coerção, descolonização, dissuasão, diáspora, diplomacia, limpeza étnica, etnia, feminismo, genocídio, geopolítica, governança global, globalização, hegemonia, direitos humanos, imperialismo, integração, interdependência, direito internacional, economia política internacional, sociedade internacional, jihad, multilateralismo, Estado-nação, interesse nacional, nacionalismo, paz perpétua, poder, refugiados, regionalismo, sanções, segurança, dilema da segurança, autodeterminação, soberania, violência estrutural, desenvolvimento sustentável, terrorismo, teoria, unilateralismo e guerra (Griffiths; O'Callaghan; Roach, 2008). De modo evidente, com

---

<sup>40</sup> Reporta-se ao atentado de 11 de setembro de 2001 contra os Estados Unidos. Em resumo, dois aviões atingiram as chamadas torres gêmeas do World Trade Center. Para mais detalhes, ler o artigo *As implicações do 11 de Setembro para o estudo das relações internacionais* (2002), de Barry Buzan.

esse levantamento, fica nítido como a definição e o recurso, ainda que para muitos com uma conduta inicial, dos conceitos são excepcionais para as Relações Internacionais, assim como já haviam afirmado Cervo (2008) e Nascimento (2021).

Temos, portanto, aqui, pensando a partir dos conceitos, duas dimensões do problema: a seleção dos mesmos (delimitação do campo/escolha do objeto específico) e a maneira de trabalhá-los (metodologia). Dessa forma, **temos que nos deparar com o problema das esferas consolidadas de conceitos, discursos, práticas, teorias, metateorias e premissas e a relação que podem causar com maior ou menor impacto em determinados caracteres** — políticos, sociais, culturais, militares, estratégicos, econômicos e comerciais, entre outros (Nascimento, 2021, p. 27, grifo nosso).

Ou seja, essa gama de conceitos, que fazem parte de perspectivas teóricas e agendas de estudos mais “marginalizadas” ou mais “tradicionalistas” (Nascimento, 2021), sem tirar, mas muito provavelmente por, representa pistas para enfrentar os desafios de compreender as RI. São de fato conceitos que são “descobertos” nas aulas, livros, palestras, ementas de disciplinas, seminários do nosso campo. Do mesmo modo, são conceitos que se relacionam com o internacional. Conceito que Griffiths, O’Callaghan e Roach deixaram de fora desse guia. O que seria do capitalismo sem um olhar “internacional”? O que seria da diáspora sem um olhar “internacional”? O que seria da globalização sem um olhar “internacional”? O que seria do direito internacional sem um olhar “internacional”? O que seria da política internacional sem um olhar “internacional”? O que seria da guerra sem um olhar “internacional”? O que seria do “internacionalista” sem um olhar internacional? E o que seria de um livro, que se propõe ser uma “guia” para o alunado de RI que nem menciona que o “internacional” é um conceito que carece de ser “visitado”?

Em contrapartida, no livro *Perspectivas Pós-coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais* (2021), organizado por Aureo Toledo, professor de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), fornece dicas interessantes de como os debates que permeiam as RI têm se desdobrado no Brasil e como os/as estudiosos/as trabalham “o internacional” — ainda que este não seja o foco principal do livro. Afinal, João Pontes Nogueira (2021) explana que a proposta do material é de preencher uma lacuna pouco explorada na literatura teórica em RI no terreno brasileiro. Em sua concepção, as contribuições dos jovens pesquisadores que escreveram os capítulos do livro fazem com o que o livro venha a se tornar um título indispensável para todos/as os/as interessados em estudar criticamente a política mundial do/a partir do nosso país. Em sua essência, representa a renovação acadêmica no campo das RI — a mesma renovação que o internacional pode experimentar/está experimentando. Uma atualização que nasce: “[...] mais especificamente do vigor de uma geração formada no

ambiente intelectual mais inovador e aberto que caracteriza a evolução recente dos estudos internacionais em todo o mundo” (Nogueira, 2021, p. 7). Em tal caso, temos o internacional sob um prisma pós-colonial e decolonial, que são fontes de pensamentos avessos ao conhecimento institucionalizado e de problematização do espaço da teoria e, por isso, não podem ficar sufocados nos requisitos disciplinares e canônicos das RI, particularmente do seu viés mais tradicional. “Talvez por esta razão não surpreenda sua ausência em artigos e pesquisas que buscam mapear a diversidade teórica da disciplina” (Nogueira, 2021, p. 9).

Nogueira (2021) prossegue explicando que, apesar do espaço oscilante que as teorias pós-coloniais — e decoloniais — preenchem dentro das RI, estas orientaram os movimentos de crítica às concepções dominantes do internacional. Isso muito nos chama a atenção, pois se pensarmos na ligação do “internacional” com os estudos pós-coloniais, com base Antônio Elíbio Júnior, Carolina de Almeida e Marcos Lima (2013), afirmamos que o estudo das RI não é absolutamente recente. Chamados pelo autor e pela autora de “considerações e escritos sobre o internacional”, enquanto sinônimo do que seria o estudo específico das Relações Internacionais, estas são consideradas ferramentas ponderadas por outras diversas ciências sociais, em particular pela História e pela Ciência Política. Ao mesmo modo que apresenta essa questão acerca do internacional, as Relações Internacionais também se mostraram indiferentes quanto à abordagem pós-colonial. Com isso, esse distanciamento foi prejudicial para visualizar um “modelo” de mundo não-ocidental, com assimetrias de poder e riqueza crescentes, repleto de novos atores e novas necessidades (Elíbio Júnior; Almeida; Lima 2013).

Consequentemente, o internacional nem sempre foi pensado a partir dessas nuances, frequentemente desconectado das críticas ao regime de colonização como parte crucial de um processo global, desligado das condições de mulheres, das classes, da população negra, das identidades étnicas etc. O que Frantz Fanon, Lélia Gonzalez, Edward Said, Aimé Césaire, Gayatri Spivak nos dizem sobre o internacional? O que as perspectivas pós-coloniais, decoloniais, feministas, marxistas, racializadas e entre outras nos dizem sobre o internacional? Não temos respostas fechadas para esses questionamentos e tampouco pretendemos fazer isso. Nosso encargo, mais adiante, é potencializar e trazer chances de retornos ao pensar *exclusivamente* a figura de Lélia Gonzalez e do seu conceito de Amefricanidade.

Voltando para o livro, *Perspectivas Pós-coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais*, queremos frisar os comentários feitos por Aureo Toledo (2021), no próprio capítulo escrito por ele, *Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em Relações Internacionais: a parte que nos cabe nesse percurso*, ao apresentar particularmente dois outros capítulos. *Pode o migrante falar? Um exercício de rearranjar desejos, escavar o eu e tornar delirante o outro*

em nós escrito por Roberto Vilchez Yamato e “*Interpretações do Brasil*” e “*formação*”: *considerações para a exposição de um lugar* escrito por Victor Coutinho Lage. Ambos os autores, assim como Toledo, são professores de Relações Internacionais. Nas ponderações feitas por Toledo (2021), ele indica a presença do internacional nos dois textos. No primeiro, a partir da condição de migrante irregular, Yamato (2021) convoca o/a leitor/a a pensar as noções de fronteiras e limites. O/A migrante faz com que seja possível localizar o espaço-tempo daquele fora constitutivo do sistema internacional moderno, capitalista e (neo)liberal — e nesse caso também como ele é ou não incorporado ao internacional. Toledo diz sobre o texto de Yamato:

Outro ponto de destaque em sua argumentação refere-se ao argumento de que **o internacional condiciona a vida social humana, relacionalmente diferenciando, hierarquizando e organizando, por exemplo, as condições de ser humano, cidadão, nacional, estrangeiro, exilado, dentre outros**. Em suma, o ponto seria que a identidade é uma construção política, social, cultural, racial, de gênero etc., e que a condição internacional é constitutiva de trama tão complexa que condiciona a vida humana (Toledo, 2021, p. 29, grifo nosso).

Já sobre o texto de Lages (2021), o organizador reflete sobre como ele conseguiu produzir uma análise original sobre o campo popularmente denominado como “*Interpretações do Brasil*”, composto por figurões, tais como Sérgio Buarque de Hollanda, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Celso Furtado. Assim, rompe com a ideia de que as figuras que pensaram a formação do Brasil não podem estar ligadas com as discussões envolvendo as relações internacionais e os pós-colonialismo — e conseqüentemente, que os intérpretes brasileiros não teriam o que nos ensinar sobre pensar o internacional. Falar sobre Brasil, seja sobre sua formação, lugar que ocupa, ou sobre cursos de Relações Internacionais brasileiros, também é falar sobre o internacional.

Logo, a interpretação do Brasil tem embutida em si uma interpretação da modernidade. Ao final do texto, Victor ilustra a potência de seu esquema interpretativo ao interpelar tanto *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes, quanto *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque, obras que dispensam apresentações. O resultado é uma leitura instigante, que **aponta como obras aparentemente interessadas apenas na realidade sociopolítica brasileira podem conter interpretações originais – e que nada ficam a dever vis-à-vis o mainstream da área – sobre o que designamos “internacional”** (Toledo, 2021, p. 31, grifo nosso).

Dando continuidade a saga sobre *O conceito de Internacional para as Relações Internacionais*, utilizaremos como referências dois renomados autores das RI: Fred Halliday e Justin Rosenberg. Com a finalidade de retornar à problematização das definições e do que

constitui o expressamente o internacional, os autores produzem orientações no que tange à temática, haja vista que explicitamente definem o que é o *internacional*.

Em *Tributo a Fred Halliday*, Paulo Fagundes Visentini (2010), orientando de Pós-Doutorado do próprio Halliday, escreve acerca da trajetória e legado deixado por tal autor para as Relações Internacionais. Relata que o acadêmico irlandês/britânico foi um dos grandes nomes dos estudos internacionais e fez parte de um distinto grupo de intelectuais que adotam uma perspectiva teórica crítica nos estudos das RI, assim como foram qualificados por terem uma postura comprometida politicamente. Autor de livros, coletâneas e palestras, teve suas perspectivas sensibilizadas/influenciadas pelo marxismo, no qual consolidou seus estudos com foco no Oriente Médio, nas análises da Guerra Fria, no imperialismo e no sistema mundial. Não somente focado nos debates empíricos, lançou com maestria uma das melhores discussões teóricas sobre a “nova” realidade internacional. “O fruto disso foram as obras *From Potsdam to Perestroika: conversation with Cold Warriors* (1990), *The world at 2000* (2001) e *Rethinking International Relations* (1996), obra que publicamos em português na Coleção “Relações Internacionais e Integração”, editada pelo NERINT/UFRGS” (Visentini, 2010, p. 76).

O último livro ao qual Visentini se refere foi traduzido no Brasil com o título de *Repensando as Relações Internacionais*. Com segunda edição no ano de 2007, a obra de Fred Halliday nos convida a (re)pensar o entendimento do internacional, o local ocupado pelas Relações Internacionais, as disputas travadas pelas principais correntes teóricas, o encontro, chamado por ele mesmo de necessário, entre o materialismo histórico/marxismo e as relações internacionais, as definições e implicações sobre o Estado, seja ele um ator doméstico e/o internacional, sobre a sociedade internacional, o transnacionalismo e os seus limites, a formação do sistema internacional, a ausência, distanciamento e superação dessa posição, em relação as lentes de gênero nas RI, em específico a ligação entre as mulheres e a arena internacional, as teorias das Guerra Fria e seus entendimentos etc.

Para fins de objetivo deste segundo capítulo, o encaminhamento aqui é orientado pela abstração no que concerne à *importância do internacional, ao “internacional” em perspectiva*<sup>41</sup> e aos *parâmetros do “repensamento”*. Halliday (2007), além de deixar reluzente que a diversidade teórica em RI — até mesmo ao tratar do internacional — não é uma fraqueza, mas sim uma força, e por isso, pode e deve ser explorada, interpreta como o internacional é abordado e quais as alternativas para alargá-lo.

---

<sup>41</sup> Estão em itálico a fim de evidenciar que são os vocabulários empregados em pessoa pelo Halliday para tratar do internacional na introdução de *Repensando as Relações Internacionais* (2007).

Ainda para Halliday (2007), o internacional muitas vezes é tratado como um elemento “excedente”, como se fosse uma opção que “sobra” para as/os estudantes, um penúltimo capítulo para o meio acadêmico. Quando na verdade, o internacional não é um componente recente ou aditivo da realidade social e política, mas sim um de seus elementos duradouros e característicos. Foi graças a ele que se pode debater o lugar das RI um contexto intelectual e histórico mais amplo e, ultimamente, passou a ser mais valorizado. Desse jeito, o diálogo/encontro entre as Relações Internacionais — ou se quisermos chamar de confluência, como o ancestral, filósofo e quilombola Antônio Bispo dos Santos (2023) nomeia — com outras ciências evidenciam em que medida o internacional desempenha um papel determinante ou não, sem esquecer que cada nível, o nacional e o internacional, têm a sua autonomia parcial, ligação e importância. Isso porque, de acordo com Halliday, é crucial pensar a junção desses dois níveis a fim de prosperar nas análises e explicações das diferentes ocorrências e temas.

Nas últimas duas décadas, a mudança dramática no *status* do “internacional” somente potencializou isso. Agora que se tornou moda destacar a difusão do “internacional” e a destituição da especificidade nacional pela “globalização”, esta dimensão, antes negligenciada, tornou-se propriedade de todos: a exclusão deu lugar à promiscuidade (Halliday, 2007, p. 16).

Logo, assimilamos a frase que diz que: “O “internacional” não é algo “lá fora” (Halliday, 2007, p. 34). Neste trecho, o autor provoca que o internacional não é uma área da política que pode ser costumeiramente desdenhada e que eventualmente se interpõe com bombas ou preços mais altos do petróleo — ainda que trate disso, não se resume a isso. Não é algo que pode ser ignorado pois, antecede, desempenha um encargo formativo na formação do Estado e na emergência do sistema político — do mesmo modo das relações estabelecidas entre ambos. “Os Estados funcionam simultaneamente nos níveis doméstico e internacional e buscam maximizar seus benefícios em um domínio para melhorar suas composições no outro” (Halliday, 2007, p. 34).

Outras duas passagens desses mesmos escritos de Halliday, que tratam do internacional, nos chamaram atenção. O primeiro é quando ele menciona que, verazmente, no campo das Relações Internacionais, a linha limite entre a teoria e os fatos foi delineada entre a abordagem histórica do internacional — alicerçada na história diplomática, essencialmente de uma diplomacia europeia e estadunidense — e as tentativas primárias de trazer para as “relações internacionais” um estudo comparado e teórico sobre o *internacional*. O segundo, que inclusive trabalhamos algumas pistas em trechos anteriores deste capítulo, refere-se a visão marxista sobre o internacional, uma discussão fortemente atrelada à política de expansão e de domínio

das questões do “imperialismo”. “**O próprio conceito de “internacional”** coloca problemas para os marxistas, no qual o contraste implícito com o “nacional” não é aceito de imediato [...]” (Halliday, 2007, p. 64, grifo nosso).

Recapitulando, os rumos adotados pelas RI em termos das formas como são enquadradas a esfera teórica, as referências que “dogmamos”, os conceitos e as perspectivas vistas como “mais relevantes” no que se entende e dissemina acerca do internacional precisam ser revistas, repensadas nas palavras do próprio Fred Halliday. Nesse bojo, o que se diz e o que se ouve do internacional precisam ir além desse “lugar lá fora”, que ainda se resume à Europa e Estados Unidos, para assim ir mais adiante das limitações dos debates, das narrativas, dos conhecimentos tradicionalistas e hegemônicos (Halliday, 2007; Nascimento, 2021). Olhar um internacional que seja versado nos pleitos brasileiros, latino-americanos — afinal, estamos formando e pensando as RI em contexto de Brasil. Um internacional comprometido com a classe trabalhadora do mundo inteiro, com o combate e a não naturalização da discriminação racial, sensível as questões étnico raciais, com as perspectiva de gênero e os avanço reconhecimento a equidade, das alterações e impacto das mudanças climáticas a longo prazo — e não de uma ótica de “desenvolvimento dos países”, mas de colapso, de extermínio de populações, modos de vidas e culturas.

Ao acompanhar as críticas intelectuais e as transformações do mundo, os estudos acadêmicos em Relações Internacionais têm se atentado no alargamento do que se convencionou a denominar de internacional. Isto posto, essa expansão precisa se atentar em como esse internacional ambienta, não somente em relação aos debates teóricos, mas sobretudo, às perspectivas “menos tradicionais”, a espaços distintos — em especial, dar também atenção aos que estão abaixo da linha do Equador — às vozes que acessam esse “repensamento” do internacional, a abrangência de temáticas, conceitos, autoras e autores, bem como dos diálogos que estabelecem com outras disciplinas e saberes (Halliday, 2007; Nascimento, 2021).

Corroborando com o final dessa argumentação e também nos dando “dicas” de como enxergar esse internacional<sup>42</sup>, no artigo *Relações Internacionais na prisão da Ciência*

---

<sup>42</sup> Em outro texto, anteriormente escrito a esse, *Isaac Deutscher and the Lost History of International Relations*, Justin Rosenberg (1996) trata de aspectos do internacional e da formação histórica das RI através da escola inglesa e de Martin Wight, um dos principais estudiosos britânicos e da própria escola inglesa. Além disso, a partir de uma ótica um tanto marxista, o autor explica que é através do internacional — do nível internacional e somente nesse nível — que é factível vislumbrar o processo de transformação capitalista da humanidade como um todo: a ascensão do Ocidente, o engolfamento do mundo não europeu, a globalização do sistema de estados soberanos e do mercado mundial, e as poderosas guerras mundiais e lutas revolucionárias que esse desenvolvimento trouxe em seu rastro. É o internacional que permite, através de sua especificidade, tratar com maestrias desses acontecimentos. “Em seu lugar, precisamos de uma concepção que incorpore a dimensão internacional da história mundial moderna no centro de sua compreensão, mas que não o faça abstraído o internacional de seu integumento

*Política*<sup>43</sup>, Justin Rosenberg (2016), professor de Relações Internacionais na Universidade de Sussex e pesquisador com foco na intersecção entre Relações Internacionais e teoria social, explica como e por que a História, a Geografia e a Sociologia, disciplinas que ampliam e são relevantes para a formação do/da bacharel em RI e de outras diversas áreas, conseguem dialogar com outras disciplinas porque são autônomas e especializadas em aspectos próprios da realidade. No caso, em resumo, a principal especialidade — e nesse caso, sua ontologia está atrelada a essa particularidade — da História é a temporalidade, da Geografia é a espacialidade e a da Sociologia é a estrutura social. A construção dos diálogos com outras disciplinas pode ser um esforço empenhado pelas Relações Internacionais, para sair, nos termos do autor, da “prisão da Ciência Política”.

Ainda em conformidade com tal autor — enlaçado com os dizeres de Halliday — o potencial essencial, assim como mencionamos o potencial das disciplinas acima citadas, das Relações Internacionais se encontra no “internacional”. Essa potencialidade que é o internacional também é o elemento que justifica a sua existência como disciplina acadêmica distinta. Do mesmo modo, ele profere o caráter múltiplo da vida social, e que é exatamente essa multiplicidade a responsável por conceber o próprio internacional na qualidade de dimensão do mundo social — mas que fica também o alerta para que, assim como não é favorável se manter na prisão da Ciência Política, não é ideal cair na prisão da multidimensionalidade/multiplicidade.

A dimensão internacional não é estritamente uma zona de relações externas, haja vista que é por meio da interação entre as multiplicidades, do que é diverso e dinâmico no tocante aos personagens, assuntos, disposições, Estados etc, que se forma a composição interna das próprias sociedades “nacionais”. Na esfera das interlocuções, a disciplina de Relações Internacionais teria/tem o que dizer em questões práticas, teóricas e metodológicas para e sobre si mesma e para e sobre outras disciplinas. Isso se daria pelo fato de que em vez de falar sobre as concepções, temas que se relacionam e conceitos de classe, gênero, linguagem, raça, diáspora etc., que aparentemente seriam mais bem discutidos em disciplinas “voltadas” a essa tarefa — a exemplo da Política, da Antropologia, e da Linguística —, RI exploraria o caráter internacional das classes, gêneros e idiomas, racialidade, diásporas pelo mundo, entre outros assuntos. Ou seja, ainda que outras disciplinas tenham avançado mais em termos de incorporação de sujeitos, autores, autoras, metodologias e discussões contemporâneas, a nossa

---

histórico e sociológico dinâmico. E esta, eu sugiro, é a promessa da ideia marxista de desenvolvimento desigual e combinado para a disciplina das relações internacionais” (Rosenberg, 1996, p. 14, tradução nossa).

<sup>43</sup> No original: *International Relations in the prison of Political Science*.

disciplina não deixa de falar sobre e não pode achar que não tem o que contribuir. Portanto, o internacional seria/é a — uma das — parte/partes que faltava/falta no quebra cabeça das Ciências Sociais (Rosenberg, 2016; Nascimento, 2021).

## 2.2 Onde está o internacional em Lélia Gonzalez?

Até aqui vimos que o internacional importa, as definições e interpretações que ele recebe, os caminhos traçados para identificá-lo e o que ele representa para as Relações Internacionais. Ao procurar estabelecer uma ligação entre Lélia Gonzalez — principalmente através do conceito de amefricanidade, mas são somente por meio dele — e o *internacional* nos deparamos com alguns cenários possíveis.

Gonzalez dialoga e se acomoda, do ponto de vista aqui apresentado, na esfera e nos estudos do internacional, a partir de cinco principais “marcos”: da extensão de tratar as vivências na América Latina, — “comum a mais de um país”, o que nos remonta às definições que firmamos anteriormente postas pelos dicionários. Afinal, ao desenvolver o conceito de amefricanidade ela sai dessa visão “exclusivamente” brasileira, mas que também já era internacional por projeção, e passa a trazer as resistências e processos comuns aos países latino-americanos quanto se trata de amarras a organização e imaginário herdado da colonização, assim como da tangibilidade das mulheres e homens indígenas e negros; da sua habilidade de tratar de temas que são trabalhados em RI (e de outros que deveriam ser) e fazem parte da arena internacional. Lélia Gonzalez tece críticas e comentários sobre o sistema capitalista, sobre a Conferência Internacional sobre Sanções contra a África do Sul e o *Apartheid*<sup>44</sup>, sobre conferências ocorridas no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), seja para tratar de raça e discriminação racial ou questões sobre as mulheres, como a mulher negra brasileira era vista como “produto de exportação” etc; da sua participação em congressos internacionais e da escrita/publicação em meios de circulação em outros países e internacional. “[...] Além dos seus textos publicados, arrolamos artigos inéditos apresentados por ela em congressos internacionais e em importantes universidades estrangeiras “(Rios; Lima, 2020, p. 10); das múltiplas referências que ela tributa e usa em seus escritos, de lugares e continentes diferentes. Ou seja, das interlocuções internacionais, afinal: “Ela se nutria de fontes muito diversas tanto na produção nacional quanto internacional, não ficando presa a um campo

---

<sup>44</sup> Foi um lastimável regime de segregação racial implementado na África do Sul em 1948. Existe uma gama de importante livros, textos, filmes, músicas e palestras que retratam essa temática, para ficarmos em dois exemplos, indicamos: *Ruth First e a luta contra o apartheid sul-africano*, escrito pela própria Ruth First (2024) e *África do Sul: Apartheid e Resistência*, de Klaas de Jonge (1991).

disciplinar, o que lhe permitiu conexões e interpretações que contribuiriam para que sua análise seja hoje nomeada como interseccional<sup>45</sup>” (Rios; Lima, 2020, p. 19); do reconhecimento internacional que a autora recebe, seja quando a LASA criou um evento voltado para rememorar seu pensamento ou seja quando Davis ou Hill Collins gritam aos quatro ventos sobre Gonzalez.

Além disso, como já fundamentamos em trabalhos anteriores, em seminários de pesquisa, apresentações prévias para transmitir o andamento deste trabalho, desenvolvido no mestrado e no projeto submetido ao PPGCS da Unesp de Marília, a escolha/continuidade dessa agenda de pesquisa e a conexão de Lélia Gonzalez o internacional pautou-se:

[...] sobretudo, além dos afetos que temos por ela, na relevância de suas obras para a formação do pensamento intelectual brasileiro e para a temática que estudaremos, assim como da capacidade de mobilizar e definir conceitos — e a relação deles com o “internacional” (Nascimento, 2021, p. 18).

Bem como:

Há muitas rotas possíveis, como por exemplo aprofundar as considerações já levantadas, discutir outros conceitos — internos ou externos ao plano das RI — ponderar sobre a presença do internacional a partir de outros conceitos que a autora trabalha, aprofundar as contribuições de Lélia Gonzalez com outras autoras e autores das Relações Internacionais e de outras disciplinas das Ciências Sociais, Humanas e Política, examinar as relações transnacionais na América Latina (América Ladina), com base nos países e as experiências que a compõe e/ou dar maior profundidade para o pensamento interseccional e decolonial contidos nos escritos de Lélia Gonzalez (Nascimento, 2021, p. 75).

Recobrando os aspectos trazidos por Fred Halliday (2007) no que se refere à ampliação e ao “repensamento” do internacional, avaliamos que a incorporação do internacional e a conduta intelectual e ativista e as elaborações de Lélia Gonzalez conversam de modo direto com as articulações de “[...] repensar a definição de internacional em termos de recortes, locais, referências intelectuais e enfoques conceituais, o que reflete no processo de expansão teórica do campo das Relações Internacionais e nos esforços de combinar teoria e prática” (Nascimento, 2021, p. 10). Isso também se dá também pelos pleitos atrelados ao conceito de amefricanidade, fundamentado nas experiências comuns de mulheres e homens negros na diáspora e nas vivências de mulheres e homens indígenas contra a dominação colonial no contexto latino-americano<sup>46</sup> (Gonzalez, 2020a). Elemento que é apropriado e poderia ser

<sup>45</sup> Comentaremos sobre esse aspecto em específico no terceiro capítulo.

<sup>46</sup> [...] “conceito de Amefricanidade formulado por Lélia Gonzalez, sobretudo, ao olhar para as Américas, e mais especificamente, para a “América Ladina”<sup>8</sup>, haja vista que ele possibilita a abertura para uma teorização em Relações Internacionais a partir de conceitos e dialoga com a essência repensada do “internacional”, conforme indicado por Fred Halliday” (Nascimento, 2021, p. 20).

incluído como uma contribuição importante para o desenvolvimento dos caminhos teóricos das RI, nomeadamente o que costumamos alocar nas Teoria(s) de Relações Internacionais (Nascimento, 2021).

A recuperação ou reivindicação por essas incorporações e “novas contribuições” igualmente são reflexos das críticas que foram firmadas ao longo do tempo acerca das definições e dos enquadramentos restritos do que se entende por Teorias das Relações Internacionais — quem pode acessá-las, opinar sobre elas e dos autores canonizados nas ementas/planos ensino de TRI: “Hans Morgenthau é das TRI”, “John Mearsheimer é das TRI”, “Kenneth Waltz é das TRI”, “Alexander Wendt é das TRI”, “Joseph Nye é das TRI”, e até mesmo há quem diga “J. Ann Tickner e Cynthia Enloe<sup>47</sup> são das TRI”, mas muito dificilmente essas mesmas pessoas que colocam dogmática e exclusivamente, dirão: “Lélia Gonzalez é das TRI”, “Abdias Nascimento é das TRI”, “W. E. B. Du Bois é das TRI”, “Heleieth Saffioti é das TRI”, “Frantz Fanon é das TRI” ou até mesmo das RI. Que bom que não somos essas “mesmas pessoas”, mas tampouco temos a pretensão de “dogmatizar” nenhuma possibilidade que achamos importante ou prender alguém/algo na caixinha restrita das TRI. Nesse sentido, continua-se a acreditar que existem múltiplos movimentos de contestação internos à nossa área de atuação, as Relações Internacionais, e que isso é essencial para que se coloque em xeque a arbitrariedade dos critérios (se é que existem) pelos quais se definem autoras e autores clássicos e, mesmo, os conceitos mais importantes de nossa disciplina (Nascimento, 2021). “Para mais, essas novas nuances na produção de conhecimento, possibilitam uma maior atenção para diferentes conceitos que podem ser incorporados ao “internacional” (Nascimento, 2021, p. 38).

Em relação aos marcos/pontos viáveis para estabelecer conexões (o internacional e Lélia Gonzalez) e até mesmo refrescar a memória de quem estiver lendo essa dissertação sobre fases das circunstâncias pelas quais a autora passou, Bárbara Martins (2021) obtém uma parcela de colaboração nesse mapeamento e invoca que Lélia deveria ser “leitura obrigatória nas escolas e universidades”. Martins (2021) justifica a sua afirmação argumentando que Lélia Gonzalez foi uma das figuras que mais apresentou internacionalmente a dimensão e valor dos movimentos sociais brasileiros e latino-americanos para outras nações. Foi ela também quem reforçou a participação de mulheres negras na política e nas universidades, quem questionou a permanência de pensamentos “eurocentrados” e “europeizados” no imaginário da formação do

---

<sup>47</sup> Utiliza-se esse “até mesmo” tendo em vista que essas duas autoras são os dois nomes mais conhecidos e aceitos nas RI e nas TRI em relação à teoria feminista, ainda que não tenha sido o mesmo processo de aceitação que os outros autores que mencionamos passaram e que não ocupam o mesmo lugar de visibilidade — mesmo com todos os avanços.

Brasil e outros países passaram pelo processo de colonização, que foram colonizados e explorados. Gonzalez foi uma porta-voz sensata dentro do movimento das mulheres e do movimento negro, pois se utilizou de seu ativismo de campo e da sua produção intelectual para chamar atenção de companheiros de causa para o silenciamento das falas femininas dentro da militância afro-brasileira, da militância negra, e se atentou e manteve contato com outras pautas das feministas da América Latina, construindo assim um feminismo a partir de mulheres negras e indígenas. Do seu ponto de vista, não seria coerente que as mulheres desse contexto colonizado e marcadas racialmente seguissem os moldes de um feminismo branco, europeu, “[...] que parte de questões que pouco dizem respeito às necessidades de mulheres não brancas, padronize a luta das feministas brasileiras” (Martins, 2021, online).

Não obstante, Fernanda Fonseca (2021, p. 11), que em seu trabalho também coloca Lélia Gonzalez à luz do internacional e de trazer novas formas de inserir os estudos aperfeiçoados por ela para dentro do campo RI, reforça que existem abordagens, no caso do foco principal dela, da abordagem decolonial, que auxilia na leitura da dimensão internacional da concepção das categorias de análise <sup>48</sup>criadas por Gonzalez, “desde a sua leitura de mundo pela perspectiva das mulheres negras periféricas, do feminismo afrolatino-americano e da amefricanidade”. Para ela, assim como para Nascimento (2021) e Rios e Lima (2020) discutir o conceito de amefricanidade, sobretudo, ao olhar para a América (América), e mais particularmente para a América Latina, significa pensar na inativação de uma teorização em RI através de conceitos e da relação com o internacional.

Fonseca (2021) explica que através da amefricanidade temos uma leitura de mundo, pautada nas mulheres amefricanas e ameríndias latino-americanas em particular. E que estas carregam potencialidade de (re)pensar e (re)existir enquanto coletividade, uma espécie de conjunto. “[...] Culminaria na criação da categoria político-cultural de amefricanidade, como percepções de interpretação do mundo e ferramentas políticas para a transformação do mesmo” (Fonseca, 2021, p. 116). Peculiarmente, a compreensão de amefricanidade na qualidade de resistência transcorre a noção de cultura<sup>49</sup> — trata-se de um conceito político-cultural, como o

---

<sup>48</sup> As categorias que ela se refere são os conceitos-chave de amefricanidade, pretuguês, feminismo afro-latino-americano, racismo de denegação/por omissão, sexismo etc.

<sup>49</sup> “Cultura pode ser entendida como o conjunto de manifestações simbólicas através das quais os sujeitos sociais expressam suas relações com a natureza e entre si. No caso da formação sociocultural brasileira não podemos deixar de considerar o tripé que lhe deu origem e que, portanto, é o seu suporte. Este “tripé”, como diz Lélia, se refere às contribuições ameríndias, africanas e europeias. Como indígenas e negros foram escravizados (cultura dominada) e explorados pelos europeus (cultura dominante), suas manifestações culturais têm sido “tiradas de cena”, recalçadas pela classe dominante de origem europeia (mas bastante mestiça, do ponto de vista racial), que as classifica como “folclore”, enquanto eles possuem “cultura” (GONZALEZ, 2018 [1979])” (Fonseca, 2021, p. 118). O texto ao qual Fernanda Fonseca recorre é *A Juventude Negra no Palco da História*, original de 1979,

nome do artigo, *A categoria político-cultural de amefricanidade* (2020a), mesmo sugere — enquanto um reflexo das relações sociais existentes em um dado lugar epistêmico. Não é à toa que Lélia Gonzalez trabalha o próprio entendimento da cultura, em particular da cultura (afro)brasileira — procurando similaridades com outros países latino-americanos. É por meio dos livros *Festas Populares no Brasil*, original de 1987 — e só republicado esse ano de 2024 pela editora Boitempo — que ao tratar da cultura brasileira, Gonzalez (2024) esmiúça a origem amefricana, africana e ameríndia na nossa formação cultural.

A formação cultural brasileira se faz a partir de um modelo que poderíamos chamar de eurocatólicos. Por isso mesmo nossas festas populares se realizam no espaço simbólico estabelecido por esse modelo: as festas gerais, como Natal, Carnaval e São João e Aleluia, inscrevem-se no calendário fixado pela Igreja - e isso também ocorre de caráter mais restrito (Gonzalez, 2024, p. 45).

Já em *A categoria político-cultural de amefricanidade*, Gonzalez (2020a) realça:

**Graças a um contato crescente com manifestações culturais negras de outros países do continente americano, tenho tido a oportunidade de observar certas similaridades que, no que se refere aos falares, lembram o nosso país.** É certo que a presença negra na região caribenha (aqui entendida não só como a América Insular, mas incluindo a costa atlântica da América Central e o norte da América do Sul) modificou o espanhol, o inglês e o francês falados na região (quanto ao holandês, por desconhecimento, nada posso dizer). Ou seja, aquilo que chamo de “pretuguês” e que nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil (nunca esquecendo que o colonizador chamava os escravos africanos de “pretos”, e de “crioulos” os nascidos no Brasil) é facilmente constatável sobretudo no espanhol da região caribenha. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, e também a ausência de certas consoantes (como o L ou R, por exemplo), **apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo** (e isso sem falar nos dialetos “crioulos” do Caribe). Similaridades ainda mais evidentes são constatáveis se o nosso olhar se volta para as músicas, as danças, os sistemas de crenças etc. **Desnecessário dizer o quanto tudo isso é encoberto pelo véu ideológico do branqueamento, é recalçado por classificações eurocêntricas do tipo “cultura popular”, “folclore nacional” etc. que minimizam a importância da contribuição negra** (Gonzalez, 2020a, p. 128, grifo nosso).

Em arremate, nota-se que foi por volta da década de 1980 que Lélia Gonzalez dedicou explicitamente seus estudos para ir mais adiante das linhas nacionais, para construir uma categoria política-cultural que fosse transnacional, capaz de comportar as narrativas de negros e negras da diáspora africana e povos indígenas das Américas. Com a emergência conceitual da amefricanidade em 1998, através da publicação de *A categoria político-cultural de*

---

publicado através da União dos Coletivos Pan-Africanistas, e depois publicado no livro *Primavera para as rosas negras*.

*amefricanidade*, é perceptível uma certa “passagem do nacional para o internacional”, no qual Gonzalez deixa de tratar somente do Brasil, para tratar ampliar o recorte para a América Latina (América Latina). Postura que sucedeu a outros escritos, conferências e conversas dessa intelectual (Rios; Ratts, 2016; Rios; Lima, 2020, Gonzalez, 2020a, Nascimento, 2021).

Ao continuar percorrendo essa variedade de pilares do internacional em Lélia Gonzalez, percebe-se como bem sinaliza Rios e Lima (2020, p. 9-14), um volume de produções embasado nos anseios democráticos da população brasileiras e de demais nações da América Latina e do Caribe, das reivindicações por igualdade racial nos EUA e dos enfrentamentos por independência dos países do continente africano e contra a opressão experimentada por eles. Assim dizendo, com uma formação complexa e movimentando conceitos de áreas diversas, Gonzalez não só interpretou a sociedade brasileira, mas também as latino-americanas e africanas. Em inúmeros dos seus textos, a temática da mulher negra é a matriz para problematizar as múltiplas denominações e as ideologias políticas que reproduzem representações coloniais, responsáveis por replicar e reforçar as desigualdades no dia a dia. “Na compreensão de Gonzalez, ideologias nacionais como democracia racial e miscigenação se reproduziriam por meio de discursos que naturalizariam a experiência da escravidão e seus efeitos deletérios sobre a sociedade capitalista” (Rios; Lima, 2020, p. 14).

Lélia Gonzalez explorou as formas de dominação e resistência na América Latina, perfurando as fronteiras hemisféricas, linguísticas e nacionais. De modo similar, procurou ir a muitos países da África, aos Estados Unidos e reviver o Brasil para trabalhar temas que achava pertinentes (Rios; Lima, 2020). No ensaio, o de título *Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher*, Gonzalez (2020h) trata de elementos da estrutura do capitalismo no contexto brasileiro — e existe de fato discussões sobre o capitalismo no campo das Relações Internacionais, sobretudo por meio das elaborações e especializações do marxismo<sup>50</sup>. Em resumo, a autora diz, ao observar determinadas formações socioeconômicas, como é o caso brasileiro, que vigorou uma a lógica interna determinante de sua expansão e que em sua fase monopolista, o capitalismo industrial obstrui o crescimento equilibrado das forças produtivas nas regiões subdesenvolvidas.

Já em *A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica* (Gonzalez, 2020e), trata do tráfico negreiro e dos africanos trabalhando nas plantações de cana-de-açúcar brasileiras. Citando, inclusive, que já no final do século XVI os escravos constituíam a maioria da população da nova colônia portuguesa, no qual foi Du Bois quem explicou que

---

<sup>50</sup> Essas são questões que provavelmente retomaremos no capítulo seguinte.

Portugal vivia um declínio da população em geral e o suprimento de mão de obra em particular foram especialmente sentidos nas províncias do sul que foram largamente despovoadas. Fala da proibição, por meio da Lei de Segurança Nacional<sup>51</sup>, no período da ditadura civil militar brasileira, de debater questões sobre racismo, já que o Brasil era uma “democracia racial” — dá um enfoque para como os jornais e os correspondentes internacionais, progressistas ou conservadores, lidavam com a questão. Em *O apoio brasileiro à causa da Namíbia: dificuldades e possibilidades*, (Gonzalez, 2020m) invoca a consciência da importância de pensar, em um contexto mais amplo, o fortalecimento da África como um todo. Tal revigoramento estaria absolutamente relacionado ao fortalecimento da diáspora negra. Segue a mesma lógica quando buscou manifestar incômodos com o *apartheid* na África do Sul, regime de imensa violência e segregação racial, das disparidades e fracassos no diálogo norte-sul e das tentativas de redução da dependência de países que não eram desenvolvidos em relação aos países desenvolvidos, como bem elucidava Jacques D’Adesky<sup>52</sup>. “Não é preciso declarar que, nesse aspecto, a cooperação entre os países em desenvolvimento não é apenas uma necessidade econômica, mas uma exigência vital no plano das relações internacionais” (Gonzalez, 2020m p. 72). Também diz Lélia:

Na época da Conferência Internacional sobre Sanções contra a África do Sul, ocorrida em Paris, entre os dias 20 e 27 de maio de 1981, em que estive presente, o representante do governo brasileiro afirmou: O Brasil tem condenado abertamente o *apartheid* e a ocupação ilegal da Namíbia pela África do Sul, assim como a invasão militar sul-africana de Angola, Zâmbia e, recentemente, Moçambique. A posição brasileira advém do nosso respeito aos princípios básicos da Carta das Nações Unidas, assim como do caráter não racial de nossa sociedade e da experiência que temos de integração étnica. O governo brasileiro, portanto, rejeita o *apartheid* como uma grave violação dos direitos humanos e uma ameaça à paz e à segurança internacionais. Essa ideologia, totalmente estranha à realidade brasileira, é condenada por todos no Brasil, como se pode ver em ocasiões como a comemoração do Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, o Dia da Namíbia, o aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos [...] (Gonzalez, 2020m, p. 66).

Ademais, a “superioridade branca” brasileira ignora quase tudo que se refere ao continente africano; com exceção de notícias de eventos imprevistos (guerras, golpes de Estado etc.), os brasileiros são muito desinformados sobre processos políticos e culturais africanos. Nesse sentido, a África não foge aos estereótipos que começaram com filmes como Tarzan. Frequentemente pessoas “cultas” nos fazem esta pergunta: “Ah, você esteve naquele país da

---

<sup>51</sup> A Lei de Segurança Nacional (LSN) representava um dispositivo legal utilizado pelo Estado para estabelecer a segurança e a ordem nacionais, articulando mecanismos que impeçam distúrbios sociais. A LSN foi pensada e redigida no contexto da ditadura militar, em 1967 e depois modificada em 1969. Após esse período, na chamada “redemocratização” foi utilizada poucas vezes (CNN Brasil, 2021).

<sup>52</sup> É um antropólogo intelectual afro-europeu com formação em universidades brasileiras.

África? Que dialeto eles falam lá?”. O estereótipo funciona assim: como os africanos são “selvagens” e “atrasados”, só podem falar dialetos, pois somente pessoas civilizadas são capazes de falar uma língua (Gonzalez, 2020m, p. 70).

Em *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, Gonzalez (2020p) retoma o assunto da mídia brasileira e internacional e a exaltação da cultura amefricana. É uma glorificação que se dava por meio da mulata e do carnaval, no qual a mulata, desse era um produto de “exportação” para vender a ideia de democracia racial (que é um mito), países dos diferentes tons de pele, do imaginário festivo e alegre do Brasil — o que, segundo a intelectual encaminha a reconhecimento internacional, a um assentimento que está para além dos interesses econômicos, sociais etc.

Os congressos, artigos publicados e viagens internacionais feitas por Lélia Gonzalez também são informações valiosas de como esta mantinha relações com outros países. Rios e Lima (2020, p. 11) expõem que, por meio da publicação de *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogo*, o povo brasileiro teve acesso a alguns de seus trabalhos nunca traduzidos para a língua portuguesa, publicados em outros países e em outros idiomas primeiramente. A exemplo de *The Brazilian Support to the Namibian Cause: Difficulties and Possibilities* (“O apoio brasileiro à causa da Namíbia: Dificuldades e possibilidades”), escrito, até então exclusivamente, para o Simpósio Regional da América Latina e Caribe em apoio à independência da Namíbia e posteriormente publicado na revista *Afrodíaspóra*, em 1983; *The Unified Black Movement: A New Stage in Black Political Mobilization* (“O Movimento Negro Unificado: Um novo estágio na mobilização política negra”), publicado nos Estados Unidos em 1985; e *The Black Woman in Brazil* (“A mulher negra no Brasil”), publicação póstuma feitas pelo intelectual cubano Carlos Moore em sua coletânea acerca da efetiva presença negra nas Américas, de 1995.

Alex Ratts (2022) corrobora com essa ideia de que Lélia passou por mais alguns percursos incumbidos de, posteriormente, a levarem ao status de intelectual-ativista de renome nacional e internacional. Como participação no III Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos — ALADAA, em 1980, no Rio de Janeiro, do Symposium on Race and Class in Brazil: New Issues and Approaches, em 1980 também, em Los Angeles, do First Pan-African Christian Churches Conference, em 1988, em Atlanta.

Ratts e Rios (2010, p. 138-139), identicamente, tabelam as viagens de Gonzalez, realizadas entre 1979 e 1987. Em 1979, viajou para a Conferência Mundial das Mulheres sobre Direitos Humanos e Missão, Conselho Mundial das Igrejas, em Veneza na Itália e em Genebra na Suíça, no mesmo ano viajou para Los Angeles, nos Estados Unidos, para participar do

Seminário “Economia Política do Mundo Negro”. No ano seguinte, em 1980 esteve no II Congresso Negro das Américas, na Cidade do Panamá, Panamá, e no Seminário ONU “A mulher sob o *Apartheid*”, em Montreal no Canadá e em Helsinque na Finlândia. Assim como esteve, em 1987 na Conferência Internacional “Negritude, Etnicidade e Afroculturas das Américas”, em Miami, nos Estados Unidos<sup>53</sup>. “Essas viagens internacionais, espécie de arco do horizonte amplo, foram muito significativas para Lélia Gonzalez e para a construção do movimento negro brasileiro” (Ratts; Rios, 2010, p. 138). Fora que:

Algumas das viagens de Lélia Gonzalez tiveram caráter predominantemente ativista, enquanto outras ganharam uma dimensão mais acadêmica. [...] Carlos Moore recorda, que durante a ditadura militar, aquelas saídas do país também serviram para Lélia respirar outros ares: “Era viagens de oxigenação” (Ratts; Rios, 2010, p. 138).

Em termos de pensar quais foram as referências intelectuais utilizadas e citadas por Lélia Gonzalez, compreende-se que esse é exercício profícuo para interpretar os caminhos, os elementos de formação, a construção do pensamento, as fontes que a inspiraram de Lélia e, que conseqüentemente, a levaram a cunhar o conceito de amefricanidade. No que diz respeito, mais uma vez, ao caráter internacional contido em seus manuscritos, das orientações e das influências internacionais dessa autora existe uma categorização de como as regiões, continentes e países deram subsídios para os seus escritos e construção do pensamento (Rios; Lima, 2020; Nascimento, 2021).

Segundo Rios e Lima (2020) e pequenos acréscimos de Nascimento (2021), o continente europeu forneceu três fontes significativas: o feminismo, através de Simone de Beauvoir, o marxismo, principalmente a escola francesa, e a psicanálise, amparada no francês Jacques Lacan e no austríaco Sigmund Freud. Com o continente africano, Gonzalez arquitetou combinações que não tinham um único caminho. Foi de África que veio também a o interesse por trabalhar as questões do anticolonialismo, com base nos dizeres de Amílcar Cabral, nascido na Guiné-Bissau, do interesse pelo aprofundamento sobre as civilizações africanas por meio do autor Cheikh Anta Diop, de origem senegalesa, e do seu interesse pelos estudos sobre gênero na África Ocidental, debruçando-se na produção da antropóloga Filomina Chioma Steady. A América e o Caribe dão os aportes para o predomínio feminista advindo dos países latino-americanos e caribenhos. Quanto ao Caribe e aos EUA, houve um certo destaque para as ideias pan-africanistas que a inspiraram, ressaltando a importância de Abdias Nascimento e Walter

---

<sup>53</sup> Apontamos só algumas das viagens feitas, para aqueles/aquelas que tenham a curiosidade de saber das outras, recomendamos o texto de Ratts e Rios (2010) que usamos.

Rodrigues. Dos intelectuais caribenhos vieram reflexões sobre o colonialismo e como superá-lo. Da Martinica, surge sua relação com Frantz Fanon uma das mais renomadas referências no assunto de se pensar as formas subjetivas da dominação.

Lélia Gonzalez conversa tanto com as ideologias nacionais e os estudos de resistência, quanto com essas “fontes internacionais”. Junto a outros e outras intelectuais negros/as — o já citado Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento, Joel Rufino e entre outros/outras — e aliados brancos antirracistas — Florestan Fernandes e Octavio Ianni —, trouxe para as suas discussões a crítica e necessidade da superação do “mito da democracia racial”. Que isso era a condição basilar para combater o racismo e para a instauração da verdadeira democracia. Sobre as resistências, buscava aprender com movimentos por meio da literatura sobre os quilombos, os motins dos negros escravizados etc, com os textos de Clóvis Moura (1981), *Rebeliões da senzala; quilombos, insurreições, guerrilhas* e de Décio Freitas (1984), com *Palmares: a guerra dos escravos* (Rios; Lima, 2020; Nascimento, 2021).

Como destacamos em outros parágrafos e trabalhos, também é louvável reforçar sempre que possível o reconhecimento da relevância das suas obras por figuras internacionais de renome, como é o caso da filósofa estadunidense Angela Davis e da professora e socióloga estadunidense Patricia Hill Collins, mas de iniciativas de outras universidades, revistas e jornais mundo afora que trazer as interpretações de e sobre Lélia Gonzalez. Do mesmo modo, é honroso expor que Abdias do Nascimento, reconhecido internacionalmente, impulsionava e dava crédito às ponderações feitas por Lélia Gonzalez, assim como Sueli Carneiro, filósofa e escritora negra brasileira, referência para a intelectualidade e comunidade internacional negra, segue fazendo. Ao escrever a “orelha” do livro da nova edição de *Festas Populares no Brasil*, recém-chegada da Universidade do Texas, onde ministrou o curso “Epistemologias feministas negras”, conta que as reflexões teóricas e o protagonismo feminista e negro de Gonzalez foram assunto recorrente durante os meses que aconteceram suas aulas. Essas são maneiras de fortalecer a luta internacional das mulheres negras e dos movimentos sociais (negro, feminista e dos/das trabalhadores/as).

### **2.3 A Amefricanidade enquanto categoria transnacional: diáspora negra na América, pan-africanismo, resistência indígena e feminina.**

É exatamente no texto *A Perspectiva Interseccional de Lélia Gonzalez*, escrito por Alex Ratts e Flavia Rios, em 2016, parte do livro *Pensadores negros pensadoras negras: Brasil Séculos XIX e XX*, que se apresenta a *amefricanidade* enquanto representação *transnacional*.

Conforme articula Ratts e Rios (2016), durante muito tempo os temas e abordagens trabalhados por Lélia Gonzalez eram circunscritos à esfera nacional brasileira — isso em absoluto não quer dizer que eram temas exclusivos do âmbito nacional, mas sim que autora estudava e tirava conclusões do seu próprio quintal. Nessa época, Gonzalez estava preocupada basicamente em desfazer-se das narrativas hegemônicas sobre as relações raciais no Brasil e instaurar, no sentido de restabelecer, a negra e o negro discursivamente enquanto uma sujeita/um sujeito político na história do país. Naquele momento, os autores da época e mobilizados por ela, da tradição dos estudos de relações raciais, centravam seus esforços na percepção do padrão das relações entre negros e brancos no âmbito brasileiro.

E mais uma vez, Ratts e Rios (2016) substanciam a virada de chave do pensamento de Lélia Gonzalez, como marco na década de 1980. Pois, segundo o autor e a autora, respectivamente, Gonzalez passou a investir em reflexões além das fronteiras brasileiras, das fronteiras nacionais, se interessando em construir uma categoria política e cultural que fosse transacional<sup>54</sup>, para só assim comportar os negros e negras da diáspora africana e os povos originários das Américas, os assim chamados indígenas. Essa categoria seria justamente a amefricanidade.

Essas ligações com a transnacionalidade, algo que ultrapassa os limites das próprias fronteiras de um país e que se relaciona às possibilidades de troca, é proveniente das colocações certas de Lélia. Afinal de contas, é Gonzalez (2020a), em *A categoria político-cultural de amefricanidade* — ainda que ela mencione a amefricanidade em outros de seus textos — como é o caso de *Nanny: Pilar da amefricanidade (2020l)* e *As amefricanas do Brasil e sua militância (2020g)* — quem revela quais são as implicações culturais e políticas de amefricanidade. É através e por conta desse conceito que Lélia construiu uma noção capaz de ultrapassar as limitações de caráter territorial, ideológico e linguístico, do mesmo modo que teve uma compreensão mais vasta de onde essa amefricanidade se exterioriza. Sua manifestação mais sublime é na América em sua totalidade, do Norte, do Sul, do Centro e Insular. A autora declara que mais adiante de seu caráter meramente geográfico, a amefricanidade engloba um impressionante processo histórico, que é também um processo de dinâmica cultural pois é pautado na resistência, reinterpretação, adaptação e criação de novas formas de ser e existir. É

---

<sup>54</sup> Como o título do nosso trabalho bem sugere e várias vezes reforçamos esse argumento ao longo dele, estamos operando na esfera da interpretação, ou melhor dizendo, das interpretações. Por isso, é importante cimentar que Lélia Gonzalez não utilizou a nomenclatura de transnacional, assim como não usou de gênero, interseccional ou decolonial — iremos explicar melhor essas associações mais adiante —, porém Alex Ratts e Flavia Rios, estudiosos/as do pensamento desta autora, usam. Essa instrumentalização é feita por conta de características da amefricanidade que se relacionam com a ideia de algo que é transnacional.

a amefricanidade que encaminha a América (as Américas), os ameríndios e amefricanos para a construção de uma identidade étnica. Identidade essa que é afrocentrada, isto é, pertencente aos modelos da Jamaica e o akan e seu modelo dominante, o Brasil e seus modelos iorubá, banto e ewe-fon.

Em detrimento dessas informações, é que Sofia Nicolau e Steffane Santos (2022) da mesma forma interpretam a amefricanidade associada ao transacional. Segundo as autoras, a amefricanidade é de fato uma categoria que extrapola as divisas territoriais. E, só é possível extrapolar esses limites, graças aos diálogos que são estabelecidos entre as diversas formas culturais híbridas que a América Latina comporta após a diáspora negra no continente e o reavivamento dos costumes deixados pelos povos originários indígenas. Então, baseando-se em Lélia Gonzalez, reconhecer a amefricanidade é assumir que existe um colossal trabalho de dinâmica cultural — longe de ser esgotado em termos de possibilidades e descobertas — que leva a América e nós para o outro lado do Atlântico, que nos transforma no que de fato somos: amefricanos e nos lembra o que já fomos (somos) ameríndios.

Portanto, a amefricanidade pode ser compreendida como uma categoria transnacional, ao passo que, ao ir muito além das fronteiras do Estado-nação, de cada país, ela marca a experiências da diáspora negra e da resistência indígena. Muito mais que uma “herança” europeia que nos é “vendida”, nos aproximamos com os acúmulos de vivências ancestrais de negros, negras e indígenas (Ratts; Rios, 2016; Nicolau; Santos, 2022). Portanto,

É nesse sentido que esse legado, para Gilroy<sup>55</sup>, deve ser pensado em termos da estrutura da diáspora africana. Assim, quando enfatizamos que a categoria político cultural de amefricanidade é uma categoria que abarca uma grande complexidade cultural dentro e fora dos limites territoriais brasileiros, é exatamente porque a categoria retoma esses processos pelos quais a formação da cultura brasileira acontece em relação a diáspora negra e aos povos que já existiam no diretório do território brasileiro (Nicolau; Santos, 2022, p. 13).

Dando continuidade aos argumentos de Nicolau e Santos (2022), em *A categoria político cultural de amefricanidade como tensionamento afrodiásporico à identidade nacional brasileira*, a amefricanidade estaria no bojo transnacional por efeito de fugir a ideia de sistemas culturais separados que estabelecem o entendimento de que a nação “é uma grande coisa única”, que a nação é etnicamente homogênea, algo que claramente não é. Lélia Gonzalez rompe com

---

<sup>55</sup> O “Gilroy” ao qual elas se referem é o sociólogo inglês Paul Gilroy, que escreveu *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência* (2001). Uma das principais referências sobre identidade e culturas negras, trabalha o conceito de diáspora negra e como este formou uma cultura capaz de o modo simplista de ver as etnias e nacionalidades. O livro e o pensamento de Gilroy requerem uma complexidade e um tempo maior do que temos disponível para desenvolver nesta dissertação, ainda que esteja em nosso radar um futuro aprofundamento em suas ideias, no momento trataremos apenas algumas ponderações iniciais.

essa noção de algo ser homogêneo etnicamente ao alargar a etnicidade brasileira a uma categoria mais ampla, a amefricanidade. Por conseguinte, quando tal autora cria a amefricanidade é possível perceber uma combinação com a ideia de atlântico negro de Paul Gilroy — que, sem exclusão, é preciso ponderar que veio depois da amefricanidade, pois o livro teve sua primeira edição em 1993, ainda que estejamos utilizando a de 2001. De acordo com Gilroy (2001), responsável por problematizar a definição de cultural nacional advinda do absolutismo étnico<sup>56</sup>, das estruturas culturais das discussões da política negra e a modernidade e da complexidade da dinâmica e definição de raça, nacionalidade e etnia, trata de elementos das vivências negras a partir das singularidades da formação política e cultural moderna chamada por ele de *atlântico negro*. Essa formação é definida na transcendência das estruturas do Estado-nação e dos limites da etnia e da singularidade nacional.

Os aspectos transnacionais da amefricanidade colocados por Nicolau e Santos (2022) também se relacionam com as ideias da autora Patricia Hill Collins (2019), em *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*, quando a mesma correlaciona o transnacional com as lutas e resistência das mulheres, essencialmente das mulheres negras. Collins (2019) considera que é no contexto transnacional que se traz as ações relacionadas aos direitos das mulheres para o plano da discussão mais amplas e potencializadas. Haja vista que é principalmente em um contexto transnacional que as mulheres das muitas nações e etnias africanas, latino-americanas, indígenas, asiáticas, árabes etc não aguardam com passividade que as mulheres brancas, ricas ou de classe média, estadunidenses e europeias lhes digam o que fazer. Através do transnacional se rompe com a ideia de um feminismo universal. Especificamente, quando explica as condições das mulheres negras, lembra que o empoderamento pleno dessas mulheres apenas pode acontecer em uma condição transnacional e de justiça social. Com enfoque para o contexto das mulheres estadunidenses negras, a autora continua a esclarecer que o feminismo negro nos Estados Unidos é consagradamente um dos projetos de justiça social concentradamente engajados na promoção do empoderamento de grupos em um cenário de justiça que seja englobante. Por conseguinte, o *pensamento feminista negro* é um projeto de justiça social muito mais abrangente, que vai bem mais adiante das

---

<sup>56</sup> “Além da crítica da limitação do relato da modernidade às histórias das nações, **o autor critica a concepção de nação enquanto unidade étnica**. O livro foi escrito em um momento em que autores como Gilroy e Stuart Hall procuravam criticar perspectivas essencializantes da negritude; assim, um dos principais diálogos estabelecidos no livro é com os pensamentos que orientam para o que Gilroy (2012) chama de “**absolutismo étnico**” ou “**nacionalismo étnico**”. Para ele, **uma forma de imperialismo que impõe às pessoas negras uma identidade atrelada aos Estados Unidos, resultando em uma solidariedade que se vincula ao consumo**. Além disso, a noção essencialista de uma “**nação negra**” ignora o caráter cambiante das culturas e das relações entre pessoas negras, ocultando, assim, as suas opções políticas” (Abreu, 2022, p. 3, grifo nosso).

experiências das afro-americanas — toca nas experiências que Lélia Gonzalez justamente trata, das ameríndias e americanas, ora mencionadas como as mulheres trabalhadoras, campesinas, indígenas, negras etc.

Com vistas a esses argumentos, entende-se que a perspectiva transnacional, a partir da concepção de Patricia Hill Collins (2019), refere-se às vivências de sujeitos/sujeitas marcados étnica e/ou racialmente e em diáspora<sup>57</sup>, nos quais essas experiências não são determinadas pela nação e sim definidas pelo local que ocupam (ou que não ocupam) em uma matriz de dominação. Patricia trabalha o ponto de que as experimentações de pessoas negras ultrapassam as fronteiras e foca no transnacionalismo aplicando às mulheres negras. Ademais, no amplo contexto transnacional, as mulheres de ascendência africana possuem uma importante herança inconfundível e compartilhada, parte de um movimento global de mulheres. Em contrapartida, ao mesmo momento, as afrodescendentes sofrem entraves específicos, relativos à combinação e do legado das culturas africanas com uma longa e sofrida história de opressões raciais causadas pela escravidão, pelo imperialismo, pelo constante crescimento do racismo global etc que atravessaram e atravessam as fronteiras nacionais em rápida velocidade. Citando casos para exemplificação e comparação, é verossímil destacar que as mulheres negras representam um dos grupos mais pobres do Brasil, igualmente é o caso das mulheres afro-americanas nos Estados Unidos. Se olharmos de maneira mais profunda, na conjuntura da pobreza das mulheres no mundo, as africanas seguem entre as mais pobres. Isto é, as mulheres de ascendência africana deveriam ser pleiteadas e vistas como parte da luta das mulheres em todo mundo, pois muito têm em comum com a luta mundial pelos direitos das mulheres, contudo levam a frente seus enfrentamentos a partir das experiências da diáspora negra, assinaladas por uma heterogeneidade substancial (Nicolau; Santos, 2022; Collins, 2019).

No que tange às questões das mulheres, nas quais comentaremos mais detalhadamente no capítulo seguinte, de cara já se pode comentar que por conta dessas experiências similares e diferentes Lélia Gonzalez propôs, de acordo com Rios e Ratts (2016), a construção de um feminismo transnacional, um feminismo afro-latino-americano. Essa seria uma proposta de aproximação dos aspectos culturais e políticos das mulheres de ascendência africana e indígena

---

<sup>57</sup> Muitos/muitas são os autores e autoras, que definem o conceito de diáspora e diáspora negra, assim como em relação ao pan-africanismo e aos tipos de resistências. Mas, mais uma vez, por questões de agenda de pesquisa e prazos disponíveis, nos concentramos em apresentar uma perspectiva específica, que obviamente não é a única. Patricia Hill Collins (2019), inspirada em Lumka Funami, explica que o contexto da diáspora e da consciência e luta das mulheres negras situa-se em um contexto global e transnacional. O termo diáspora exprime as experiências de pessoas que, em razão do colonialismo, da escravidão, do imperialismo e da imigração, foram obrigadas de maneira forçada a deixar sua terra natal e seus lares. No caso das mulheres negras estadunidenses e demais afrodescendentes, um alusivo diaspórico insinua uma dispersão que vai desde a África para as sociedades que compõem o Caribe, da América do Sul, da América do Norte e da Europa.

no continente americano dos pleitos e convocações da construção do pensamento e práticas feministas que ainda se restringem a perspectiva feminista de matriz ocidental. Fonseca (2021) corrobora com essa alegação ressaltando que as resistências das mulheres ameríndias e amefricanas (negras, trabalhadoras, indígenas, do campo, ribeirinhas etc) foram inúmeras e certas vezes, na verdade quase todas as vezes, ganharam forma fora dos espaços institucionais. Por essa razão, ao se pensar no que seria o seu “tipo de feminismo”, da categoria do feminismo afro-latino-americano, Gonzalez enfatizou a importância de ter esse olhar ligado a um estudo dessa categoria transnacional e diaspórica, chamada amefricanidade.

Como salientou Luiza Bairros, o conceito de Amefricanidade, apesar de estar em franco diálogo com o pan-africanismo, diferencia-se deste porque se trata de “uma unidade que, sem apagar as matrizes africanas, reconhece a experiência fora da África como central”. Assim Lélia Gonzalez imprime maior densidade à sua negritude e ao seu feminismo com um horizonte transnacional, além de formular a categoria político-cultural que se aproxima mais das discussões contemporâneas acerca da Diáspora que do Pan-Africanismo. Ademais, Gonzalez adverte que esse conceito rebate concepções imperialistas norte-americanas. Para ela, amefricanidade é conceito que recoloca as identidades negras e indígenas de todo o continente americano. Assim, o termo assumiria contornos geográficos, políticos, antropológicos e históricos, na medida em que incorporaria culturas de resistência em diferentes partes das Américas, oferecendo-lhes um significado coletivo e comum (Ratts; Rios, 2016, p. 13).

Ao cabo de que a autora lançou uma chama na construção original de uma categoria transnacional capaz de contemplar as experiências da América (das Américas) (Ratts; Rios, 2016). “De acordo com a nossa autora, há um processo histórico altamente dinâmico presente na amefricanidade que nos aproxima de outras categorias político-culturais e processos políticos internacionais” (Rios; Lima, 2020, p. 20). Acrescenta-se que, ao fazer uma análise majoritariamente pautada na América Latina, Lélia Gonzalez guiada pelo princípio da solidariedade<sup>58</sup>, identificou um nível de cooperação particular entre os distintos povos negros que “(re)construíram as suas identidades nesse espaço-lugar” (Jesus, 2021, p. 114).

A amefricanidade é lida:

Para além do caráter geográfico – que, como compreendo nessa pesquisa, é imprescindível para pensar identidades e ativismos –, segundo Gonzalez (2020), a amefricanidade diz respeito a dinâmicas culturais que remetem a identidades étnicas africanas vivenciadas, construídas e reinterpretadas no continente americano, seja pela migração forçada e pelo tráfico internacional de pessoas seja pela migração voluntária desses povos. Seria, portanto, uma categoria que resgata e confirma a multiplicidade de disputas pela

---

<sup>58</sup> Diz Blenda de Jesus: “A esse tipo de solidariedade personalizada, ela denominou amefricanidade, cujo conceito se tornou uma de suas contribuições mais populares” (Jesus, 2021, p. 114).

sobrevivência e por tentativas de manutenção e preservação das culturas africanas nas Américas. Inegável, portanto, que a amefricanidade descrita por Lélia se associa aos princípios pan-africanistas da solidariedade, da libertação, da integração e da personalidade (Jesus, 2021, p. 114- 115).

### **3. A LUZ DA INTERSECCIONALIDADE, DECOLONIALIDADE E DO MARXISMO SOB GONZALEZ E A AMEFRICANIDADE: COMENTÁRIOS TEÓRICOS SOBRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE EM CONEXÃO COM A ESFERA TEÓRICA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

A aproximação das Ciências Sociais com os marcadores e conceitos de gênero, raça e classe não é uma grande novidade, tampouco algo tão recente. Já no caso das Relações Internacionais, bem como Fred Halliday (2007) menciona em relação às perspectivas e contribuições envolvendo o feminismo, gênero e o marxismo, classe — e o mesmo pode se estender para a raça e as contribuições pautadas nos estudos étnico-raciais — olhando o tempo que ele escreve, não é algo recente, embora seja totalmente possível falar do processo de oposição e de silenciamento em “aceitar” esses debates no nosso campo disciplinar.

Lorena Bezerra (2019) ilustra que as dimensões de gênero, raça e classe são enfoques que aparecem recorrentemente apontados como eixos de opressões e para representar tipos e ou categorias de violências — tanto as vividas quanto as presenciadas —, mas também dimensões que foram adotadas como perspectivas teóricas. Um conjunto de intelectuais, autoras, professoras, militantes etc resolveram trabalhar em suas falas e escritas sobre as dimensões de gênero, raça e classe, marcadores utilizados de forma mais assídua por quem se dispõe a mobilizar essas temáticas, mas que outros marcadores como sexualidade, religiosidade, nacionalidade, idade etc estão cada vez aparentes nas críticas e estudos. Os sistemas (o sistema) do capitalismo, do racismo e do patriarcado são pontos que controlam as relações sociais entre os sujeitos e, portanto, objetos de críticas e de desejos de destruição.

Contemplando esse debate, as professoras Gabriela Kyrillos, Francirosy Barbosa, Lara Selis e Carolina Pinho deram um panorama e uma verdadeira aula na mesa de encerramento do V Seminário MaRIas “O gênero nas Relações Internacionais: as resistências constroem alternativas”, que ocorreu entre os dias 10 e 12 de setembro de 2024, com o tema de *A relação do debate de gênero com as temáticas de raça, classe, religiosidade, sexualidade e colonialidade*. O propósito central do MaRIas IRI-USP<sup>59</sup>, grupo responsável por organizar o seminário, era mobilizar os debates de gênero, raça, classe e outras perspectivas em Relações

---

<sup>59</sup> MaRIas IRI-USP é um Grupo de Estudos de Gênero e Relações Internacionais, vinculado ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP).

Internacionais, ainda que não sejam todas professoras das RI, com base no nível de discussões que se encontram, do andar das agendas de pesquisas, entraves vivenciados e das referências que podem utilizar, para assim *debater os desafios atuais e vislumbrar o futuro da luta feminista*.

Nessa seara, dois livros de Angela Davis nos convidam a refletir sobre as questões de gênero, especialmente da situação da mulher negra, atreladas a outras condições. As publicações de *Mulheres, raça, classe* (2016), original de 1981, e *A liberdade é uma luta constante* (2018), original de 2016, são a materialização de que mesmo que tardiamente, o pensamento de Angela Davis, assim como de Lélia Gonzalez, passou a ser reconhecido e demandado no Brasil. Ambos são obras profundas que mostram a luta ativista e intelectual de Davis em relação aos direitos e protagonismos das mulheres e da população negra.

Angela Davis (2016) expressa a relação existente entre o sistema capitalista e a opressão vivida pelas mulheres. Para ela, o capitalismo industrial foi o principal responsável por desenvolver uma ideia ainda mais rígida de inferioridade feminina, reforçando também a ideia de que “o lugar da mulher é no lar”. E que em especial, com a transferência da produção manufatureira para as fábricas, as mulheres brancas e ricas passaram a lutar por direitos primários para as mulheres, como o direito à educação e uma vida/carreira além da casa.

O lugar das mulheres era mesmo em casa – mas não apenas porque elas pariam e criavam as crianças ou porque atendiam às necessidades do marido. **Elas eram trabalhadoras produtivas no contexto da economia doméstica, e seu trabalho não era menos respeitado do que o de seus companheiros.** Quando a produção manufatureira se transferiu da casa para a fábrica, a ideologia da feminilidade começou a forjar a esposa e a mãe como modelos ideais (Davis, 2016, p. 45, grifo nosso).

Ainda de acordo com Davis (2018), durante muito tempo o feminismo se concentrou na luta pelos direitos das mulheres brancas de classe média, deixando de lado mulheres pobres e da classe trabalhadora, expulsando também as mulheres negras, latinas e de outras minorias étnicas do campo do discurso coberto pela categoria “mulher” e das pautas desse feminismo bastante específico. Para a superação dessa agenda construída sob um viés singular e pseudouniversal, uma das possibilidades seria a inserção nas pautas atuais de gênero o debate da *interseccionalidade*, pautado como aspecto importante para a construção de feminismos plurais e sensíveis à questão de raça, classe, idade e entre outros aspectos. No que se refere às pautas dos movimentos feministas, a autora salienta que o feminismo vai além da pauta de igualdade de gênero, e por isto, envolve muito mais do que somente o gênero. O feminismo deve envolver a consciência em relação a uma série de dinâmicas de exclusão — inclusive em relação ao sistema opressor capitalista —, ir além da pauta do sufrágio feminino, questionar o

viés de classe e o racismo presente no movimento de mulheres. Levando em consideração que, para Sueli Carneiro (2005), o gênero e a raça, ou melhor dizendo, os sistemas de inferiorização pautados nas hierarquias de gênero e raça, conseguem produzir efeitos bem específicos, ou definindo perfis específicos para o "deixar viver e deixar morrer".

Estudiosa e militante das causas envolvendo a mulher negra, — e sendo uma mulher negra — Lélia Gonzalez articulou as questões de gênero, raça e classe em seus escritos, sobretudo a partir desse lugar. Por esse motivo, seus aportes são interpretados e utilizados como referências para o desenvolvimento dessas temáticas no Brasil, na América Latina e no mundo. Mireile Martins (2023) nos abastece de sentidos que reafirmam que Lélia, entre os anos de 1979 e 1988, auge das suas produções mobilizou as categorias de raça, classe e gênero para a construção de um pensamento sobre as relações raciais, de classes e de sexo/gênero no Brasil e na América Latina, sendo possível até mesmo identificar suas contribuições para o pensamento social brasileiro e quem são aqueles com quem ela contrapôs e com quem dialogou na construção de uma *nova interpretação sobre o Brasil*.

É por meio do legado e do avanço conceitual das categorias de gênero, raça e classe em Lélia Gonzalez, a partir das noções de *mulata*, *empregada doméstica* e *mãe-preta*, termos frequentemente em seus textos, que se depara com uma compreensão capaz de relacionar tais categorias. Nesse sentido, nos deparamos com elementos que são característicos da então conhecida interseccionalidade, cunhada pela estadunidense Kimberlé Williams Crenshaw, em 1989. Mesmo antes da categoria existir, Lélia Gonzalez já era pioneira nesta discussão (Martins, 2023; Akotirene, 2019).

Manifestamente inspirada por essas autoras mencionadas e pela discussão dos enlaces das categorias de gênero, raça e classe em Lélia Gonzalez, propusemos com êxito o grupo de estudos de abril do ano de 2024, intitulado *Amefricanizando as RI: comentários sobre gênero, raça e classe em Lélia Gonzalez* (Figura 5), iniciativa que já ocorre desde 2017 pelo MaRIas IRI-USP. As MaRIas ou o MaRIas são/é um grupo que surgiu em 2017, na forma de reuniões e encontros na sala de estudos da pós-graduação do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, IRI-USP ou na biblioteca do instituto. Com o intuito de cada vez mais disseminar e debater *gênero* em Relações Internacionais, o grupo passou por uma expansão e em 2020 passou a aceitar integrantes de diversas universidades do país, e não mais somente do curso de RI. Os grupos de estudos geral ocorrem mensalmente e geralmente são nas terças-feiras no horário das 18h 30 min (datas alternam conforme a disponibilidade das integrantes e convidadas), no qual se envia e discute em formato de apresentação e roda de conversa uma bibliografia base para cada encontro (MaRIas IRI-USP, 2024). O intuito aqui não

é fazer uma mera “divulgação” do grupo, mas sim dar créditos a uma discussão construída coletivamente. As ponderações e direcionamentos feitos neste terceiro capítulo primeiro foram comentadas no referido grupo de estudos e, inegavelmente, também são frutos desse encontro, pois foram melhoradas pelas indagações e palpites das/dos colegas presentes.

**Figura 5:** Arte/Pôster de divulgação do grupo de estudos<sup>60</sup>.



Fonte: Conta do Instagram do MaRIas IRI-USP (@mariasiriusp).

Por isso, a proposta deste terceiro capítulo consiste em tencionar e apresentar a composição geral acerca da interpretação das concepções de interseccionalidade/decolonialidade e as bases marxistas associadas à amefricanidade e ao pensamento de Lélia Gonzalez ao articular o caráter teórico-prático com as questões (categorias) referentes às categorias de raça, classe e gênero, percorrendo também como esses debates chegaram e estão no escopo teórico das Relações Internacionais.

### **3.1 Conceituando interseccionalidade (o interseccional), decolonialidade (o decolonial) e o marxismo/marxista**

<sup>60</sup> MaRIas IRI-USP. Grupo de estudos de abril: Amefricanizando as RI: comentários sobre gênero, raça e classe. São Paulo, 08 abr. 2024. Instagram: @mariasiriusp. Disponível em: <https://www.instagram.com/mariasiriusp/p/C5hEFx5P9zm/>. Acesso em: 07 set. 2024.

Dada a complexidade que é tratar, individual ou conjuntamente, as perspectivas interseccional, decolonial e marxista pode parecer ambicioso demais contemplá-las em uma única seção de trabalho — poderia ser uma nota de rodapé, uma indicação de artigo ou texto, um parágrafo, um capítulo inteiro, uma dissertação inteira e ainda assim não seria o suficiente ou até mesmo se esgotaria uma agenda de pesquisa. O que queremos dizer é que, em detrimento do foco desta dissertação, e do tempo necessário para a conclusão do mestrado e das atividades que a envolvem, não é pretensão nossa fazer uma análise profunda dessas concepções teóricas. O que se pretende é dar as bases iniciais e aspectos principais da *interseccionalidade, da decolonialidade e do marxismo* — tendo em vista que existem interpretações que conectam o pensamento de Gonzalez com essas lentes —, sempre estabelecendo conexões com o que a própria Lélia Gonzalez escreveu e com as correlações que são feitas para inseri-la nesse enredo. Do mesmo modo, o nosso olhar ainda vem da sustentação teórica internacional (das Relações Internacionais) e por isso, não se tenha o mesmo enfoque que outras ciências e campos teriam ao abordar essas três respeitadas escolas de pensamento.

### 3.1. 1 Interseccionalidade

Costumeiramente, com embasamento, coloca-se na conta da estadunidense, estudiosa, feminista, jurista e defensora ferrenha dos direitos civis das negras/negros nos Estados Unidos, Kimberlé Williams Crenshaw, a elaboração conceitual do conceito de interseccionalidade (Collins; Bilge, 2021; Collins, 2022; Akotirene, 2019; Dombkowitsch; Costa, 2021; Pereira, 2021; Rios; Lima, 2020). Segundo Luciana Dombkowitsch e César Augusto Costa (2021), desde os anos 1960, o feminismo negro como epistemologia feminista construiu e consolidou ideias sobre como as opressões capitalistas não deveriam ser separadas das discussões de raça, gênero, sexualidade, etnias e entre outros marcadores de diferenças. Assim, outras pessoas e intelectuais já viviam e teorizavam de forma interseccional, a exemplo da própria Lélia Gonzalez. “Embora Lélia Gonzalez não tenha desenvolvido o conceito da categoria Interseccionalidade, já fazia essa discussão com extrema profundidade na década de 80” (Dombkowitsch; Costa, 2021, p. 78). Afinal, sistematicamente, foi somente no ano de 1989 que o conceito de interseccionalidade, e posteriormente, a teoria interseccional ou da interseccionalidade, foi cunhado, pela Crenshaw, e apresentado à comunidade internacional. Conceito esse que foi repensado e interpretado por Patricia Hill Collins, grande responsável por transportá-lo para as Ciências Sociais — suas discussões passaram a ser conhecidas com a publicação do livro *Interseccionalidade (2021)*, em parceria com Sirma Bilge e *Bem mais que ideias: a*

*interseccionalidade como teoria social crítica* (2022)<sup>61</sup> — e que teve Carla Akotirene, militante, feminista negra, pesquisadora e autora brasileira, com o livro *Interseccionalidade* (2019), como um dos notáveis nomes na disposição desse conceito aqui no Brasil.

No texto *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*, pioneiro na utilização do termo interseccionalidade por Kimberlé Crenshaw, existe uma forte proposta em investigar a tendência de abordar raça e gênero na qualidade de categorias de análises e de vivências palpáveis reciprocamente excludentes. Essa premissa era disseminada e cada vez mais reforçada por conta do formato de eixo-único que imperava na produção das leis em oposição à discriminação racial e as teorias feministas e antirracistas. As práticas guiadas por esse ideal ocasionaram na invisibilização das mulheres negras e na sua exclusão em relação a outros grupos “favorecidos”, no movimento feminista: as mulheres brancas, no movimento negro: os homens negros (Crenshaw, 1989; Stelzer; Kyrillos, 2021).

Já em Kimberlé Crenshaw (1991), no artigo *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics and Violence against Women of Color* (Mapeando as margens: interseccionalidade, política identitária e violência contra as mulheres de cor), diz que a interseccionalidade não é apresentada como uma nova teoria totalizante da identidade ou única forma de se enxergar a condição das mulheres negras, sobretudo as que sofrem violências desenfreadas, ecoam as experiências e lutam pelo reconhecido das demandas políticas. Ao tratar da interseccionalidade, ela primeiro discute a interseccionalidade estrutural. Ou seja, aborda a maneira como a localização das mulheres não-brancas na intersecção entre raça e gênero torna a experiência reais das mulheres negras em termos de violência doméstica, estupro e reforma corretiva qualitativamente distintas das mulheres brancas. Depois a autora descreve a interseccionalidade política, analisando assim como a política feminista e antirracista, paradoxalmente, muitas vezes ajudaram a marginalizar a questão da violência contra as mulheres não-brancas. E por último, discute a interseccionalidade representacional, com a qual se refere à construção cultural de mulheres não-brancas.

Para arremate, em *Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero*, Crenshaw (2002) diz que a interseccionalidade é uma relevante conceituação do problema que procura captar as principais consequências estruturais e dinâmicas entre dois ou mais elementos de subordinação. Ou seja, seria uma ferramenta para que principalmente as mulheres atingidas por diversas formas de opressão, tais

---

<sup>61</sup> Ambos os livros foram publicados em 2021 e 2022, no Brasil, pela Boitempo. Originalmente, foram publicados em 2016 e 2019.

como raça, sexualidade, sexo, gênero e sexualidade, pudessem examinar as condições nas quais estas se encontravam.

Collins e Bilge (2019) apontam que muitos textos elementares do campo dos estudos de raça/classe/gênero auxiliaram no desenvolvimento e/ou uso das estruturas interseccionais<sup>62</sup>. Elas dizem:

**Esses textos defendem a interseccionalidade como estratégia analítica e mostram a falha de desconsiderar raça, gênero, etnia ou outras categorias de análise que são hoje frequentemente consideradas nos estudos interseccionais.** Acadêmicas feministas que fazem estudos pós-coloniais encontraram na interseccionalidade importantes entendimentos teóricos [...] (Collins; Bilge, 2021, p. 57, grifo nosso).

Para essas autoras, esses textos e as autoras feministas que fizeram estudos pós-coloniais, quando encontraram com a interseccionalidade, passaram a utilizar as estruturas interseccionais para refletir acerca das realidades, coloniais e pós-coloniais. Ao fazer isso, o que se mais fez de interessante foi o fato de que deram destaque para as vivências de mulheres, pessoas negras, latinas, pobres e outros grupos negligenciados pelos estudos já existentes.

Ainda acerca da interseccionalidade e de Crenshaw, Collins e Bilge (2019) apontam que a primeira, assim como é abordada por inúmeros textos, é desenvolvida em campos que já enxergam a teoria e a prática de forma interconectadas — assim como nos orientou/orienta Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, bell hooks e Angela Davis. Essa relação fica ainda mais aparente quando se observa a afinidade da interseccionalidade com a teoria crítica da raça e a teoria Lat-Crit [a]<sup>63</sup> em destacar como autoridades em campos politicamente guiados têm procurado manusear a interseccionalidade para delinear a prática pública. Portanto, figuras da academia e do meio jurídico, tais como Kimberlé Crenshaw, Charles Lawrence, Mari Matsuda, Patricia J. Williams, Regina Austin e Richard Delgado, vanguardistas dos estudos críticos sobre raça, apresentaram uma gama de questões interseccionais para esse campo. Para mais, não se deve esquecer, que no contexto estadunidense as políticas públicas referentes aos assuntos de encarceramento em massa, direito reprodutivo para mulheres pobres, discriminação contra refugiadas, refugiados e migrantes, auxílio diferenciado em casos de desastres etc foram fortemente contrariadas e contestadas nos tribunais por especialistas do direito focadas na luta

<sup>62</sup> O principal texto que a autora menciona é *Racialized Boundaries: Race, Nation, Gender, Colour and Class and the Anti-Racist Struggle (2000)*, de Floya Anthias e Nira Yuval-Davis.

<sup>63</sup> “A teoria LatCrit é um gênero relativamente recente de teoria do direito "outsider" - uma categoria de estudos jurídicos contemporâneos incluindo os estudos jurídicos críticos, a teoria jurídica feminista, teoria crítica da raça, feminismo crítico da raça, estudo jurídico asiático-americano e teoria queer” (Gonzalez; Matambanadzo; Martínez, 2021, p. 1317).

para a construção de ações desenvolvidas e prática profissionais com sensibilidade interseccional.

O artigo inovador de Kimberlé Crenshaw, mencionado anteriormente, traz um panorama muito interessante de quais modos a investigação e a práxis interseccionais são fundamentais para tratar o problema social da violência massiva contra as mulheres de cor. Em *Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color*, Crenshaw se ocupa de sensibilizar profundamente seus leitores/suas leitoras sobre a necessidade de diferentes maneiras de se explicar como os efeitos da violência contra as mulheres de cor atingiu equitativamente a esfera profissional e acadêmica. “Quando se trata de violência, o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica mostra a relação sinérgica entre investigação e práxis críticas” (Collins; Bilge, 2021, p. 73). Esses novos jeitos de olhar a violência contra as mulheres referem-se a não mais limitar as mulheres como uma massa homogênea ou pintando os homens como os únicos perpetradores dessa violência e, muito menos, fazer uma concentração exclusiva nos indivíduos ou no poder do Estado como locais de violência. A temática desse problema não deve ser tratada através de lentes isoladamente de gênero, raça ou classe, mas sim com base na interseção, intersecção desses eixos (Collins; Bilge, 2021).

Carla Akotirene (2019) também faz referência a esse mesmo artigo de Crenshaw e ao momento que ela cunhou o conceito de interseccionalidade. A autora recorda que primeiro, em 1989 — algo muito esclarecedor do que ela faz, pois os escritos sobre a origem e/ou os desdobramentos da interseccionalidade muitas vezes só dizem “foi criado em 1989, por Kimberlé Crenshaw”, sem discorrer mais detalhes —, Crenshaw publicou em inglês o *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*, algo em português, em uma tradução livre, como *Desmarginalizando a intersecção entre raça e sexo: uma crítica feminista negra à doutrina antidiscriminação, à teoria feminista e à política antirracista*. É nesse momento que ela inaugura o termo interseccionalidade. Mas esse só vai ser disseminado e mais bem entendido em 1991, com a reaplicação do conceito na publicação, aqui traduzida, *Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres de cor*. Nesse artigo posterior, ela procura descrever a posição interseccional das mulheres negras e sua marginalização estrutural, atracada à teoria crítica da raça e conceito “provisório”, pois depois ganharia mais subsídios, de interseccionalidade.

A popularização intelectual e acadêmica da interseccionalidade aconteceu de fato após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas

de Intolerância, em Durban, na África do Sul, no ano de 2001. Nesse momento, a preocupação principal de Crenshaw e outras figuras pertencentes ao pensamento crítico do feminismo negro não era mais o significado originalmente proposto da interseccionalidade, mas sim em relação aos perigos do esvaziamento do debate. Haja vista que se fazia importante difundir que

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado<sup>3</sup> – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (Akotirene, 2019, p. 19).

Do mesmo modo que:

Segundo Kimberlé Crenshaw, **a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias**, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente, o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro (Akotirene, 2019, p. 19, grifo nosso).

Daí em diante, o termo formalmente baliza o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, embora “informalmente” isso já fizesse parte da sua essência. A interseccionalidade então estaria promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e geram imposições e condições peculiares às mulheres negras (Akotirene, 2019).

De acordo com Collins (2022), naquele instante, quando publicou os dois artigos inovadores sobre a questão, não tinha como Crenshaw saber exatamente que estava nomeando a interseccionalidade como forma de investigação crítica e práxis. Mas foi a partir deles e da metáfora criada por ela que se fortaleceu as relações versáteis entre ativismo e academia. “Para Crenshaw, a interseccionalidade nomeia a convergência estrutural entre sistemas interseccionais de poder que criaram pontos cegos nos ativismos antirracistas e no ativismo feminista (Collins, 2022, p. 43).

Oferecendo continuidade ao raciocínio de Collins (2022), é marcante informar que politicamente, a ideia de interseccionalidade também teve êxito. Tal conceito englobou a confluência de muitos projetos de justiça social, de fortalecimento e de práticas críticas de muito tempo na academia. O termo interseccionalidade foi agente motor na promoção de um panorama instantâneo das profundas relações sociais durante um período considerável de mudanças sociais. É constantemente percebido como substancialmente crítico no que se refere às sociedades injustas, posto que a justiça social está no centro de tantos de seus projetos.

“Nesse sentido, a interseccionalidade não são apenas ideias; ela tem um papel importante a desempenhar no mundo social” (Collins, 2022, p. 394).

Essa visão e função que desempenha não se resume a eixos de opressão, mas também de existência e reivindicação. Pois bem verdade, Carolina Pinho (2024), na mesa de encerramento *O gênero nas Relações Internacionais: as resistências constroem alternativas*, já contextualizada inicialmente, profere sobre como foi partindo da interseccionalidade que se abriram possibilidades de analisar o nosso lugar no mundo, enquanto mulher negra e “subalternizada”. E ao fazer isso, se depara com o exercício de tentar analisar as coisas a partir da complexidade que é o ser humano e do ser humano em relação a outros seres humanos, a natureza, a vida propriamente dita. Abreviadamente, segundo ela, a interseccionalidade nos faz refletir sobre não só os diversos eixos que nos oprime, mas dos diversos prismas de conexão, da interconexão de vivências. Com base no pensamento feminista negro é possível pensar categorias relacionadas com o gênero e através da interseccionalidade analisar a tensão entre opressão e resistência. É preciso também destacar que a intervenção de mundo das mulheres negras já girava em torno da intersecção entre raça, gênero e classe, inclusive menciona diretamente as contribuições de Lélia Gonzalez, lidas enquanto interseccionais.

### 3.1.2 Decolonialidade

Assim como foi difícil sintetizar a interseccionalidade — e será ainda mais árduo condensar, sem ser (tão) caricato ou excludente, as bases do marxismo —, trazer as principais noções da decolonialidade, do pensamento decolonial, é uma tarefa melindrosa. Mais uma vez, de modo preliminar traremos as principais noções, temáticas abordadas pela decolonialidade, leituras possíveis e alguns nomes relacionados com tal escola de pensamento. Aqui também traremos um direcionamento significativo para o “feminismo decolonial”, haja vista que Lélia Gonzalez é, por vezes, muito mais alocada nessa zona por aqueles/aquelas que atualmente buscam fazer leituras e comentários sobre suas obras.

Na *Introdução* do livro *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico, os organizadores da obra e escritores* Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel (2023) adotam e trazem uma definição ampla de decolonialidade. De acordo com os três pensadores, a noção de decolonialidade que eles utilizam não está limitada a um conjunto excepcional de autores. A ideia de trazer uma noção ampliada da decolonialidade é beber da fonte do aprendizado advindo dos processos de resistência e a luta pela reexistência das populações afrodiaspóricas, em especial a população negra do Brasil — esse ponto de vista

converge com o nosso e é interessante pelos direcionamentos que essa parte do trabalho, assim como ele em um todo, pretende seguir. Afirmam na íntegra:

Dito de outra maneira, mesmo que a decolonialidade possa ser entendida num sentido restrito, tal qual elaborado pelo grupo de investigação da modernidade/colonialidade (Escobar, 2003), **optamos por um sentido amplo, que abarca a longa tradição de resistência das populações indígenas<sup>1</sup>, e posteriormente, daqueles que Frantz Fanon (2005)<sup>64</sup> nomeou como condenados da terra. Isso não significa que não lançaremos mão de alguns conceitos explicados por determinados autores do grupo de investigação; contudo, ao fazê-lo, pretendemos explicar ideias, intervenções e elaborações presentes também na tradição do pensamento negro** (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2023, p. 9-10, grifo nosso).

Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2023) continuam sua compreensível argumentação estabelecendo o ponto de partida de que o projeto acadêmico-político da decolonialidade se situa em termos da sua capacidade de organizar e elucidar o que está em jogo. Esse projeto esclarece historicamente a colonialidade do poder, do ser e do saber ao mesmo passo que nos fornece aparatos para planejar estratégias para a modificação da realidade. No entanto, esclarecem que é preciso tomar cuidado, principalmente quando se trata da tradição acadêmica brasileira, para que o projeto decolonial não se limite a ser um mero “projeto acadêmico” embaraçador do *locus* de enunciação negro e acabe por deixar de lado “sua dimensão política, isto é, seu enraizamento nas lutas políticas de resistência e reexistência das populações afrodiáspóricas e africanas, indígenas e terceiro-mundistas” (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2023, p. 10). Para esses autores, caso ocorresse de fato, o descolamento da decolonialidade da luta política dessas populações marginalizadas, como é o caso da população negra, seria uma traição à própria essência desse pensamento. E aqui a crítica específica que é feita — não só pelos autores que acabamos de citar, mas por nós também — é direcionada ao fato de que muitos acadêmicos/acadêmicas brasileiros/brasileiras — incluso as/os das Relações Internacionais — começaram a surfar na “onda decolonial” e da utilização do título deconialidades nas suas propostas intelectuais e/ou como “possui interesse nos seguintes temas” nas linhas dos lattes, ou até mesmo em trabalhos acadêmicos e, no entanto, não arcam estruturalmente com essas escolhas. Isso fica evidente quando essas pessoas não utilizam/referenciam autores/autoras negras, indígenas etc, não estão envolvidas com movimentos sociais, em outros espaços e (con)textos que dialogam com uma tradição colonial e europeia, limitam-se a dialogar apenas com os membros da rede de investigação

---

<sup>64</sup> Refere-se ao livro *Os condenados da terra*, que mais adiante referenciamos e citamos.

modernidade/colonialidade e com demais teóricos, que ainda que latino-americanos, só conversam levando em conta uma perspectiva da população branca e privilegiada. “Em outras palavras, **a decolonialidade se torna mais uma moda acadêmica e menos um projeto de intervenção sobre a realidade**. Nem tudo que brilha é ouro, por isso há necessidade de se ter clareza sobre o que está em jogo para **ir além dos rótulos**” (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2023, p. 10, grifo nosso).

Consequentemente, quando tratamos de desígnios acadêmico-intelectuais, nos deparamos ainda com uma longa tradição do cientificismo e do eurocentrismo. Essa tradição é a matriz da ideia de universalismo abstrato, enquanto hegemônico e desincorporado, que carimba a produção de conhecimento e de outras esferas da vida, tais como política, a relação com a natureza, economia etc. Nos mais de 500 anos de história colonial/moderna, todos esses âmbitos foram/são moldados pelos padrões provenientes da Europa e pelo modelo estadunidense após a Segunda Grande Guerra Mundial. São erroneamente — considerados o ápice do desenvolvimento humano, enquanto todas as outras maneiras de organização de vida são encaradas como pré-modernas, equivocadas e atrasadas. Contrário à essa concepção de conhecimento desincorporado e que se diz sem localização geopolítica, o projeto e propostas decoloniais assume a necessidade de armação corpogeopolítica, relação entre os indivíduos e o espaço, para a construção do conhecimento enquanto uma estratégia para desarmar essa “bomba cultural” da qual nos expõe Wa Thiong'o<sup>65</sup> (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2023). “Mais uma vez, a armação geopolítica e corpo-política do conhecimento pode ser encontrada na tradição do pensamento negro” (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2023, p. 13).

Frente a essas tentativas de apagamento, a urgência no fortalecimento de diálogos e estruturação de perspectivas do conhecimento e de povos que foram subalternizados dentro do modelo de modernidade colonial se mostra cada vez maior. Dentre as muitas perspectivas possíveis, a da tradição do pensamento africano e afrodiaspórico desponta como potência, tendo em vista que os estimados mais de 12 milhões de africanos que saíram à força do seu continente, das suas origens, e se dispersaram pelo continente americano, europeu e para outras localidades do próprio continente africano, não eram meramente corpos sem mente, não podendo ter suas existências resumidas à participação nas novas localidades e ao trabalho braçal. Existia ali

---

<sup>65</sup> Os autores se referem ao escritor e professor universitário queniano Ngũgĩ Wa Thiong'o. A ideia de “bomba cultural”, de acordo com Wa Thiong'o (2005), está ligada com as tentativas de acabar com as crenças, culturas, tradições e saberes, como nome, lutas, línguas originalmente faladas etc, de povos que foram historicamente oprimidos. Para mais, consultar o texto dele: *Decolonising the mind: the politics of language in African literature*.

interlocuções entre as escrituras e a produção de saberes dos povos negros em diáspora (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2023).

Ao percorrer essa qualidade de reflexões, o argumento central de Frantz Fanon (1979), importante antropólogo e escritor, nascido na Martinica ainda na época colônia francesa, presente na obra *Os condenados da terra*, também adicionaria bons pensamentos acerca da discussão do processo colonizatório, bem como dos erros no processo de descolonização, que embora violenta, necessita realmente se fazer enquanto um projeto de descolonização radical. Para Fanon (1979), o homem colonizado liberta-se por meio da violência, uma vez que é justamente a violência do colonizado que unifica o povo. Ou seja, explodir o mundo colonial é então uma imagem de ação bastante evidente, compreensível e que pode e deve ser retomada pelos indivíduos que constituem o povo colonizado. No decorrer da escrita do seu livro, são expostas análises críticas ao imperialismo e ao nacionalismo, sobretudo no que tange às suas consequências para a mente humana e a construção de pensamentos. Existe também toda uma conversa sobre o papel da linguagem e como esta é usada para reforçar drasticamente a identidade imperialista.

Com a utilização dos termos ‘colonizador’ e ‘colonizado’ se estabelece uma dinâmica de moldar o psicológico dos nativos em relação a seu “posto” de escravo de um mestre, podendo também se pensar até mesmo no papel de um intelectual em uma revolução. Em parte do livro, Fanon (1979) elucida que o colono faz a história e sabe conscientemente que a faz e como a faz. Em detrimento disso, é que vemos que o colonizador que tem feito e continua a fazer o colonizado — querendo sempre, até mesmo nos dias de hoje, determinar o que é ou não civilidade, conhecimento, intelectualidade, colocando o “colonizado”, que não mais vive em colônia, ainda na posição de subserviência. Assim, o primeiro (o colonizador) tira sua verdade (seus bens) do sistema colonial. O colonialismo vai além de ser puramente um sistema estabelecido com base na exploração estrangeira dos recursos naturais de um território e da mão de obra nativa. O colonialismo é principalmente a negação sistematizada e desenfreada do outro, no qual existem decisões rígidas de recusar ao outro qualquer atributo de humanidade.

Nesse processo, é perceptível os acertos e erros do processo de descolonização, no qual ecoa o papel da burguesia nacional. Constata-se que ela meramente substituiu a burguesia da metrópole e que os países colonizados, mesmo com essa descolonização — tornando-se um país “livre” — continuam dependentes do capital e dos mercados estrangeiros. As massas dos novos Estados criados, porém, não são afetadas. A solução para esses problemas seria então também uma revolução violenta das massas, uma consciência do povo que foi colonizado. A proposta defendida por Fanon se encaixa no âmbito de problematizar como ocorrem os processos de

colonização e descolonização estruturalmente nos países, mas também no interior de cada povo, em relação à prática e esfera teórica-intelectual — principalmente em relação ao projeto epistemológico decolonial. Levantam-se aqui a precisão de decolonizar e descolonizar a ideia dos “colonizadores” como grandes centros das produções teóricas no mundo e em diversos campos, inclusive nas RI, uma vez que os estudos críticos da “colonialidade” e da “decolonialidade” contribuem para perceber vácuos existentes na maneira como são estabelecidas os relacionamentos e comportamentos internacionais (Fanon, 1979; Fernández, 2019, Nascimento, 2021).

Assim sendo, voltando à argumentação em prol da efetiva construção da decolonialidade enquanto um projeto político-acadêmico de destaque, atado nos mais de 500 anos de luta e resistência das populações africanas e das populações afrodiáspóricas (com base no Brasil). No cerne dos desenhos da decolonialidade devem estar a luta política das mulheres negras — das mulheres de cor e racializadas no geral também —, dos/das quilombolas, dos diversos movimentos negros, do povo de santo — de religiões de matrizes africanas —, dos jovens da periferia, da estética, da música e da arte negra, ao mesmo tempo que incorpora em sua essência intelectuais, tais como: Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento, Angela Davis, Beatriz do Nascimento, bell hooks, Frantz Fanon, Aimé Césaire, W. E. B. Du Bois, Guerreiro Ramos, Patricia Hill Collins, Luiz Gama, Maria Firmina dos Reis, Eduardo de Oliveira e Oliveira, Clóvis Moura, José do Patrocínio, Sueli Carneiro, Cyril Lionel Robert James, Oliver Cox etc (Ndlovu-Gatsheni; Zondi, 2016; Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2023).

É importante que a gente não esqueça dos méritos de investigação do projeto do grupo Modernidade/Colonialidade<sup>66</sup>, que desde 1990 promovem uma renovação teórica com importantes implicações políticas no contexto latino-americano (Freitas, 2019). Fernanda Fonseca (2021) salienta que o conceito de colonialidade e seus desdobramentos foram explicitados pelos autores desse Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C): Aníbal Quijano, Nelson Maldonado-Torres, Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter Dignolo, Enrique Dussel, María Lugones, Linda Alcoff, Fernando Coronil, Ramon Grosfoguel, Agustín Lao-Montes, Javier Sanjinés, Catherine Walsh, Nelson Maldonado-Torres, José David Saldívar, Lewis Gordon, Margarita Cervantes de Salazar, Libia Grueso, Marcelo Fernández Osco,

---

<sup>66</sup> “O projeto Modernidade/Colonialidade<sup>4</sup> é um movimento acadêmico criado por intelectuais que estudam sobre e a partir da América Latina. “Sobre” porque a história e os povos dessa “região” são analisados, em sua complexidade, em livros e artigos bastante criativos que exploram a cultura, a língua e o pensamento surgidos por essas bandas a partir da instauração do dilema colonial” (Freitas, 2019, p. 147).

Immanuel Wallerstein, Ana Margarita Cervantes-Rodríguez, Eduardo Mendieta, Elina Vuola, Marisa Belausteguioitia, Cristina Rojas e outros/outras.

O nascimento do Grupo Modernidade/Colonialidade teve seu estopim com o relançamento do texto *Colonialidad y modernidad-racionalidad, em 1992*, de Aníbal Quijano, sociólogo peruano. A partir daí e de um esforço coletivo surge o então Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, que teve seu fim por divergências teóricas. Mas foi dessa ruptura que surgiu o Grupo Modernidade/Colonialidade, a partir de 2000, com a publicação de um livro que tem texto do Quijano, *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. (Ballestrin, 2013; Fonseca, 2021). O texto em questão é *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*, de Quijano (2005), no qual o autor desenvolve a noção de colonialidade do poder e diz que a formação intelectual do processo de modernidade forjou uma compreensão de conhecimento e um jeito de produzir conhecimento ensaiado para demonstrar o caráter do padrão mundial de poder, visto como colonial/moderno, capitalista e eurocêntrico. As ideias de Quijano guiaram María Lugones (2019), em *Rumo a um feminismo decolonial* e rumo a sua argumentação. A autora argentina acrescenta ao conceito já existente as noções de colonialidade de gênero às formas de colonialidade, do poder, do ser e do saber, bem como trabalha a partir de uma perspectiva da interseccionalidade e a da decolonialidade. Para ela, descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis (uma conduta, uma ação).

### 3.1.3 Marxismo

Entender o surgimento, as características do marxismo e dos fundamentos que constroem o marxismo é uma tarefa que não é nova e perpassa por muitos séculos. Sem sombra de dúvidas, duas de suas principais potencialidades é a socialização dos meios de produção e a constatação de que existia/existe um sistema de exploração da classe trabalhadora/operária por parte da classe burguesa, da burguesia. De acordo com Ernest Mandel (2001), o marxismo é, em derradeira análise, produto transformador do surgimento do modo de capitalista a partir dos Séculos XV e XVI, essencialmente em algumas regiões da Europa ocidental (Itália setentrional e central, Países Baixos, Inglaterra, partes da França, da Alemanha, da Boêmia e da Catalunha), suporte sobre o qual se elevou uma sociedade burguesa altamente dominante da vida social em diversas esferas das atividades desenvolvidas pelos indivíduos humanos.

A base do marxismo<sup>67</sup> advém dos seus principais pensadores revolucionários alemães Karl Marx e Friedrich Engels — não sendo denominados por eles de marxismo, mas sim por seus estudiosos/intérpretes. Mas que não se limitam somente a esses dois intelectuais. Podemos pensar em uma gama de nomes<sup>68</sup> que se intitulam marxistas, tais como: Florestan Fernandes, György Lukács, Rudolf Hilferding, Angela Davis, Ruy Mauro Marini, Rosa Luxemburgo, Theodor W. Adorno, Theodor W. Adorno, Silvia Federici (embora se autodenomine autonomista), David Harvey, Max Horkheimer, Vladimir Lenin, Antonio Gramsci, Nicos Poulantzas, Claus Offe etc.

O marxismo, fundado por Marx e Engels, não poderia ter destino diferente. Também, tal como as demais correntes de ideias na história da humanidade, nasceu numa época determinada – meados do século XIX -, desenvolveu-se largamente na época imperialista do capitalismo – século XX e primeiras décadas do atual -, e chega ao século XXI como uma das correntes de pensamento mais férteis e mais influentes de todos os tempos (Siqueira; Pereira, 2019, p. 7).

Além de que:

Marx e Engels, rompendo com a filosofia idealista jovem-hegeliana e o radicalismo democrático pequeno-burguês, por meio de sua crítica materialista, vinculam-se definitivamente ao movimento comunista, através da aproximação às organizações do movimento do proletariado, transformando-se em verdadeiros militantes revolucionários. Os embriões do materialismo histórico remontam a 1843-1844, particularmente a textos de Marx como *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel* (1843), *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, *A questão judaica*, *Manuscritos Econômico-filosóficos* e *Glosas Críticas Marginais* ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”, de um prussiano, de 1844, além do *Esboço de Crítica da Economia Política*, de Engels, publicado no mesmo ano.<sup>2</sup> Mas, em obras como *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845), *A sagrada família* (1845), *Teses sobre Feuerbach* (1845-1846), essa concepção ganha suas primeiras formulações e contornos, chegando à sua síntese mais profunda e sistemática em *A ideologia alemã* (1846) e *Miséria da Filosofia* (1847) e, como programa político do proletariado, em *O Manifesto Comunista* (1848)<sup>3</sup> (Siqueira; Pereira, 2019, p. 11-12).

De acordo com Douglas Martins (2024), existe um forte legado deixado pelo marxismo, uma das mais importantes correntes políticas e intelectuais do Século XX. O pensamento de Marx serviu e continua a servir na compreensão crítica da sociedade moderna e nas muitas lutas

<sup>67</sup> A classificação mencionada nesta frase e abaixo está muito longe de ser unânime e possui inúmeras controvérsias que estão fora do escopo deste trabalho.

<sup>68</sup> Luis Felipe Miguel (2024) escreveu para a *Boitempo* a matéria *Doze autores marxistas para entender a democracia*. Nela, o professor de Ciência Política da UNB lista os principais autores vinculados ao marxismo que que ajudam a pensar a democracia, principalmente no que tange às “democracias realmente existentes” e à projeção de modelos alternativos.

por emancipação. Para ele, o marxismo não se trata de uma abordagem acerca da totalidade do Século XX, mas na verdade da admissão, compreensão e legado de Karl Marx no decorrer de parte substancial desse século, com especial atenção para os debates permanentes proporcionados por ele e por essa corrente filosófica e política. O autor ainda segue argumentando que se refere a uma análise de um autor filiado a uma tradição crítica e dialética. “Compreender as contradições históricas da sociedade capitalista atual e, ainda, do pensamento crítico, passa por compreender as raízes e relações que nos trouxeram até aqui. Dessa maneira, busca-se não só compreender as raízes interpretativas do marxismo no século 20, mas, principalmente, seu desenvolvimento e legado atuais [...]” (Martins, 2024, p. 136).

De fato, o pensamento de Marx no Século XIX tem diferenças substanciais em relação ao marxismo no Século XX. As principais diferenciações talvez estejam na assimilação dos limites e contradições internas do capitalismo que não admitem que este se reproduza de forma eterna e na necessidade das revoluções socialistas dos trabalhadores ultrapassarem os pontos nevrálgicos das maneiras reificadas das relações sociais capitalistas e não somente a supressão da propriedade privada dos meios de produção. Portanto, há de se dizer que o pensamento marxista ainda tem muitos frutos a se colher, principalmente ao passo que o capitalismo se aproxima dos seus limites de suas contradições internas (Martins, 2024).

Por sua vez, dentro do escopo de análise das Relações Internacionais esses frutos também podem ser colhidos. Segundo Halliday (2007), por mais que tenhamos evitado a aproximação e os desafios propostos pelo marxismo, existe um encontro necessário entre o materialismo histórico/marxismo e as Relações Internacionais. O marxismo contribuiu e compartilhou preocupações acadêmicas com diversas outras disciplinas da área das Ciências Sociais e com isso, levou à emergência de correntes marxistas no bojo delas, bem como tornou sua difusão e impactos ainda mais disseminados. O autor ainda explica, levando em conta o contexto que escreve, que mesmo com muito potencial, o estabelecimento de uma relação entre o materialismo histórico e a disciplina de RI ainda estava em um estágio incipiente. “Em várias etapas da história da disciplina existiam pesquisas sobre as implicações do marxismo para as relações internacionais nas quais se identificaram os pontos de contatos existentes<sup>2</sup>. Desde os anos 1970, vários escritores defenderam trabalhos teóricos adicionais, como a elaboração de uma abordagem marxista genérica para as relações internacionais [...]” (Halliday, 2007, p. 62). O marxismo nunca se encaixou — e acreditamos não querer se encaixar nos “Três (Quatro) Grandes Debates de RI” (Utópicas/LiberaixRealistas, TradicionalistasxBehavioristas, do Estruturalismox realismo, x institucionalismo e PositivistasxPós-positivistas) — mas em absoluto isso não quer dizer que não colaborou com as Relações Internacionais, sobretudo se

olharmos os trabalhos sobre as classes sociais, as críticas ao capitalismo e a história internacional.

### **3.2 Interpretações interseccionais, decoloniais e marxistas associados à Amefricanidade e aos escritos de Lélia Gonzalez**

Ratts e Rios (2010) direcionam que através das interpretações e deslocamentos de Lélia Gonzalez se tornou possível compreender o processo de nacionalização e internacionalização do movimento negro brasileiro e do alcance da sua voz. Por meio de suas conferências, palestras, entrevistas, referências utilizadas e citadas, direta ou indiretamente, em seus textos (sejam os artigos ou os ensaios) havia a construção de uma intelectual diaspórica, motivada por trocas culturais, afetivas e epistemológicas, ao longo de toda a extensão do Atlântico Negro, com laços em pessoas e práticas da América do Norte, Caribe e África Atlântica.

As viagens, os diálogos e as trocas (ativistas e intelectuais) corroboraram para que Lélia Gonzalez reconstruísse a visão do continente africano, do continente americano e da diáspora africana (Ratts; Rios, 2010). “Foi a partir daí que ela imprimiu maior densidade à sua negritude e ao seu feminismo com um horizonte transnacional, além de formular a categoria política e cultural de *amefricanidade* (Ratts; Rios, 2010, p. 141). Os horizontes e a consciência ressaltados por Gonzalez, conforme postula o autor e autora, ganham contornos nas semelhanças entre as manifestações, especialmente as culturais, praticadas em muitos e diferentes locais das Américas, o que mais tarde Lélia chamou de *amefricanidade*. Por assim dizer

O legado e a forma de resistência cultura, a passagem do conhecimento ancestral de uma geração para a outra e a subversão negra dos códigos da cultura dominante (religião, língua, vestuário etc), subsidiam segundo Gonzalez, a categoria político-cultural de *amefricanidade* (Ratts; Rios, 2010, p. 144).

Os esforços de Lélia Gonzalez em narrar e refletir sobre os elementos culturais da formação brasileira e latino-americana não se deram somente quando ela cunhou o conceito de *amefricanidade*, pois na verdade, são anteriores a esse momento. Com a escrita em 1987 de *Festas Populares no Brasil*<sup>69</sup>, publicado em neste ano de 2024 pela editora Boitempo, como já

---

<sup>69</sup> Quatro importantes observações sobre *Festas Populares no Brasil* necessitam ser feitas. A primeira: Este é o único livro individual escrito em vida por Lélia Gonzalez. O outro que ela escreveu, que nós já mencionamos, foi escrito com Carlos Hasenbalg. A segunda: A edição lançada pela Boitempo é a primeira a circular em livrarias, pois a primeira edição de 1987, que foi lançada em edição bilíngue português-ínglês e com tiragem de três mil exemplares, foi produzida com patrocínio de uma multinacional e somente distribuída como presente de final de ano. Assim, não chegou a ser lançada de forma oficial no mercado livreiro/editorial. A terceira: Em 1989 o livro

bem explicamos, Gonzalez (2024) traçou, juntamente com um projeto fotográfico assinado por Walter Firmo e Maureen Bisilliat — e em sua nova edição tem a adição das fotografias de Marcel Gautherot e Januário Garcia. Este último era amigo próximo de Lélia e militante do movimento negro — um importante e belo panorama das principais festas populares do Brasil: carnaval, quaresma, festas juninas, bumba meu boi, cavallhadas, festas afro-brasileitas (congada, maracatus etc), festas de igreja (pastoris, reisados etc) e entre outras. Ainda de acordo com a autora (2024), a formação cultural brasileira se fez por meio de um modelo chamado por ela de “eurocatólico”, no qual as festas populares do país eram realizadas no espaço estabelecido por essa matriz e com base no calendário fixado pela Igreja e pela Europa. Mas com o passar do tempo, o que se pode observar foi uma espécie de ruptura em relação aos limites impostos pelo modelo dominante. A verdadeira dinâmica cultural, de adaptação e resistência, traz as marcas da memória e superação de processos — como da escravidão por exemplo, bem como da representação das classes populares: trabalhadores/trabalhadoras, mulheres, negros/as, indígenas, nordestinos/as camponeses/camponesas etc.

Ao analisar tais escritos e o período em que Lélia Gonzalez escreve, Raquel Barreto (2024), no prefácio de *Festas Populares no Brasil*, interpreta que a mesma nos ensina, ainda que não tenha tido devidamente reconhecida por seus pares da época e demorado para ser objeto de uma apreciação cuidadosa, a ler o Brasil através das festas populares. Lélia nos oferece suportes para fazer uma interpretação da formação cultural e social brasileira, com destaque para a população negra, em especial as mulheres e os silenciados e a partir da cultura como um lócus de disputa e observação. “Esse processo se constitui historicamente à medida que o escravizado imprime suas marcas na cultura do dominador” (Barreto, 2024, p. 30). Transportando para os dias atuais, consideram esse olhar decolonial e interseccional por excelência, assim como se observou na amefricanidade.

Reconstruir pode implicar também em ressignificar, interpretar e traduzir nos já referidos termos da amefricanidade. Para uma autora em que a linguagem e o cuidado com as distintas manifestações em várias dimensões em termos de um horizonte transnacional assumem uma cara posição na sua análise, coloca-se a referência de inspiração gramsciana (Gramsci, 1977, p. 1468) da “tradução”. Traduzir as linguagens, noções, conceitos a partir de

---

foi premiado internacionalmente. Na Feira de Leipzig, na antiga Alemanha oriental, ganhou na categoria “Os mais belos livros do mundo” (Gonzalez, 2024; Barreto, 2024). A quarta: Como forma de celebração do relançamento do livro e das empreitadas em manter vivo o legado intelectual e coletivo de Lélia Gonzalez, a Boitempo também está promovendo a exposição *Lélia em nós: festas populares e amefricanidade* em parceria com o Serviço Social do Comércio (Sesc) Vila Mariana, em São Paulo. Estará em cartaz de 27 de a 24 de novembro de 2024 (Barbosa, 2024).

tal acepção implica em ressignificar as formulações originais de Lélia Gonzalez para as referidas particularidades interseccionais, decoloniais e/ou marxistas, bem como atualizar histórica e multidimensionalmente suas formulações para todas as temáticas mobilizadas e afins à discussão de gênero, raça e classe aqui posta. Em outras palavras, dotar as formulações da autora de todo o dinamismo que suas formulações originais permitem desdobrar e desenvolver, manter o seu pensamento vivo.

Além do nexos com a linguagem, justifica-se o recurso metodológico da tradução a partir também das formulações de Antonio Gramsci, filósofo italiano marxista, identificadas com a emancipação feminina e a busca de superar a hegemonia masculina, ainda que se formule críticas às contradições teórico-práticas de Gramsci a respeito. Por outras palavras, a despeito de práticas e formulações do prisioneiro do fascismo para o avanço da luta e libertação das mulheres, em alguns momentos de seus escritos em cartas estiveram presentes contradições (Gramsci *apud* Morton 2007, p. 219), que se desdobraram, entre outros, para a forma como Gramsci reproduziu papéis masculinos e femininos tradicionais na relação com sua esposa e com suas cunhadas (Lauretis, 1987).

No que tange o aparato teórico e das produções de Lélia Gonzalez, Ana Caroline Amorim Oliveira (2020), em *Lélia Gonzalez e o pensamento interseccional: uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil*, destaca a natureza interseccional presente nas composições de Lélia Gonzalez, marcadas por uma forte análise dos discursos sobre raça, classe e gênero, com ênfase para a mulher negra na construção e manutenção do mito da democracia racial no Brasil. Acredita-se que os escritos da autora possuam uma abordagem que relaciona raça, classe e gênero, caracterização esta que anos depois passou a ser intitulada de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw e encarnado por María Lugones, Ângela Davis e Carla Akotirene, mas principalmente interpretado precisamente e Patricia Hill Collins. “[...] Gonzalez articula interdisciplinarmente, o marxismo e a psicanálise passando pelas ciências sociais e história, chegando na sua tese sobre o racismo enquanto um sintoma que caracteriza a neurose cultural brasileira” (Oliveira, 2020, p. 91). A autora e o autor que corroboram com essa posição, Flavia Rios e Alex Ratts (2016, p. 395) também assinalam para o fato de a autora ser antecessora do conceito de interseccionalidade enquanto uma questão e demanda política e teórica. A leitura interseccional estaria presente em três frentes: como categoria de análise, sexo, classe, raça entre outras; no plano das opressões e discriminações, tais como o sexismo e o racismo; e por último, mediante a articulação dos diversos movimentos sociais, entre eles o movimento feminista, negro movimento e movimento homossexual — e outras terminações.

Com o propósito de não cometer anacronismo, é fundamental destacar que as leituras interseccionais e decoloniais (até mesmo a marxista, embora essa ela deixe bem mais evidente, pela própria existência enquanto estava viva dessa escola de pensamento) — que comentaremos a seguir — dos escritos Lélia Gonzalez são relativamente recentes e que a autora não chegou a usar essas formulações e lentes teóricas. Por isso, segundo Bruna Santos (2021) enxerga os caracteres decolonial e interseccional na obra dessa teórica, ainda que no momento de sua produção intelectual e acadêmica esses estudos estivessem em estágio incipiente e, por conseguinte, essas definições teóricas não eram associadas à sua ampla produção. “Entretanto, a análise de Lélia sobre a situação da mulher negra no Brasil, à [sic] crítica ao feminismo hegemônico e a construção da categoria de amefricanidade, abrem precedentes para tal interpretação” (Santos, 2021, p. 504).

Akotirene (2019) ainda reforça que a categoria de amefricanidade proposta por Lélia Gonzalez, ainda na década de 1980 e, posteriormente, a abordagem decolonial (feminista), estabilizada nos anos 2000, por meio de Maria Lugones, foram as principais contribuições responsáveis por criticar o comportamento missionário e de dominação da civilização ocidental. Metodologicamente, Gonzalez e Lugones interseccionaram as estruturas de raça, gênero, sexualidade, nação e classe, fixando coro latino-americano contra o colonialismo, o imperialismo e o monopólio epistêmico ocidental branco, europeizado e classista. As concepções dessas duas autoras dissolvem o discurso ficcional hegemônico dos EUA que coloca a “América” (eles) como um capitão salvador de todo o restante do globo. Quando, na verdade, não calha de sê-lo, nem no item Norte Global, segundo a própria Lélia Gonzalez enfatiza.

Outros elementos que colocam Lélia Gonzalez em diálogo com a vertente interseccional — e por vezes as afirmações de que “Lélia era uma autora interseccional” ou que se pense “a interseccionalidade em Lélia Gonzalez” — são as maneiras como ela aportava o pan-africanismo ao feminismo negro, de combate ao colonialismo, combate ao racismo, das ideias de solidariedade e consciência e da construção de horizonte transnacional, ensinava as gerações futuras a relevância ancestral da pluralidade teórica e da interdisciplinaridade, da ética do cuidado e da responsabilidade discursiva. Ademais, mais uma vez, apresenta-se a referida pensadora, Lélia Gonzalez, com antecipação conceitual de interseccionalidade que era uma militante e acadêmica que articulou o racismo, o sexismo e a exploração capitalista, assim como depois, nos moldes do conceito já formatado, diz que ela trabalhou as questões de gênero, raça e classe, assim como abordou nacionalidade, territorialidade/geografia, religiosidade etc (Akotirene, 2019; Rios; Ratts, 2016). No qual, corroborando com essa premissa, Dombkowitz

e Costa (2021) dizem que as significativas contribuições teóricas feitas por Lélia Gonzalez foram excluídas do pensamento feminista interseccional. Isso porque a colonialidade do poder atuou na subalternização e invisibilização das pensadoras feministas latino-americanas no projeto interseccional.

Com um trânsito fluente entre o movimento negro e o movimento feminista, **Gonzalez foi crítica de ambos, mas também antecipou algumas abordagens que posteriormente se denominaram de interseccionais<sup>3</sup>**. Observamos isto quando ela associa o racismo, o sexismo e a exploração capitalista e quando articula as identidades de raça, gênero (este tratado à época como sexo) e classe. **Essa talvez seja uma das principais motivações para o crescimento dos interesses acadêmicos e políticos na produção intelectual de Lélia Gonzalez<sup>4</sup>** (Rios; Ratts, 2016, p. 389, grifo nosso).

De fato, **a autora figura como uma das antecessoras do conceito de interseccionalidade enquanto uma questão teórica e política**. Podemos dizer que Lélia Gonzalez trabalhava esta proposição em três planos: entre as categorias de análise (raça, sexo e classe, entre outras), os fenômenos sociais de opressão e discriminação (racismo, sexismo e segregação, entre outros) e na articulação entre movimentos sociais (negro, feminista e homossexual, por exemplo) (Rios; Ratts, 2016, p. 395, grifo nosso).

Especificamente dentro das orientações teóricas e metodológicas advindas das Relações Internacionais, temos Fernanda Cardoso Fonseca (2021) com uma proposta de leitura decolonial do pensamento de Lélia Gonzalez. Na dissertação de mestrado, intitulada *Nossa América Ladina: O pensamento (decolonial) de Lélia Gonzalez*, a autora destaca que a junção da abordagem teórica do Grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade (M/C/D) com as categorias-chave desenvolvidas por Lélia Gonzalez, a *mulher negra* enquanto categoria de análise, pretuguês, feminismo afro-latino-americano e amefricadidade. Parte do pressuposto que a leitura conjunta de ambas as propostas evidencia como os manuscritos de Gonzalez explicitam a colonialidade, complexificam a decolonialidade e tencionam a modernidade. Além disso, argumenta que essa conexão oferecida também ajuda na interpretação do internacional e como a teoria decolonial é trabalhada pelas Relações Internacionais.

Esse movimento é duplo, o que significa apontar que a abordagem teórica decolonial, dentro do campo da teorização das Relações Internacionais (RI), também ajuda a ler a dimensão internacional da contribuição das categorias de análise criadas por Lélia Gonzalez, desde a sua leitura de mundo pela perspectiva das mulheres negras periféricas, do feminismo afro-latino-americano e da amefricanidade (Fonseca, 2021, p. 11).

Ou seja, os próprios estudos de Lélia Gonzalez sobre a formação do Brasil e da identidade brasileira — ao trabalhar as dimensões e opressões pelas quais a mulher negra brasileira e latino-americana esteve/está inserida — contribuem para esse olhar internacional e

decolonial dos aportes de Gonzalez. Dessa forma, não só a amefricanidade, mas também o pretuguês, racismo de denegação, racismo de omissão, sexismo, controle dos corpos, entre outros conceitos-chave são instrumentos que acrescentam muitas das noções existentes na abordagem teórica decolonial e como essa é trabalhada pelas Relações Internacionais (Fonseca, 2021).

Não obstante, Lourival Aguiar (2021) ilustra que a decolonialidade surgiu, entre tantas coisas, como uma maneira de conectar conceitos e categorias interpretativas *locais*, com base nas vivências pós-coloniais e com maior ênfase aos/as pensadoras do Sul-Sul. Portanto, esse método (e projeto) envolve um trabalho prático que firme o pensamento decolonial como intervenção e contestação contra todo o modelo de sistema da colonialidade. “Não é, então, uma categoria exclusivamente acadêmica, mas uma prática política” (Aguiar, 2021, p. 304). No caso do recorte proposto por Aguiar (2021), é que através de Lélia Gonzalez, em diálogo também com o antropólogo cubano Fernando Ortiz, se produza uma visão decolonial da antropologia acerca das experiências vividas por negros/negras e indígenas no território da América Latina e do Caribe.

Com a criação da categoria de amefricanidade e dos entendimentos próprios de Lélia Gonzalez sobre essas experiências, é plausível que se tenha uma compreensão decolonial sobre as epistemologias utilizadas para definir as práticas africanas (amefricanas) e ameríndias no contexto latino-americano. Assim, Gonzalez tanto em *A categoria político-cultural da amefricanidade (2020a)* quanto em *Por um feminismo Afro-latino-Americano (2020o)*, questionou o termo latino e sua caracterização europeizada e eurocêntrica. Do seu ponto de vista, Lélia Gonzalez percebeu a definição de latino/a e/ou de latinidade como um apetrecho de apagamento de identidades que não vinham da Europa, mas que auxiliaram efetivamente na composição do que atualmente chamamos de continente americano. Estagnar nessa latinidade de bases majoritariamente europeias significaria inferiorizar as experiências e colaborações de ameríndios/as e amefricanos/as (Aguiar, 2021).

Como forma de organizar essas experiências desde uma perspectiva decolonial, **Lélia Gonzalez propõe que negros e indígenas deveriam assumir para si uma nova categoria, que para a autora não seria mais a latina (que mesmo designada para os negros, indígenas e as demais identidades existentes no continente, como brancos não europeus, não escapa da construção imagética da qual predominam elementos culturais euro-espanhóis), mas deveriam assumir a categoria cultural e política da amefricanidade.** Essa categoria se coloca em oposição à latinidade não apenas no sentido da proposta de dar agência aos negros e indígenas, mas também quanto ao seu entendimento da latinidade como uma epistemologia

eurocêntrica que, como propuseram os estudos decoloniais [...] (Aguiar, 2021, p. 310, grifo nosso).

Aguiar (2021), assim como outros intelectuais, alerta que as contribuições de Lélia Gonzalez, ainda que fundamentais, infelizmente não tiveram a mesma projeção e prestígio que outros aportes decoloniais dentro da antropologia e dos estudos decoloniais. De modo similar, Thamires Costa Rodrigues Lima (2022), alerta para o papel que ela ocupou e ainda ocupa no pensamento decolonial e mais precisamente no feminismo decolonial. Segundo ela, Lélia apresentou possibilidades mais frescas de descortinar o Brasil e compreendê-lo com base em um olhar próprio — assim como fez com a América Latina (América Ladina). Esse olhar proveniente do próprio país e/ou continente se insere na construção peculiar de sua história, atuando na construção de novas perspectivas de entendimento e ação que proporcionem a transformação e a superação das desigualdades.

Lima (2022) segue observando que o trabalho de Lélia Gonzalez se mostra relevante ao criar uma base epistemológica para explicar a história brasileira e as hierarquias que até mesmo no presente momento estão vigentes na nossa sociedade. O processo da autora de dar nome a essas imbricações — os problemas de gênero/sexo, raça e classe — nos transporta a fitar essas hierarquias e assim minar esse sistema de denegação, a recusa em reconhecer e tentar achar argumentos para mostrar que não existe, que ela afirma ocorrer com o racismo. Já em relação a instauração de um “feminismo decolonial”, precisa-se entender que para construí-lo é essencial que haja a superação dos resquícios dos poderes instaurados no período colonial, que inclusive impera na noção “universal” disseminada de ser mulher e de feminismo. É nessa encruzilhada que destacamos a excelência dos dizeres de Lélia Gonzalez sobre um feminismo afro-latino-americano. Ela resgata rapidamente a história do feminismo hegemônico e demonstra como os cânones também estão instaurados nessa esfera, com base em imagens brancas e pensamentos concentrados na Europa e nos Estados Unidos — as Sufragistas e o movimento de mulheres estadunidenses são a prova disso, como se concentravam na questão das mulheres, contudo não apoiavam a libertação da população negro ou lutavam pelas pautas reivindicando os direitos ao trabalho feminino, especificando as condições das mulheres negras que já estavam inseridas no mercado de trabalho de forma precarizada. Isto posto, é proposto a construção de um feminismo pautado nas experiências das mulheres que passaram por um processo de colonização, das mulheres negras e das mulheres indígenas. Que sofreram exclusão não só na sociedade, mas também nos movimentos que tentavam se inserir (movimento feminista e movimento negro) (Gonzalez, 2020o).

Mesmo nos dias de hoje essa tarefa não se encerrou, pois Françoise Vergès (2020), no livro *Um feminismo decolonial*, instiga a continuidade das reivindicações do feminismo. Essa contestação é em busca da construção de um feminismo pautado no potencial radical da sua essência e que este não esteja a serviço do capital e do capitalismo, do Estado e do império. Sendo assim, quando Vergès (2020) define o que seria um feminismo decolonial, diz que ele é radicalmente antirracista, anticapitalista e anti-imperialista. Busca assim tecer um feminismo que ouve as mulheres mais exploradas, as mulheres racializadas, as empregadas domésticas, as *queer*, as migrantes, as refugiadas etc. “Um feminismo, não o feminismo, e, portanto, aberto a questionamentos, à possibilidade de rever suas análises, que não busca o reconhecimento das instituições, mas que se ancora nas lutas, com suas perdas e alegrias” (Vergès, 2020, p. 20). Em síntese, a autora defende que o feminismo decolonial é também a “despatriarcaliação” (ausência do patriarcado) das lutas revolucionária, uma vez que os feminismos de política e vertente decolonial agem na luta encabeçadas durante muitos séculos por parte da humanidade para estabelecer seu direito à existência.

Por último, mas em absoluto menos importante, abordaremos a ligação entre marxismo e Lélia Gonzalez. Provavelmente, ousamos falar que o marxismo e as bases marxistas são as únicas que aparecem nomeadamente nos aportes de Gonzalez e que ela tinha consciência da existência no momento que elabora suas argumentações — tanto escritas quanto em formato de falas/discursos. Existe uma tentativa de desbotamento do caráter marxista nos escritos de Lélia Gonzalez — que pode ser por questões de desconhecimento, de despreparo ou porque está em voga na atualidade os estudos interseccionais e decoloniais — como é possível ver nas temáticas que são abordadas nos trabalhos sistematizados no primeiro capítulo desta dissertação (Tabela 2) e no conteúdo de textos e livros que se propões reviver o pensamento dessa autora.

Logo de cara podemos mencionar, que, embora quase não toquem ou explorem esse ponto, Rios e Lima (2020), sinalizam a “influência” marxista para o pensamento de Lélia Gonzalez. Dizem que do marxismo, principalmente da escola francesa, veio as bases para compreender as classes na estrutura social, do mesmo modo foi o que ocorreu com os conceitos de ideologia e consciência, tão preciosos à turma intelectual brasileira (e até mesmo para a militância) sob a ditadura militar que assolou o país.

Interseccionalidade (interseccional) e decolonialidade (decolonial) são conceitos/palavras que não aparecem escritas por Lélia Gonzalez ou perguntas em entrevistas ou palestras. No entanto, o mesmo não se pode dizer em relação ao marxismo/marxista<sup>70</sup>. Na

---

<sup>70</sup> Essa constatação é feita com base no conteúdo disponível do livro *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*.

entrevista cedida a Patrulhas Ideológicas, em 1980<sup>71</sup>, o entrevistador e a entrevistadora questionam Lélia acerca da conjuntura vivenciada pelos países africanos, e sobretudo, da maneira como Moçambique buscava, mesmo com tentativas de repressão, preservar os valores da cultura negra. E que essa era uma articulação *marxista*, que se pretendia mudar a estrutura capitalista de colonização, mas que era uma forma altamente ocidental. Gonzalez concorda que é ocidental sim, mas diz que não se pode negar o avanço que houve com o estabelecimento de Estados socialistas negros, como era o caso de Angola, Moçambique e mesmo Cuba ou a Guiné-Bissau. Mas que faltavam nesses discursos mais progressistas do Ocidente se aproximar de fato da população de cor e da resistência desses povos.

Um segundo momento que podemos observar a utilização de alguma dessas palavras, é no texto *Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher*, no qual Gonzalez (2020h), trata das *questões de teoria* e apresenta os diferentes posicionamentos teóricos que procuravam elucidar o quadro da população de cor, negros e mulatos, no Brasil. Uma dessas tentativas teóricas de peso era representada pelo *marxismo ortodoxo*. No qual escreve:

Aqui, a categoria “raça” acaba por se diluir numa temática econômica (economicista, melhor dizendo), **uma vez que a discriminação não passa de um instrumento manipulado pelo capitalista que visa, mediante a exploração das minorias raciais, dividir o operariado**. A solução seria a aliança entre trabalhadores de diferentes raças. No entanto, bastaria, para comprovar a fragilidade de tal posicionamento, o caso extremo de clivagem entre o operariado afrikaaner\* e o operariado negro da África do Sul. Por outro lado, **em termos de realidade brasileira, há que considerar que a maioria da população, praticamente, não alcançou a situação de força de trabalho relacionada ao capitalismo industrial competitivo**. Se nos reportarmos aos tipos básicos de Nun,<sup>12</sup> no que diz respeito à massa marginal constataremos que a população negra no Brasil estaria situada nos tipos A e B (desemprego aberto, ocupação “refúgio” em serviços puros, trabalho ocasional ou biscate, ocupação intermitente e trabalho por temporada) (Gonzalez, 2020h, p. 32, grifo nosso).

Na lista de referências utilizadas nos escritos de Lélia Gonzalez, presentes no livro organizado por Rios e Lima (2020), além de Marx, aparecem uma linhagem de autores e autoras marxistas, ou de alguma forma tributários ou tributárias ao fundador da I Internacional. São eles/elas: Louis Althusser, Clóvis Moura, Florestan Fernandes, Nicos Poulantzas, Heleieth Saffioti, Caio Prado Jr., Marilena Chauí, Walter Rodney etc. Sem contar, que podemos —

<sup>71</sup> Com base na pesquisa de Rios e Lima (2020), fica de amplo conhecimento tal entrevista se refere a concedida a Carlos Alberto M. Pereira e Heloisa Buarque de Hollanda, publicada em: PEREIRA, Carlos Alberto M.; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Patrulhas ideológicas*. São Paulo: Brasiliense, 1980. pp. 202-12.

sabendo que há pessoas favoráveis e pessoas contra essa afirmação — mencionar o Frantz Fanon e o W. E. B. Du Bois, citados e estudos por ela, como de base marxista.

Nessa direção, Stefan Klein (2022) manifesta que há um diálogo por parte de Lélia Gonzalez com as perspectivas teóricas marxistas, assim como tem com as psicanalíticas, mas que ela deu um toque próprio com o seu olhar e sua experiência social representativas. Similarmente, Bárbara Araújo Machado (2019) buscou fazer a relação entre Lélia Gonzalez e o marxismo. Para ela, a análise feita por Gonzalez sobre a sociedade brasileira trouxe questões importante para as discussões intelectuais marxistas e feministas no Brasil que estavam preocupadas em desenvolver uma compreensão acerca das relações de produção e reprodução social da realidade brasileira, fortemente desenhada pela escravidão, pelas relações patriarcais e pelo capitalismo com marcas racistas e sexistas. “Nos textos produzidos por Lélia na década de 1970 e no início dos anos 1980, a autora demonstra uma significativa influência marxista, ainda que estabelecendo com essa matriz de pensamento um diálogo bastante crítico” (Machado, 2019, n.p).

Uma outra iniciativa, das muitas que seria possível mencionar, é a Rede do Marxismo Negro, uma Rede Nacional de Estudiosos, Pesquisadores e Ativistas do Marxismo Negro, que promoveu neste ano de 2024, nos dias 22, 23 e 24 de maio, o I Seminário do Marxismo Negro<sup>72</sup>, no qual trabalhos interpretando e sobre as interpretações de Lélia Gonzalez foram apresentados. Dentre eles: *E a classe, cumé que fica?: reflexões acerca das contribuições em Lélia Gonzalez*, proposto por Carolina Santos Barroso de Pinho (IFBA), Danielle Gonçalves Passos do Nascimento (UNESP) e Thiago Fernandes Franco (UFS).

### 3.3 Diálogos com as categorias de gênero, raça e classe

Aqui lançaremos um breve aparato de como Lélia Gonzalez movimentou as categorias e estudos de/sobre gênero, raça e classe no ambiente e tempo em que ela estava inserida — afinal, não há como cobrar nomenclaturas e debates que se quer eram de conhecimento dela ou que ela não teve a oportunidade de ver germinar.

O gênero já é a principal questão que leva a burburinhos, pois Lélia Gonzalez em nenhum momento escreve sobre o conceito de gênero ou utiliza essa palavra e/ou conceituação de gênero — é, mais uma vez, uma interpretação mais atual, do que ela estava realizando em termos de produção teórica no passado. Como bem lembram Rios e Ratts (2016), as articulações

---

<sup>72</sup> MARXISMO NEGRO. Programação. Salvador, 19 maio 2024. Instagram: @marxismo\_negro. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C7Kof2mPpt8/?igsh=MXJrbGN2djZvajBtdg==>. Acesso em: 07 out. 2024.

sobre as identidades de gênero eram tratadas na época que Lélia escreve como sexo. Mas isso não impediu Lélia de dialogar e utilizar como referências, feministas e estudiosas das diferenças e escopos de gênero que estavam em voga na época dela. Como é o caso do exemplo mencionado por Rios e Lima (2020) da antropóloga de origem africana, Filomina Chioma Steady, mais especificamente do livro dela *The Black Woman Cross-Culturally*, escrito em 1981 e Gonzalez (2020l) também menciona que estava em seu radar os escritos de Steady, em *Nanny: Pilar da amefricanidade*. Já em *A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica*, Gonzalez (2020e) e em *Racismo e sexismo na cultura brasileira (2020p)* faz alusão à June Hahner (1978), Heleieth Saffioti (1976), Leni Silverstein (1978) e Branca Moreira Alves (1980). Estas eram feministas da época que discutiam a situação da mulher no contexto brasileiro. Em nota de rodapé do texto, Lélia Gonzalez diz

Entre os melhores trabalhos que conhecemos nesse aspecto, isto é, realizados por mulheres brancas, vale ressaltar os de Hahner (1978), Saffioti (1976), Silverstein (1978) e Moreira Alves (1980). Vale notar que, nos últimos dois anos, o movimento feminista brasileiro tem procurado apontar para a questão da mulher negra e que, nos dias de hoje (década de 1980), já existe a preocupação de um trabalho conjunto com o movimento negro. O texto de Branca Moreira Alves, por exemplo, desenvolve muito bem a questão da articulação entre classe, raça e sexo em nível teórico. Por outro lado, o trabalho que vem sendo feito com prostitutas em São Paulo pela Frente Feminista de Mulheres e a preocupação de uma revisão crítica da Lei Afonso Arinos por um grupo feminista de advogadas demonstram o avanço do movimento feminista, ao colocar a questão do racismo como forma de opressão da mulher [...] (Gonzalez, 2020e, p. 60).

Já que tocamos nos textos propriamente ditos de Lélia, alguns aparecem a questão da mulher e as discussões de gênero (sexo) com maior realce. No nosso ponto de vista, são eles: *A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica (2020e)*, *Racismo e sexismo na cultura brasileira (2020p)*, *A categoria político-cultural de amefricanidade (2020a)*, *Por um feminismo afro-latino-americano (2020o)*, *A mulher negra no Brasil (2020f)*, *Mulher negra, essa quilombola (2020k)*, *As americanas do Brasil e sua militância (2020g)* e *A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social (2020c)*.

O que hoje chamamos de Estudos de Gênero, no qual as perspectivas feministas também fazem parte, englobam as questões feministas, das mulheres, mas não se resumem a isso, uma vez que este é um campo interdisciplinar e debate sexo, gênero e diferença sexual — outras unidades, experiências e além da binaridade masculino/feminino e homem/mulher, e por isso interpretam que Lélia Gonzalez contribuiu para o avanço das discussões de gênero. Em *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, Gonzalez (2020p) denuncia o tratamento recebido pela mulher negra, que é objetificada, destrutada e marginalizada. A mulher negra era e ainda é tratada como

objeto, até mesmo como objeto de saber. E é nesse processo de objetificação, não enquanto sujeito/sujeita, que se percebe a resistência de determinadas análises que, resumem tudo à luta de classe e/ou insistem na preponderância da luta de classe, e ao fazerem isso negam a absorção das categorias de raça e sexo.

Cardoso (2014) reitera, assim como Gonzalez (2020a) fez, que a categoria de amefricanidade tem em sua centralidade os processos de resistências e não somente as experiências em comum em torno da escravidão, da dominação, da exploração e da colonialidade. Nesse ponto central estão a resistência, a insurgência e o protagonismo de mulheres negras e indígenas. Em *Nanny: Pilar da amefricanidade*, Gonzalez (2020l) traz exemplo dessa resistência feminina com a história de Nanny mulher negra escravizada, líder *maroon*<sup>73</sup> na luta anticolonialista da Jamaica do século XVIII (Gonzalez, 2020l); Cardoso, 2014; Nascimento, 2021). “Lélia Gonzalez recorreu à categoria “amefricanas”, as **“herdeiras de uma outra cultura ancestral cuja dinâmica histórica revela a diferença pelo viés das desigualdades raciais”**,<sup>79</sup> como possibilidade de reflexão epistemológica para fazer **emergir diversas tradições de resistência às relações patriarcais a partir das experiências das mulheres negras e indígenas** da América da América Latina, Caribe e Brasil” (Cardoso, 2014, p. 984, grifo nosso).

Outro momento que fica nítido o posicionamento da autora é em *Por um feminismo afro-latino-americano*. Nele, Gonzalez (2020o), reflete sobre como se deu e as contradições internas do feminismo latino-americano e se queixa do abandono das pautas das mulheres negras e indígenas na construção desse feminismo. “[...] tentarei mostrar que, **dentro do movimento de mulheres, as negras e indígenas são o testemunho vivo dessa exclusão**. Por outro lado, com base em minhas experiências como mulher negra, **tentarei destacar as iniciativas de aproximação, solidariedade e respeito à diferença por camaradas brancas efetivamente comprometidas com a causa feminista**. A essas mulheres exceções eu chamo de irmãs” (Gonzalez, 2020o, p. 139, grifo nosso). E justifica essas preocupações, enquanto mulher negra, dizendo: “Afinal, sou feminista” (Gonzalez, 2020o, p. 139). Além disso, afirma que as mulheres negras se organizaram através do movimento negro e não do movimento de mulheres e que as mulheres indígenas (indígenas mulheres) na América Latina se organizaram em prol da reconstrução de sua identidade ameríndia e da recuperação da própria história. Para tal intelectual, o feminismo, como teoria e prática, desempenhou um papel muito relevante para as lutas e conquistas das mulheres, mas que, apesar de suas auxílio para as questões da

---

<sup>73</sup> “Segundo GONZALEZ, 1988c, p. 24, “os termos marronage (francês) e maroon society (inglês) provêm do espanhol cimarrón, todos significando o mesmo que quilombo” (Cardoso, 2014, p. 983).

discriminação com base na orientação sexual, fez pouco caso com outras tão graves sofridas pelas mulheres, como é o caso da discriminação racial. “Por tudo isso, o feminismo latino-americano perde muito de sua força abstraindo um fato de maior importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região” (Gonzalez, 2020o, p. 142). Ela ainda acrescenta:

É importante insistir que, dentro da estrutura das profundas desigualdades raciais existentes no continente, a desigualdade sexual está inscrita e muito bem articulada. Trata-se de uma dupla discriminação de mulheres não brancas na região: as amefricanas e as ameríndias. O caráter duplo de sua condição biológica — racial e/ou sexual — as torna as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Precisamente porque esse sistema transforma diferenças em desigualdades, a discriminação que sofrem assume um caráter triplo, dada a sua posição de classe: as mulheres ameríndias e amefricanas são, na maioria, parte do imenso proletariado afro-latino-americano (Gonzalez, 2020o, p. 145).

Percebe-se a partir do que foi exposto e de acordo com Rios e Ratts (2016), como Lélia Gonzalez traz a dimensão espacial das relações raciais, de gênero e sociais de maneiras interligadas. Em relação à raça, é factível ver que ela começa a discutir essa problemática nas interpretações sociológicas realizadas no Brasil, que deixavam a questão do negro/negra de fora dos olhares intelectuais brancos sobre a formação social e econômica brasileira.

Mas é dos estudos de relações raciais do chamado Projeto UNESCO e, sobretudo, da escola sociológica paulista, que Lélia Gonzalez e sua geração se nutrem para suas reflexões sobre a articulação dessas duas categorias sociais, especialmente do livro *A integração do negro na sociedade de classes*, de Florestan Fernandes. Esta obra teve tanto impacto sobre a intelectualidade negra da redemocratização, a exemplo da própria militância política de Florestan, que esteve muito próximo das lideranças negras durante a formação do Partido dos Trabalhadores, como durante a mobilização social pela constituinte e pelo centenário da abolição contestada (Rios; Ratts, 2016, p. 393-394).

Diferentemente da questão envolvendo gênero, Lélia Gonzalez utiliza inúmeras vezes em seus textos e palestras a palavra raça. Em *Lugar de negro*, Gonzalez (2022) traça um até que breve panorama sobre os problemas raciais (étnico-raciais) do Brasil, sempre trazendo também um toque de apelo às mulheres negras e aos problemas sociais. É a partir desse instante que a autora explica que não teria como mais ignorar uma questão concreta, posta taxativamente pelo MNU: a articulação entre raça e classe. Foi graças a sua entrada na militância, mais precisamente, no movimento negro, que Lélia teve um estralo maior para se inserir nas articulações raciais e se instruir sobre as questões concernentes a população afro-brasileira. Para a autora, os membros da comunidade negra brasileira, os negros/as negras, eram/são todos

aqueles/aquelas que possuem na cor da pele, no rosto ou nos cabelos sinais característicos dessa raça.

No texto *A categoria político-cultural de amefricanidade*, conseguimos ver Gonzalez (2020a) discorrer sobre as questões raciais no âmbito do continente americano — por intermédio da população negra/africana e indígena —, investigando a atuação “de cor” na formação histórico-cultural da América — ainda mais que é por conta das marcas dessa presença cultural que elabora uma categoria mais ampla, a amefricanidade. Que foi exatamente aqui, no âmbito latino-americano/das sociedades de origem latina, o exemplo de racismo disfarçado, ou como ela mesma classifica, *racismo por denegação*. “Aqui, prevalecem as “teorias” da miscigenação, da assimilação e da “democracia racial”” (Gonzalez, 2020a, p. 130). Ainda acrescenta que: “Trata-se de uma reflexão que nos permite compreender como esse específico de racismo pode se desenvolver para se constituir numa forma mais eficaz de alienação dos discriminados do que a anterior<sup>74</sup>” (Gonzalez, 2020a, p. 130). As sociedades ibéricas (Portugal e Espanha) estruturam um modelo rigidamente hierárquico nas sociedades que, posteriormente, vieram a formar a América Latina. Essas últimas (sociedades) historicamente herdaram as ideologias de classificação social (racial e sexual). Por essa razão, o racismo latino-americano havia na manutenção de “negros e índios” em condição de subalternidade, no fundo das classes mais exploradas. Essa manutenção ocorre em virtude da ideologia do branqueamento. “[...] ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais” (Gonzalez, 2020a, p. 131).

Nesse mesmo texto Lélia Gonzalez (2020a) deu créditos a autores e pensadores das questões negras/dos estudos raciais, reconhecidos por denunciarem as condições socioeconômica dos amefricanos por toda a América Latina, a luta contra a escravidão, o extermínio e humilhação dessa população etc, mas também por falarem sobre a luta por condições/modos de vida mais humanos e por direitos básicos, a importância de ultrapassar uma visão idealizada e limitada do continente e países africanos, as formas de cultura desses povos amefricanos entre outras coisas. Diz ela:

[...] graças aos trabalhos de autores africanos e amefricanos — **Cheikh Anta Diop, Théophile Obenga, Amílcar Cabral, Kwame Nkrumah, W. E. B. Du Bois, Chancellor Williams, George G. M. James, Yosef A. A. Ben-Jochannan, Ivan Van Sertima, Frantz Fanon, Walter Rodney, Abdias do Nascimento** e tantos outros —, sabemos o quanto a violência do racismo e de suas práticas nos despojou do nosso legado histórico, da nossa dignidade, da

---

<sup>74</sup> Cremos que ela estava se referindo ao racismo aberto e racismo disfarçado.

nossa história e da nossa contribuição para o avanço da humanidade nos níveis filosófico, científico, artístico e religioso; o quanto a história dos povos africanos sofreu uma mudança brutal com a violenta investida europeia, que não cessou de subdesenvolver a África; e como o tráfico negreiro trouxe milhões de africanos para o Novo Mundo (Gonzalez, 2020a, p. 136, grifo nosso).

Na esfera acadêmica, a ampliação e percepção de maiores concentrações de pesquisas, as inquietações intelectuais, de vivências e políticas referente às questões relacionadas aos dilemas de raça e classe e condições das pessoas marcadas racialmente nas sociedades brasileira e latino-americana aparecem em mais destaque em alguns escritos de Lélia Gonzalez — mas isso não quer dizer que são só nesses textos que essas temáticas aparecem e que eles “só” disso. São eles: o livro *Lugar de negro* (2024), juntamente com *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (2020p), *O Movimento Negro Unificado: Um novo estágio na mobilização política negra* (2020n), *A categoria político-cultural de amefricanidade* (2020a) *A juventude negra e a questão do desemprego* (2020d), *Democracia racial? Nada disso!* (2020i), *A cidadania e a questão étnica* (2020b) etc.

Mas e a classe? Como fica tal conceituação e temáticas nas referidas obras de Lélia Gonzalez? As dimensões da dominação de classe, as questões relacionadas aos dilemas de raça e classe — particularmente o lugar da mulher negra na classe operária/proletária<sup>75</sup> — a ascensão e estagnação das condições de vida de determinadas classes etc foram elementos contactados por tal autora (Rios; Lima, 2020). Não obstante, Martins (2023) afirma que as iniciativas de Gonzalez corroboraram para a junção da categoria de raça à de classe. Para só assim, integrar as reivindicações dos sujeitos negros à classe proletária.

Ainda que nós tenhamos conseguido perceber as discussões de classe em suas obras, em contrapartida também é possível que a utilização dos escritos de Gonzalez não tem sido completamente fiel à sua trajetória militante e intelectual quando apresentam os elementos de raça e gênero, mas não se amparam nos elementos de classe. Essa análise se enquadra em um contexto que vem predominando nas pesquisas científicas no século XXI: o esvaziamento da categoria classe social nas pesquisas acadêmicas, motivado pelas correntes do “pós-modernismo” (Alves, 2015). Essa predisposição reflete uma mudança de foco dos estudos sociais, que passaram a favorecer as análises das identidades, diferenças e discursos, em desfavor das análises estruturais, como a análise de classe.

---

<sup>75</sup> “[...] a discriminação que sofrem assume um caráter triplo, dada a sua posição de classe: as mulheres ameríndias e amefricanas são, na maioria, parte do imenso proletariado afro-latino-americano” (Gonzalez, 2020o, p. 146).

*Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher* (2020h), *A juventude negra brasileira e a questão do desemprego* (2020d), *A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica* (2020e), *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (2020p), *O Movimento Negro Unificado: Um novo estágio da mobilização da política negra* (2020n) e *E a trabalhadora negra, cumé que fica?* (2020j) são alguns dos textos escritos por Lélia Gonzalez que tangenciam as discussões de classe, sobretudo, ao evidenciar a classe trabalhadora negra no contexto brasileiro e latino-americano, críticas ao modelo e sustentação do desenvolvimento brasileiro, ao sistema capitalista, do mesmo modo que tece críticas a “autores clássicos” e economistas da época em que está inserida acerca. Em específico, cumpre anotar que é em *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (2020p, p. 83), que Lélia chama à conversa Caio Prado Jr, importante historiador marxista brasileiro branco que aparece para ser achincalhado.

Mais uma vez, por reforço do argumento, é válido citar as bases de referências marxistas e que possuem os debates de classe no âmago de argumentações utilizadas por Lélia Gonzalez, tais como: Karl Marx, Heleieth Saffioti, Clóvis Moura, Florestan Fernandes, Nicos Poulantzas etc. Ainda que não enquadre, de forma fechada, o que está chamando de classe em seus escritos, para Gonzalez a análise e papel das classes trabalhadoras e, conseqüentemente dos grupos sociais, versam de elementos voltados não só para aspectos econômicos, mas também em detrimento dos eixos de raça e gênero.

Assim sendo, é suscetível de afirmação/interpretação que Lélia Gonzalez mobilizou as discussões em tornos de gênero (sexo), raça e classe. No decorrer da escrita do terceiro capítulo, ainda que de forma embrionária, procuramos salientar como as pesquisas que se referenciam em Gonzalez reconhecem a questão da interseccionalidade, trabalhando temas de classe, raça e gênero em seus estudos. Todavia, não se pode deixar de dizer que existe um protagonismo das categorias raça e gênero nessas pesquisas, na mesma proporção a questão da classe aparece de modo subordinado. Do nosso ponto de vista, além disso resultar em concepções problemáticas para os movimentos sociais contemporâneos, não faz jus ao itinerário político e intelectual seguido de Lélia. Qualquer que seja a concepção atual de quem quiser comentar suas obras, para ela — e com base nas ideias do seu meio em seu próprio tempo — classe era uma questão absolutamente fundamental.

Os passeios aqui recortados sobre os aportes de/em Lélia Gonzalez em relação ao gênero, à raça e à classe tem muito que dialogar com os rumos teóricos tomados pelas RI. As discussões e agendas de pesquisas referentes a essas temáticas e lentes de análises despontaram significativamente, não mais ocupando um lugar de que “não acham um lugar confortável

dentro das Relações Internacionais” — conforto não é algo que as perspectivas/as teorias/os estudos de gênero, raça e classe procuram — para transformar essa posição em “estamos nas RI, logo, procuraremos forma de desenvolver e disseminar nossas ideias”. Portanto, cabe aqueles/aquelas, de fato preocupados com o desenvolvimento teórico das disciplinas, não retroceder para o ponto das visões restritas e eurocêntricas e acompanhar as transformações necessitadas — não estamos dizendo que todo mundo agora precisa pesquisar sobre gênero, raça e classe ou se “desconstruir”, mas que não dá mais para fingir que não elementos importantes e que fazem parte do internacional (a esfera internacional, a academia, as vivências, as lutas não são neutras em gênero, raça e classe — não diretamente, mas Lélia também nos ensina isso).

Sua biografia é bem ilustrativa disso. Não raras vezes Lélia foi confundida como empregada doméstica em sua própria casa. A famosa pergunta que usou diversas vezes em discursos para plateias feministas expressa isso: “a patroa está?”. Com este exemplo corriqueiro, ela conseguia explorar os significados sociais, ocupacionais e culturais relativos à naturalização das relações entre classe, raça e gênero, bem como a maneira como essas categorias se articulavam na experiência social da mulher negra. A experiência de ascensão social, longe de ser uma estratégia de superação de racismo é, na verdade, a confrontação cabal de que, no Brasil, a naturalização dos lugares sociais se representa mediante a hierarquização por sexo e raça, defenderia Lélia Gonzalez durante todo seu percurso intelectual. Foi justamente essa postura de desnaturalização que tornou seu discurso e suas práticas irreverentes até mesmo para os círculos políticos mais progressistas que frequentava. Nesse sentido, sua trajetória e seu pensamento têm muito a dizer tanto sobre nossas ideologias nacionais com suas formas não tão sutis de racismo, assim como sobre o pensamento contrahegemônico que ela ajudou a construir no Brasil do final do século XX (Rios; Ratts, 2016. p. 389).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os afetos e empenhos efetuados no desenvolvimento e na finalização deste trabalho não são tentativas de esgotar as discussões sobre as contribuições de Lélia Gonzalez para as Relações Internacionais e para as Ciências Sociais. Na verdade, são tentativas — que fazem parte de um projeto de luta e coletividade também realizado por outros/outras pesquisadoras — de realizar, neste e em futuros trabalhos, o resgate, a interpretação e a propagação das palestras, entrevistas, obras, laços e trajetória intelectual e militante de Lélia Gonzalez.

Sem sombra de dúvidas, tivemos motivações pessoais, acadêmicas/intelectuais e cunho políticos em relação à escolha pelo tema e pela referida autora. Mais uma vez, no âmbito da coletividade, frisamos que Lélia foi e continua sendo símbolo para o movimento negro, para a luta antirracista, para o movimento feminista, para os trabalhadores e trabalhadoras negras/negros, para as comunidades quilombolas, para as populações mais marginalizadas e

para as mobilizações civis brasileiras etc. Em vida e por meio de seu legado póstumo, Gonzalez denunciou suas experiências próprias e de seus pares contra o racismo e o sexismo, foi fundadora e ativista no Movimento Negro Unificado (MNU), figura com pioneirismo nos debates de gênero (sexo), raça e classe e na ligação/conexão entre esses pontos, atravessou a academia, as universidades, as festas populares, a psicanálise, o candomblé, estabeleceu pontes de conexões com autores/autoras, congressos, palestras, publicações nacionais e internacionais. Forneceu, de maneira elaborada, noções sobre a construção de um feminismo afro-latino-americano e a formação da América Latina (América Ladina), com ênfase para a nossa composição amefricana e ameríndia, diz ela (direta ou indiretamente): somos a amefricanidade, nossa existência é pautada nessa amefricanidade, nos traquejos de negros/as, indígenas, povo originários, quilombolas, da classe trabalhadora e não restritamente na herança pseudocivilizada branca e europeia.

Nesses mais de dois anos de mestrado, com a realização desta pesquisa, os trabalhos escritos, disciplinas cursadas, eventos frequentados, participação em grupos de pesquisa, participação em trabalhos de conclusão de curso, atuação em monitoria e estágio docência, entre outras coisas, foi possível aprofundar o escopo teórico e de análise acerca das produções de Lélia Gonzalez, bem como produzir uma sistematização (uma forma de catálogo) do que ela produziu e do que está sendo produzido sobre ela, em especial nesses últimos dez anos — no qual se percebe um aumento substancial nas publicações em periódicos, anais de congressos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses que tangenciam as possibilidades em Lélia Gonzalez, sem contar as matérias de jornais e revistas, as escolhas de temas de eventos e mesas de abertura ou encerramento de evento, grupos de trabalhos e grupos de pesquisa/estudos que têm como foco os seus aportes.

Aplaudimos e elogiamos todas as publicações engajadas com a recuperação do pensamento de Lélia, listas e utilizadas no decorrer das seções aqui escritas<sup>76</sup>, mas gostaríamos de mencionar cinco em específico que foram fundamentais para que tivéssemos acessos aos escritos de Lélia: *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*, organizado<sup>77</sup> pela Flavia Rios e Márcia Lima em 2020, *Relações raciais, gênero e movimentos*

<sup>76</sup> Isso não quer dizer necessariamente que concordamos com a escolha do recorte, nomenclaturas utilizadas, ausência de contextualização ou de ter deixado passar elementos do pensamento de Lélia Gonzalez (como é o caso da importância de evidenciar os entendimentos de classe que a autora tinha). Reverenciamos o esforço em fazer parte do projeto coletivo de escrever, pesquisar e manter vivo o pensamento de Lélia Gonzalez.

<sup>77</sup> “As leitoras e os leitores têm em mãos **uma coletânea inédita da obra de Lélia Gonzalez. Há muito se esperava um trabalho que conseguisse concentrar em um só volume a produção escrita de uma vida inteira da intelectual negra mais expressiva do Brasil no século XX.** Neste livro reunimos, em ordem cronológica, a maior parte dos ensaios, intervenções e diálogos realizados pela autora no período que compreende duas décadas — de 1975 à primeira metade dos anos 1990 — e que marca também os anseios democráticos da nação brasileira

*sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez (1970-1990)*, escrito por Elizabeth do Espírito Santo Viana, em 2006, *Lembrando Lélia Gonzalez 1935 - 1994*, escrito por Luiza Bairros nos anos 2000, *Lélia Gonzalez: Retratos do Brasil Negro*, escrito por Alex Ratts e Flavia Rios em 2010 e *Lélia Gonzalez e seu lugar na antropologia brasileira: "cumé que fica?"*, escrito por Alex Ratts em 2022. Igualmente, o relançamento em novas edições de *Lugar de negro*, de Carlos Hasenbalg e Lélia González, em 2022 pela Zahar e *Festas populares do Brasil*, de Lélia Gonzalez, em 2024 pela editora Boitempo. Tais projetos editoriais e de extensa pesquisa e difusão foram fundamentais para que nós e outros/as pesquisadores/pesquisadoras conseguíssemos nos conectar com escritos de 1960, 1970 e 1980 — não é à toa que são as referências que mais recorrentemente aparecem nas elaborações a respeito de Gonzalez.

Corroboramos com as afirmações de Rios e Lima (2020) sobre como Lélia Gonzalez foi múltipla, intelectualizada e pública. Gonzalez teve seu ativismo e sua vida acadêmica guiados por perguntas e respostas complexas, pelas mais diversas referências, por um olhar engajado com as modificações e acontecimentos mundiais e nacionais. O engajamento visto em Lélia por muitas vezes encapsulou seus trabalhos em certos temas — tematizar a mulher negra é uma forte marca do conjunto de sua obra, assim como a democracia racial, as resistências sociais, culturais e políticas, a organização coletiva e a forte crítica ao eurocentrismo.

Rios e Lima (2020) ainda nos fornecem pistas para pensar em como se desenrolou as bases de teorização e de luta de Lélia Gonzalez. O amadurecimento teórico da própria autora e da sua capacidade de desenvolver temas e mobilizar conceitos (estudados e advindos de diversas áreas), Gonzalez se debruçou sob um eclético e airoso arcabouço teórico: da história à filosofia, passando pela psicanálise, antropologia e sociologia. Lélia despontou como resistência assim como enfatizou o papel das resistências para a população mais marginalizada. No tocante aos estudos das resistências, ela se interessou tanto pelas lutas políticas do seu tempo — a exemplo da ditadura civil-militar brasileira de 1964 — mas também estudou, através de literatura secundária, os quilombos, as revoltas, as rebeliões e os motins dos negros escravizados. Atualmente, Lélia Gonzalez segue crescendo e precisa crescer ainda como referência para as disciplinas acadêmicas — nas RI que o diga — e para diversos movimentos sociais. Ícone do feminismo negro e do movimento negro no Brasil, se tornou magnânima e

---

e de outros países da América Latina e do Caribe, além das reivindicações por igualdade racial nos Estados Unidos e das lutas por independência dos países africanos. **Esses escritos foram recolhidos de várias fontes: dos livros raros que já não mais circulam em livrarias ou quase nunca são encontrados em sebos, sejam físicos ou virtuais, até os artigos publicados nos periódicos da chamada imprensa alternativa**, um verdadeiro celeiro para as ideias progressistas, contraculturais e democráticas que invadiram as bancas brasileiras nos tempos incertos e sombrios da ditadura militar” (Rios; Lima, 2020, p. 9, grifo nosso).

tem seu pensamento renovado aqui, na América Latina e nos Estados Unidos, e recém-descoberta pelo feminismo europeu, principalmente na França. Da vasta produção renovada sobre o seu pensamento, três (quatro) abordagens são dignas de destaque: a decolonial, a interseccional e a psicanalítica — e já fornecemos subsídios para destacar também a marxista.

Em síntese, as contribuições teóricas e analíticas sobre e a partir de Lélia Gonzalez aqui apresentadas estão em consonância com o trabalho já desenvolvido, na Iniciação Científica (IC) e no Trabalho de Conclusão de Curso e, muito provavelmente, com as empreitadas futuras no Doutorado e em pesquisas paralelas. Procuramos nesta dissertação estabelecer conexões entre Lélia Gonzalez e Relações Internacionais, para assim abrir possibilidade para esse “novo” caminho teórico em RI. De forma alguma enquanto única possibilidade de compreender a necessidade e potencialidades em se pensar o desenvolvimento e as transformações teóricas vivenciadas por esse campo disciplinar. Trabalhos de outros/outras amigos/amigas e colegas demonstram como as Relações Internacionais no Brasil têm ouvido — e temos demandado dela isso — as agendas de pesquisas mais frescas e reivindicações dos movimentos sociais e intelectuais para que se amplie as temáticas abordadas pelas RI e que estas reflitam os nossos contextos e que não se digam mais neutras.

Assim, ressaltamos os desafios enfrentados pelas e dentro das TRI, de modo a também destacar quais são as novas potencialidades teóricas capazes de representar de fato um melhor desenvolvimento e ampliação no campo, de libertação e descolonização em termos do pensamento vindos das tradições da Europa e dos EUA. Em termos de multidimensionalidade, Lélia Gonzalez e a amefricanidade foram os motivadores para pensar, por nós, as bases iniciais para problematizar como pensar e quais são as novas rotas na teorização em RI. De modo a compreender que a amefricanidade de Lélia Gonzalez se insere nesse contexto, pois, acompanhar os seus desdobramentos e narrativas teórico-conceituais consiste em interpretar, descolonizar e superar os processos de silenciamento e apagamento sofridos pelas mulheres, população negra, indígena, operários, subalternos etc, inclusive nas ferramentas e lentes teóricas das Relações Internacionais.

A incorporação da amefricanidade e de Lélia Gonzalez criticamente no nosso escopo de referências são se limita a apenas “preencher prateleiras” ou para contemplar “porções” de que demonstram que as RI já se desconstruíram e já tem uma ou outra bibliografia “fora da caixinha”, mas sim que possibilidades se mostram possíveis internacionalmente nas clivagens teóricas, atentas aos entendimentos afropindorâmico<sup>78</sup> quilombola, afro-latino-americano, afroindígena

---

<sup>78</sup> Em específico esse conceito se refere aos aportes de Antonio Bispo dos Santos (2015), no livro *Colonização, quilombos: modos e significações*. “Conforme Bispo dos Santos (2015), “Pindorama (Terra das Palmeiras) é uma

e afrodiaspórico dentro das interpretações, não somente na ótica de apagamento, para considerar os impactos assertivos da inserção dessa cartela de trabalhos das RI e, conseqüentemente, no processo de repensar aspectos desse campo disciplinar.

Para tanto, apresentamos os caminhos trilhados por Gonzalez, seus escritos, o conceito de amefricanidade e os desdobramentos desse conceito em TRI. Investigamos as definições que temos de internacional nas RI, do mesmo modo que sinalizamos a carência que sentimos em termos de ampliação de definições e temas que o envolvem. Apontamos a presença desse internacional na autora estudada e nas categorias analisadas por ela, bem como do caráter transnacional que as contorna. Dessarte, explorarmos as categorias de gênero (sexo), raça e classe, fundamentais para delinear as características e cronologia da sua obra, também nos aspectos de referências e interlocutores/as, além de dimensionar de que modo isso incide nos debates contemporâneos de interseccionalidade, decolonialidade e marxismo. Sendo assim, buscamos traduzir seu pensamento nas Relações Internacionais em conta das possibilidades de raça, de classe e de gênero e seus desdobramentos analíticos, lendo-o enquanto teórico, dinâmico, internacional e amefricano. Narrar e chegar em Lélia Gonzalez também significou narrar e voltar para as nossas origens.

*Zumbi*

*(Jorge Ben Jor)*

*Angola, Congo, Benguela*

*Monjolo, Cabinda, Mina*

*Quiloa, Rebolo*

*Aqui onde estão os homens*

*Dum lado cana de açúcar*

*Do outro lado o cafezal*

*Ao centro senhores sentados*

*Vendo a colheita do algodão branco*

*Sendo colhidos por mãos negras*

*Eu quero ver*

*Eu quero ver*

---

expressão tupi-guarani para designar todas as regiões e territórios da hoje chamada América do Sul. Utilizarei alternativamente colonização afropindorâmica para denominar a colonização nas Américas, enquanto um exercício de descolonização da linguagem e do pensamento” (BISPOS DOS SANTOS, 2015, p. 20). E é nesse sentido que indígenas e negros precisam somar esforços na luta contra o racismo e o etnocídio, pois ambos os grupos foram/são perversamente afetados pela colonialidade” (Silva, 2023, p. 2). Para mais, consultar o artigo que consta essa citação: Emancipação afropindorâmica: rumo ao legado ancestral de Nego Bispo (2023) de Otavio Henrique Ferreira da Silva.

*Eu quero ver  
Quando Zumbi chegar  
O que vai acontecer  
Zumbi é senhor das guerras  
É senhor das demandas  
Quando Zumbi chega é Zumbi  
É quem manda*

## REFERÊNCIAS

ABREU, Mariana. Dimensões metodológicas do Atlântico Negro: revisitando a obra de Paul Gilroy. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 37, n. 109, p. 1-15, 2022.

ADICHIE, C. N. **The danger of a single story**. 2009. Disponível em: [https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story](https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story). Acesso em: 2 jan. 2024.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.

Afasia, **Dicio (Dicionário Online de Português)**, 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/afasia/>. Acesso em: 3 jan. 2024.

AGUIAR, Lourival. Transculturando a Amefricanidade de Lélia Gonzalez: decolonialidades em debate. **Tessituras**, Pelotas, v. 9, n. 1, p. 301-315, jan./jun. 2021.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2019. 152 p.

Amefricanidade e Quilombismo. **8º ENCONTRO DA ABRI**, 2021a. Disponível em: [https://encontro2021.abri.org.br/trabalho/view?ID\\_TRABALHO=5645](https://encontro2021.abri.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=5645). Acesso em 10 jan. 2024.

ALVES, Ellen Bento. Diálogos entre Lélia Gonzalez e Patricia Hill Collins e o ensino de artes visuais: um debate sobre modernismo no Brasil. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL LÉLIA GONZALEZ: EDUCAÇÃO, MOVIMENTOS E ESPERANÇAS, 1., 2022, Porto Alegre. **Anais do I Congresso Internacional Lélia Gonzalez**. Pouso Alegre: Editora Fi, 2022. 460 p. Disponível em: <https://www.editorafi.org/ebook/449lelia>. Acesso em: 08 set. 2024. p. 123-127.

ALVES, José. Excessos do culturalismo: pós-modernidade ou americanização da esquerda. **Impulso**, Piracicaba, v. 13, n. 29, p.63-82, 2013.

ANTHIAS, Floya; YUVAL-DAVIS, Nira. **Racialized Boundaries: Race, Nation, Gender, Colour and Class and the Anti-Racist Struggle** (Nova York, Routledge, 1992); Chela Sandoval, *Methodology of the Oppressed* (Minneapolis, University of Minnesota Press, 2000).

ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. 2. ed. Brasília: Edições Câmara, 2019. 199 p. (Série prazer de ler; n. 7 e-book).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES (AS) NEGROS (AS). **I Congresso Internacional Lélia Gonzalez**. Goiânia, 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (ABRI). **ABRI – PROPOSTA DE NORMATIVA PARA ÁREAS TEMÁTICAS OUTUBRO DE 2020**. 2020. Disponível em: [https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=748](https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=748). Acesso em: 10 jan. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (ABRI). **Áreas Temáticas**. 2024. Disponível em: [https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=748](https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=748). Acesso em: 10 jan. 2024

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANCOPS). **Primeira aula de Patricia Hill Collins lota teatro na Unifesp Guarulhos**. 2023. Disponível em: <https://anpocs.org.br/2023/05/18/primeira-aula-de-patricia-hill-collins-lota-teatro-na-unifesp-guarulhos/>. Acesso em: 3 jan. 2024.

AT: Teoria das Relações Internacionais. **8º ENCONTRO DA ABRI**, 2021b. Disponível em: [https://www.encontro2021.abri.org.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZnjojYT0xOntzOjE5OiJJRF9BVEIWSURBREUiO3M6MzoiMjE5Ijt9IjtzOjE6ImgiO3M6MzI6IjEwYjdiMTE4YTdhZTJlYzQ5ZjBIM2E5YjVjYjBmMWUzIjt9&ID\\_ATIVIDADE=219](https://www.encontro2021.abri.org.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZnjojYT0xOntzOjE5OiJJRF9BVEIWSURBREUiO3M6MzoiMjE5Ijt9IjtzOjE6ImgiO3M6MzI6IjEwYjdiMTE4YTdhZTJlYzQ5ZjBIM2E5YjVjYjBmMWUzIjt9&ID_ATIVIDADE=219). Acesso em 10 jan. 2024.

BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez 1935 - 1994. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 23, 2000.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89–117, 2013.

BARBOSA, Mariane. **Livro de Lélia Gonzalez, ‘Festas Populares no Brasil’, será relançado**. Alma Preta, 2024. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cultura/livro-de-lelia-gonzalez-festas-populares-no-brasil-sera-relancado/>. Acesso em: 01 de out. 2024.

BARRETO, Raquel. Prefácio - Pensar o Brasil com suas festas: o que Lélia nos ensina. GONZALEZ, Lélia. **Festas Populares no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2024. p. 23-41.

BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. Introdução. In: BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. 365 p.

BEZERRA, Lorena. GÊNERO, RAÇA E CLASSE: um olhar interseccional sobre a violência simbólica no cotidiano da universidade. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 6, n. 2, 2019.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27–55, 2015.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu editora, 2023. 112 p.

BOIS, W. E. B. Du. Inter-Racial Implications of the Ethiopian Crisis: A Negro View. **ForeignAffairs**, vol. 14, n. 1, 1935, p. 82-92.

BOTTOMORE, Tom (ed). **Dicionário do pensamento Marxista**. Tradução, Waltensir Dutra; organizador da edição brasileira, revisão técnica e pesquisa bibliográfica suplementar, Antônio Monteiro Guimarães. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BUGIATO, Caio (org.). **Marx & Engels: analistas de relações internacionais**. Florianópolis: Enunciado Publicações, 2024. 242 p.

BUZAN, Barry. As implicações do 11 de setembro para o estudo das relações internacionais. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.24, n.2, p.233-265, jul./dez. 2002.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, dez. 2014.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CASTRO, Amanda Motta; PIRES, Desirée de Oliveira; MOREIRA, Raylene Barbosa (Orgs.). I CONGRESSO INTERNACIONAL LÉLIA GONZALEZ: EDUCAÇÃO, MOVIMENTOS E ESPERANÇAS, 1., 2022, Porto Alegre. **Anais do I Congresso Internacional Lélia Gonzalez**. Pouso Alegre: Editora Fi, 2022. 460 p. Disponível em: <https://www.editorafi.org/ebook/449lelia>. Acesso em: 08 set. 2024.

CERVO, Amado Luiz. Conceitos em Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 51, n. 2, p. 8-25, dez. 2008.

COGGIOLA, Osvaldo. A primeira internacional operária e a comuna de paris. **Revista Aurora**, Marília, v. 4, n. 2, p. 165–183, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2022. 424 p.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021. 288 p.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, **Feminist Theory and Antiracist Politics**. The University of Chicago Legal Forum. n. 140 p.139-167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativas ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188. 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**, Vol. 43, No. 6, Jul., 1991. p. 1241-1299.

CUSTÓDIO, Lourival Aguiar Teixeira. **Um estudo de classe e identidade no Brasil: Movimento Negro Unificado (MNU) - 1978 –1990**. 2017. 271 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

DAVIS, ANGELA. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

DAVIS, ANGELA. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMBKOWITSCH, Luciana.; COSTA, César. Interseccionalidade, uma categoria amefricana e decolonial: de Lélia Gonzales à Patrícia Hill Collins. **Razão e Fé**, Pelotas, v. 23, n. 2, 2021.

ELÍBIO JÚNIOR, Antonio; DE ALMEIDA, Carolina; LIMA, Marcos. Edward Said e o Pós-Colonialismo. **Saeculum**, João Pessoa, n. 29, 2013.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 1, p. 51-86, 2003.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. José Lourênio de Melo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FARIAS, Giovana Pontes; SILVA, Diônvera Coelho da. Contribuições do pensamento de Lélia Gonzalez para a educação. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL LÉLIA GONZALEZ: EDUCAÇÃO, MOVIMENTOS E ESPERANÇAS, 1., 2022, Porto Alegre. **Anais do I Congresso Internacional Lélia Gonzalez**. Pouso Alegre: Editora Fi, 2022. 460 p. Disponível em: <https://www.editorafi.org/ebook/449lelia>. Acesso em: 08 set. 2024. p. 327-330.

FELIPE, Mara. Se Lélia Gonzalez era Olodum, quem tu és?. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL LÉLIA GONZALEZ: EDUCAÇÃO, MOVIMENTOS E ESPERANÇAS, 1., 2022, Porto Alegre. **Anais do I Congresso Internacional Lélia Gonzalez**. Pouso Alegre: Editora Fi, 2022. 460 p. Disponível em: <https://www.editorafi.org/ebook/449lelia>. Acesso em: 08 set. 2024. p. 285-289.

FERNÁNDEZ, Marta. As Relações Internacionais e seus epistemicídios. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 8, n. 15, p. 458-485, jun. 2019.

FIRST, Ruth. **Ruth First e a luta contra o apartheid sul-africano**. São Paulo: Expressão Popular, 2024. 198 p.

FONSECA, Fernanda Cardoso. **Nossa América Ladina: O pensamento (decolonial) de Lélia Gonzalez**. 2021. 182 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

FREITAS, Altieri Dias de. Notas sobre o contexto de trabalho do grupo Modernidade/colonialidade | Universidade, horizontes utópicos e desafios teóricos. **Revista de Estudos Antiutilitaristas e Poscoloniais**, Recife, v. 8, n. 2, p. 145, 8 jun. 2019.

FREITAS, Décio. **Palmares: a guerra dos escravos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984. 184 p.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência**, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMES, Mariana; CASARIN, Eduarda; DUARTE, Giovana. O conhecimento situado e a pesquisa-ação como metodologias feministas e decoloniais: um Estudo Bibliométrico. **Revista CS**, Cali, n.29, p. 47-72, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Festas populares no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2024. 176 p.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020a, p. 127-138.

GONZALEZ, Lélia. A cidadania e a questão étnica. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020b, p. 232-241.

GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020c, p. 267-270.

GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020d, p. 45-48.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020e, p. 49-64.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra no Brasil. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020f, p. 158-170.

GONZALEZ, Lélia. As americanas do Brasil e sua militância. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020g, p. 265-266.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020h, p. 25-44.

GONZALEZ, Lélia. Democracia racial? Nada disso!. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020i, p. 201-203.

GONZALEZ, Lélia. E a trabalhadora negra, cumé que fica?. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020j, p. 217-219.

GONZALEZ, Lélia. **Festas Populares no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2024. 176 p.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra, essa quilombola. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020k, p. 197-200.

GONZALEZ, Lélia. Nanny: Pilar da amefricanidade. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020l, p. 151-157.

GONZALEZ, Lélia. O apoio brasileiro à causa da Namíbia: dificuldades e possibilidades. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020m, p. 65-74.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década por Lélia Gonzalez. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2022. 144 p.

GONZALEZ, Lélia. O Movimento Negro Unificado: Um novo estágio na mobilização política negra. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020n, p. 112-126.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020o, p. 139-150.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020p, p. 75-93.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2022. 144 p.

GONZALEZ, Marc Tizoc; MATAMBANADZO, Saru; MARTÍNEZ, Sheila I. Vélez. Latina and Latino Critical Legal Theory: LatCrit Theory, Praxis and Community / Latina e Latino Teoria Legal Critica: LatCrit Teoria, Praxe e Comunidade. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 1316–1341, 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**, Torino: Einaudi, 1977.

GRIFFITHS, Martin; O'CALLAGHAN, Terry; ROACH, Steven. International relations: **The key concepts** (Second edition). London: Routledge, 2008.

GUIMARÃES, Feliciano. **Teoria das relações internacionais**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2021. 224 p.

HAHNER, June E. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. 312 p.

LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION (LASA). **Sobre o LASA2020**. 2020. Disponível em: <https://lasaweb.org/pt/lasa2020/>. Acesso em: 3 jan. 2024.

Internacional. **Dicio (Dicionário Online de Português)**, 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/internacional/#:~:text=Significado%20de%20Internacional,ou%20mais%20na%C3%A7%C3%B5es%3A%20ponte%20internacional>. Acesso em: 20 jul. 2024.

Internacional. **Oxford Languages Online**, 2024. Disponível em: [https://www.google.com/search?q=internacional+significado&sca\\_esv=247a3cc0ba513c42&ei=Qr4GZ-PhFJuo1sQPiKvU2Aw&oq=internacional+sig&gs\\_lp=Egxnd3Mtd2l6LXNlcnAiEWludGVyb](https://www.google.com/search?q=internacional+significado&sca_esv=247a3cc0ba513c42&ei=Qr4GZ-PhFJuo1sQPiKvU2Aw&oq=internacional+sig&gs_lp=Egxnd3Mtd2l6LXNlcnAiEWludGVyb)

mFjaW9uYWwgc2lnKgIIADINEAAyGAYsQMYRhj5ATIFEAAyGAYqBRAAGIAEMgUQABiABDIIEAAyFhgKGB4yBhAAGBYHjIGEAAyFhgeMggQABgWGB4YDzIIEAAyFhgeGA8yBhAAGBYHjInEAAyGAYsQMYRhj5ARiXBRiMBrjdBhGGPkBGPQDGPUDGPYD2AEBSI8dUJkDWNgPcAF4AZABAJgBmwegAeEKqgEHMC4zLjYtMbgBAc gBAPgBAZgCBqACzBbCAgoQABiwAxjWBBhHwgINEAAyGAYsAMYQxiKBcICDhAAGLADGOQCGNYE2AEBwgITEC4YgAYsAMYQxjIAxiKBdgBAcICCBAAGIAEGLE DwgIIEC4YgAYsQPCAggQLhiABBjUAsICBRAuGIAEwgIOEC4YgAYsQMYxwEYr wHCAGsQLhiABBjHARivAcICBxAuGIAEGArCAicQABiABBixAxhGGPkBGJcFGIwFG N0EGEYY-  
QEY9AMY9QMY9gPYAQGYAwCIBgQBhO6BgYIARABGAmSBwkxLjMuNi0xLjGgB6gz&scient=gws-wiz-serp. Acesso em: 20 jul. 2024.

JATOBÁ, Daniel. **Teoria das relações internacionais**. 1. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. 144 p.

JESUS, Blenda Santos de. **Entre ativismos e pan-africanismos: “travessias” internacionais de mulheres negras**. 2021. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

JONGE, Klaas de. **África do Sul Apartheid e Resistência**. São Paulo: Cortez, 1991. 104 p.

JOR, Jorge Bem (1974). **Zumbi**. In: A tábua de esmeralda. Philips.

KLEIN, Stefan. Articulando o lugar da resistência na Dialética do esclarecimento e em Lélia Gonzalez. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 22, p. e41421, 2022.

KYRILLOS, Gabriela; PINHO, Carolina; BARBOSA, Francirosy; SELIS, Lara. **Conferência de Encerramento: A relação do debate de gênero com as temáticas de raça, classe, religiosidade, sexualidade e colonialidade**. 2024. (2h00m05s). V Seminário MaRias IRI-USP: O gênero nas Relações Internacionais: as resistências constroem alternativas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bQnCyt9xCrE>. Acesso em: 12 set. 2024.

KOMINECKI, Alessandro; LUPEPSA, Jucelia. Artigo | Existem outras formas de representar o mundo?. **Brasil de Fato, 2020**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/07/artigo-existem-outras-formas-de-representar-o-mundo>. Acesso em: 20 jul. 2024.

LAGE, Victor Coutinho. “Interpretações do Brasil” e “formação”: considerações para a exposição de um lugar. In: TOLEDO, Aureo (org.). **Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais**. Salvador: Edufba, 2021. p. 205-238.

LAURETIS, Teresa de. Gramsci Notwithstanding: Or, the Left Hand of History. In: LAURETIS, Teresa de. **Technologies of Gender: Essays on Theory, Film and Fiction**. London: Macmillan, 1987, p. 84-94.

Lei de Segurança Nacional: o que é, como funciona o que muda com a revogação?. **CNN Brasil, 2021**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/como-funciona-a-lei-de-seguranca-nacional-alvo-de-apelos-por-revisao/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

LIMA, Thamires Costa Rodrigues. LÉLIA GONZALEZ E O FEMINISMO DECOLONIAL COMO LENTE DE ANÁLISE. **Revista Contraponto**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, 2022.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 1ª ed., 2019.p. 357-377.

LUXEMBURGO, Rosa. Marrocos. In: **Rosa Luxemburgo: Textos escolhidos - volume 1** / organização: Isabel Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 411-416.

MACHADO, Bárbara Araújo. Articulando utopias: algumas possibilidades do encontro entre feminismo negro e o marxismo da reprodução social. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 40, p. 23–35, 2019.

MAGNO, M. D. **América Ladina: introdução a uma abertura**. Rio de Janeiro: Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, 1980.

MANDEL, Ernest. **O lugar do marxismo na história**. São Paulo: Xamã, 2001.

MaRIas IRI-USP. **Grupo de estudos de abril: Amefricando as RI: comentários sobre gênero, raça e classe**. São Paulo, 08 abr. 2024. Instagram: @mariasiriusp. Disponível em: <https://www.instagram.com/mariasiriusp/p/C5hEFx5P9zm/>. Acesso em: 07 set. 2024.

MaRIas IRI-USP. **Grupos de Estudos**. 2024. Disponível em: <https://www.mariasiriusp.com.br/grupo-de-estudos#:~:text=Os%20nossos%20grupos%20de%20estudos,divulga%C3%A7%C3%A3o%20acontece%20antecipadamente%20por%201%C3%A1>. Acesso em: 03 set. 2024.

MARTINS, Bárbara. Lélia Gonzalez foi a nossa Angela Davis e deveria ser leitura obrigatória nas escolas e universidades. **Desacato**, 2021. Disponível em: <https://desacato.info/lelia-gonzalez-foi-a-nossa-angela-davis-e-deveria-ser-leitura-obrigatoria-nas-escolas-e-universidades/> Acesso em: 10 set. 2024.

MARTINS, Douglas Rafael Dias. O LEGADO DO MARXISMO NO SÉCULO 20: entre a tradição e a crítica. **Kínesis - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, Marília, v. 15, n. 39, p. 135-151, 19 jan. 2024.

MARTINS, Mireile Silva. **Raça, classe e gênero e a contribuição de Lélia Gonzalez para o pensamento social**. 2023. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

MARTINS, Mireile Silva. Raça, gênero e classe na ensaística de Lélia Gonzalez e a construção de um movimento feminino, amefricano e afrodiaspórico. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL LÉLIA GONZALEZ: EDUCAÇÃO, MOVIMENTOS E ESPERANÇAS, 1., 2022, Porto Alegre. **Anais do I Congresso Internacional Lélia Gonzalez**. Pouso Alegre: Editora Fi, 2022. 460 p. Disponível em: <https://www.editorafi.org/ebook/449lelia>. Acesso em: 08 set. 2024. p. 368-371.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas** – volume 3. São Paulo: Alfa-Omega, 1961a.

MARXISMO NEGRO. **Programação**. Salvador, 19 maio 2024. Instagram: @marxismo\_negro. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C7Kof2mPpt8/?igsh=MXJrbGN2djZvajBtdg==>. Acesso em: 07 out. 2024.

MELLO, Michele de. Qual a origem do hino da Internacional comunista?. **Brasil de Fato**, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/29/qual-a-origem-do-hino-da-internacional-comunista>. Acesso em: 20 jul. 2024.

MENDES, Pedro Emanuel. **A Invenção das Relações Internacionais como ciência social: uma introdução à Ciência e à Política das RI**. 2019. Disponível em: <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/colecoes/working-papers/relacoesexternasdeportugal/a-invencao-das-relacoes-internacionais-como-ciencia-socialumaintroducao-aciencia-e-a-politicadasri2217/A%20Invencao%20das%20Relacoes%20Internacionais%20como%20ciencia%20social.pdf>. Acesso em: 10. jan. 2024.

MENDONÇA, Andréa Cavalcanti de. Lélia Gonzalez: reflexões em tempos de pandemia. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL LÉLIA GONZALEZ: EDUCAÇÃO, MOVIMENTOS E ESPERANÇAS, 1., 2022, Porto Alegre. **Anais do I Congresso Internacional Lélia Gonzalez**. Pouso Alegre: Editora Fi, 2022. 460 p. Disponível em: <https://www.editorafi.org/ebook/449lelia>. Acesso em: 08 set. 2024. p. 45-48.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. ABOLIÇÃO NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DA LIBERDADE. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, v. 1, n. 36, p.83-104, dez. 2009.

MERCIER, Daniela. Lélia Gonzalez, onipresente. **El País Brasil**, São Paulo, 25 de out. de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-10-25/lelia-gonzalezonipresente.html>. Acesso em: 2. jan. 2024.

MIGUEL, Luiz Felipe. **Doze autores marxistas para entender a democracia**. Boitempo, São Paulo, 29 de maio de 2024. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2024/05/29/doze-autores-marxistas-para-entender-a-democracia/>. Acesso em: 14 set. 2024.

MOREIRA ALVES, Branca. **Ideologia e feminismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

MORTON, Adam David. **Unravelling Gramsci: hegemony and passive revolution in the global political economy**. London: Pluto Press, 2007.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas**. 3ª ed. São Paulo: LECH, 1981.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: **Afrodiáspora: Revista do mundo negro**. n. 6-7. Ipeafro, 1985. pp. 41-49.

NASCIMENTO, Beatriz. Zumbi de Ngola Djanga ou de Angola Pequena ou do Quilombo dos Palmares. In RATTIS, Alex (Org). **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 95-103.

NASCIMENTO, Danielle Gonçalves Passos do. **Mas, afinal, os conceitos importam? O conceito político-cultural amefricanidade de Lélia Gonzalez e as Teorias das Relações Internacionais**. 2021. 88 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Pan-Africanismo na América do Sul: Emergência de uma Rebelião Negra**. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1981.

NDLOVU-GATSHENI, Sabelo J.; ZONDI, Siphamandla (Eds.). **Decolonizing the University, knowledge systems and disciplines in Africa**. Durham: Carolina Academic Press, 2016.

NICOLAU, Sofia.; SANTOS, Steffane. A categoria político cultural de amefricanidade como tensionamento afrodiásporico à identidade nacional brasileira. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 1–20, 2022.

NOGUEIRA, João Pontes. Prefácio. In: TOLEDO, Aureo (org.). **Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais**. Salvador: Edufba, 2021. p. 7-16.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 264 p.

OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim. Lélia Gonzalez e o pensamento interseccional: uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil. **Interritórios**, Caruaru, v. 6, n. 10, p. 89-104, 2020.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Teoria das relações internacionais: o mapa do caminho - estudo e prática**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016. XV, 239 p.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **O mundo negro; Relações Raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro, Pallas/Faperj, 2013.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 445–454, 2021.

PEREIRA, Carlos Alberto M.; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Patrulhas ideológicas**. São Paulo: **Brasiliense**, 1980. pp. 202-12.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.

RATTS, Alex. Lélia Gonzalez e seu lugar na antropologia brasileira: "cumé que fica?". **Mana**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 1-34, 2022.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez: Retratos do Brasil Negro**. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2010, 173 p.

REGATIERI, Ricardo Pagliuso; FERREIRA, Leandro Santos. Lélia Gonzalez, crítica do capitalismo brasileiro. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 29, p. 44-58, 12 mar. 2024.

REGINA, Elis (1976). **Como Nossos Pais**. In: Falso Brillhante. Áudio da música de Belchior cantada por Elis Regina com participação de diversos músicos. Phonogram, lado A, faixa 1. (Disco LP número 2006349159).

RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. Introdução. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020. p. 9-21.

RIOS, Flavia; RATTTS, Alex. A Perspectiva Interseccional de Lélia Gonzalez. In: CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flavia Magalhães (Org.). **Pensadores negros - pensadoras negras: Brasil Séculos XIX e XX**. Cruz das Almas: Editora UFRB, 2016. p. 387-403.

ROACH, Steven. Preface. In: GRIFFITHS, Martin; O'CALLAGHAN, Terry; ROACH, Steven. **International relations: The key concepts** (Second edition). London: Routledge, 2008.

ROSENBERG, Justin. International Relations in the prison of Political Science. **International Relations**, v. 30, n. 2, p. 127-153, 12 abr. 2016.

ROSENBERG, Justin. Isaac Deutscher and the Lost History of International Relations. **New Left Review**, n. 215, p. 3-14, 1996.

ROTHER, Edna. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, 20(2), 5-6, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SALES, Carla Monteiro. Cartografia, arte e visões de mundo na reprodução do “mapa invertido da América do Sul”. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 157-174, 2016.

SAMBADORES E SAMBADEIRAS DA BAHIA (SAMBA DE LATA). **No Abrir da Porta / Dona da Casa / Eu Sou de Tijuacu / Viva a Todos os Kilombas / Terreiro Bom**. 2005. 3min50seg. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-track/5HHmSzZCO2tEeXZ1kaKAtJ>. Acesso em: 07 abr. 2024.

SANTANA, Katarine da Silva; SILVA, Maria de Lourdes Texeira. O pensamento de Lélia Gonzalez para uma educação antirracista: diálogos e re(existência) do fórum de mulheres em luta da UFPB. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL LÉLIA GONZALEZ: EDUCAÇÃO, MOVIMENTOS E ESPERANÇAS, 1., 2022, Porto Alegre. **Anais do I Congresso Internacional Lélia Gonzalez**. Pouso Alegre: Editora Fi, 2022. 460 p. Disponível em: <https://www.editorafi.org/ebook/449lelia>. Acesso em: 08 set. 2024. p. 80-83.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília. INCTI, UnB, 2015.

SANTOS, Bruna Letícia de Oliveira dos. A influência do pensamento de Lélia Gonzalez para a formação do feminismo negro brasileiro - descolonização e americanidade. **Caderno de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 14, n. 44, p. 504-520, jul./dez. 2021.

SANTOS, Thamires Costa Meirelles. A indissociação entre as resistências culturais negras e a luta política: um esforço histórico dos movimentos negros catalisado por Lélia Gonzalez. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL LÉLIA GONZALEZ: EDUCAÇÃO, MOVIMENTOS E

ESPERANÇAS, 1., 2022, Porto Alegre. **Anais do I Congresso Internacional Lélia Gonzalez**. Pouso Alegre: Editora Fi, 2022. 460 p. Disponível em: <https://www.editorafi.org/ebook/449lelia>. Acesso em: 08 set. 2024. p. 378-382.

SARFATI, Gilberto. **Teorias de Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005. 383 p.

SEITENFUS, Ricardo. **Relações Internacionais**. Barueri, SP: Manole, 2004.

SILVA, Analice Martins da. Amefricanidade e a luta contra a opressão racista. **Esquerda Online**, 2021. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2021/01/26/amefricanidade-ealuta-contra-a-opressao-racista/>. Acesso em: 2 janl. 2024.

SILVA, Karine; MORAIS, Pâmela. GÊNERO, RAÇA E INTERSECCIONALIDADES NO PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO: ENTRE SILENCIAMENTOS E PROTAGONISMO DE MULHERES NEGRAS EM FLORIANÓPOLIS. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 13, n. 36, p. 312–339, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1231>. Acesso em: 26 set. 2024.

SILVA, Otavio Henrique Ferreira da. Emancipação afropindorâmica: rumo ao legado ancestral de nego bispo. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 17, n. 32, p. 1-15, jul./dez. 2023.

SILVERSTEIN, Leni. **Mãe de todo mundo**. In: IV Semana do Negro na Universidade Fluminense, nov. 1978. Mimeografado.

SIQUEIRA, Sandra M. M.; PEREIRA, Francisco. **Origens e fontes do marxismo**. Salvador: Lemarx/Faced/Ufba, 2019. 85 p.

SIRQUEIRA, Samara Tirza Dias. Apontamentos para uma análise genderizada da criminalização do racismo a partir de Lélia Gonzalez. ?. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL LÉLIA GONZALEZ: EDUCAÇÃO, MOVIMENTOS E ESPERANÇAS, 1., 2022, Porto Alegre. **Anais do I Congresso Internacional Lélia Gonzalez**. Pouso Alegre: Editora Fi, 2022. 460 p. Disponível em: <https://www.editorafi.org/ebook/449lelia>. Acesso em: 08 set. 2024. p. 262-266.

SOUSA, Marcos R. de; RIBEIRO, Antonio Luiz P. Revisão Sistemática e Meta-análise de Estudos de Diagnóstico e Prognóstico: Um Tutorial. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**, Rio de Janeiro, v. 92, n. 3, p. 241-251, mar. 2009.

STEADY, Filomina C. (Org.). **The Black Woman Cross-Culturally**. Cambridge: Schenkman, 1981.

STELZER, Joana; KYRILLOS, Gabriela M. Inclusão da Interseccionalidade no âmbito dos direitos humanos. **Revista direito e práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 237-262, 2021.

THOMPSON, Debra. Through, against and beyond the racial state: the transnational stratum of race. **Cambridge Review Of International Affairs**, Cambridge, v. 26, n. 1, p. 133-151, mar. 2013.

TOLEDO, Aureo (org.). **Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais**. Salvador: Edufba, 2021. 288 p.

TOLEDO, Aureo. Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em Relações Internacionais: a parte que nos cabe nesse percurso. In: TOLEDO, Aureo (org.). **Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais**. Salvador: Edufba, 2021. p. 19-34.

TORRES-GARCIA, Joaquín. The School of South. In: RAMÍREZ, Mari. (Org.). **El Taller Torres-García: The School of the South and Its Legacy**. Austin: University of Texas Press. 1992.

URT, João Nackle; SELIS, Lara Martim Rodrigues; LAGE, Victor Coutinho. A teorização em Relações Internacionais no Brasil importa? **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 8, n. 15, p. 1-21, jun. 2019.

VANZULLI, Marco. Marx, a internacional e as trade unions. **Crítica Marxista**, Campinas, SP, v. 27, n. 50, p. 49–62, 2020.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Trad. de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020. 144 p.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. **Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez (1970-1990)**. 2006. 247 f. Dissertação (mestrado em História Comparada) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

VISENTINI, Paulo. Tributo a Fred Halliday. *Conjuntura Austral*, v. 1, n. 1, ago./set. 2010.

WA THIONG'O, Ngũgĩ. **Decolonising the mind: the politics of language in African literature**. Oxford: James Currey; Nairobi: EAEP; Portsmouth: Heinemann, 2005.

YAMATO, Roberto Vilchez. Pode o migrante falar? Um exercício de rearranjar desejos, escavar o eu e tornar delirante o outro em nós. In: TOLEDO, Aureo (org.). **Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais**. Salvador: Edufba, 2021. p. 19-34.